

**Arlete Cândido Monteiro Vieira**

**COOPERATIVISMO DE TRABALHO:  
alternativa de geração de trabalho e renda**

**Taubaté – SP**

**2005**

**Arlete Cândido Monteiro Vieira**

**COOPERATIVISMO DE TRABALHO:  
alternativa de geração de trabalho e renda**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre pelo Curso de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Ricci

**Taubaté – SP**

**2005**

**ARLETE CÂNDIDO MONTEIRO VIEIRA**

COOPERATIVISMO DE TRABALHO: Alternativa de geração de trabalho e renda.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ -TAUBATÉ, SP.

Data 05 de março de 2005

Resultado: APROVADO

COMISSÃO JULGADORA

Professor Dr. Fabio Recai

Assinatura \_\_\_\_\_

Professor Dr. André Luis de Paula Marques

Assinatura \_\_\_\_\_

Professor Dr. José Rogério Lopes

Assinatura \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho à minha família,  
pelo exemplo de força, amor e coragem,  
e a todos que estiveram presentes  
nesta minha caminhada e que de  
alguma forma me ajudaram a  
crescer como pessoa

## **AGRADECIMENTOS**

A todas as pessoas pertencentes às três cooperativas populares analisadas, as quais são as verdadeiras responsáveis pela existência desta pesquisa. Agradeço pela fundamental colaboração que prestaram, passando preciosas informações sobre a cooperativa e a influência sobre suas vidas.

À Universidade de Taubaté - UNITAU e a toda a equipe de professores do Programa por terem me acolhido e possibilitado os meus estudos.

Ao Professor Dr. Fabio Ricci, meu orientador, pela eterna paciência, demonstração de sabedoria, parceria e principalmente pela oportunidade de realizar esta pesquisa, com liberdade de atuação, mas me corrigindo quando necessário.

A todos os colegas da turma quatro do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, com carinho especial aos colegas Claudia Hoff e Jeucimar Capo, que me apoiaram e principalmente deram carinho, amor e atenção nos momentos em que mais precisei, sendo além de colegas de curso, parceiros de todas as horas.

Ao meu marido Paulo e aos filhos Thiago, Priscilla e Nathalia, que entenderam e acolheram meus propósitos, suportando minhas horas de ausência e sempre me encorajando não desistir desta empreitada.

A todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

VIEIRA, Arlete Cândido Monteiro. **Cooperativismo de trabalho**: Alternativa de geração de trabalho e renda. 2005. 133 f. Dissertação – Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional – Departamento de Economia, Contabilidade e Administração – ECA, Universidade de Taubaté, Taubaté.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral, a verificação do Cooperativismo de Trabalho como uma possível alternativa à geração de trabalho e renda. Sendo assim, procurou-se descrever os principais conceitos que definem a Economia Solidária e o Cooperativismo, dando um maior enfoque à experiência brasileira, mostrando suas origens históricas e evolução contemporânea. Passou-se a analisar a Cooperativa e sua atuação que vai além da geração de emprego e renda. A pesquisa foi do tipo exploratória, com os dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica e analisada de forma documental. Apesar da crise do mercado de trabalho apresentar um quadro de complexo enfrentamento e dos desafios enfrentados pelas cooperativas não serem poucos, pôde-se concluir que essa forma de trabalho pode ser considerada uma alternativa aos trabalhadores excluídos, desde que estes desfrutem de uma ideologia de vida que permeie a colaboração, a cooperação e a solidariedade, sejam direcionados por políticas públicas de apoio e incentivo, e organizem suas ações por um projeto, tendo como objetivo principal o resgate social e a cidadania.

Palavras-chave: economia solidária, cooperativismo, planejamento e desenvolvimento regional.

VIEIRA, Arlete Candido Monteiro. **Work cooperate system: a possible alternative to work and revenue generation.** 2005. 133 p. Dissertation. Master in Management and Regional Development. Department of Economics, Accounting and Administration, University of Taubaté, Taubaté.

## **ABSTRACT**

This research had as an objective to verify the Work Cooperate System, as a possible alternative to work and revenue generation. Following this, described into the main contents, which arrange the Solidary Economy and the Cooperate System, with a closer approach to the Brazilian's historical origins and contemporary evolution. Once this subject was understood, the research turn to analyze the Cooperative, and its performance, which goes beyond the generation of job and revenue. The research was descriptive type and all data base had been collected by means of bibliographical researches and by documentary form analyses. Despite of the crisis on the offering job market showing a complex scenario of confrontation and many challenges by the cooperatives. It follows that this form of work could be considered as a good alternative way to allow the integration of excluded workers, since they embrace this ideology of life, which consist into mutual contribution, cooperation, solidary, by a public politics of support and incentive, and an action plan regarding their projects. All this in order to achieve the social rescue and citizenship.

**Keywords:** solidary economy, co-operativism, planning and regional development.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>5</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>11</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Objetivos do trabalho.....</b>	<b>14</b>
1.1.1 Objetivo geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	14
<b>1.2 Delimitação do estudo.....</b>	<b>14</b>
<b>1.3 Relevância do estudo.....</b>	<b>15</b>
<b>1.4 Organização do trabalho.....</b>	<b>16</b>
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 A Economia solidária.....</b>	<b>19</b>
2.1.1 O solidarismo.....	20
2.1.2 A economia solidária no Brasil.....	24
<b>2.2 O cooperativismo.....</b>	<b>29</b>
2.2.1 Conceitos.....	29
2.2.2 Evolução histórica geral do cooperativismo.....	31
2.2.3 Cooperativismo no Brasil.....	36
2.2.4 Fundamentos doutrinários.....	45
2.2.5 Princípios cooperativistas.....	47
2.2.7 Os ramos do cooperativismo.....	67
<b>2.3 Cooperativismo de trabalho.....</b>	<b>77</b>
<b>2.4 Cooperativa popular – Um empreendimento solidário.....</b>	<b>81</b>
<b>3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....</b>	<b>86</b>



<b>3.1 Natureza da pesquisa.....</b>	<b>86</b>
<b>3.2 População e amostra.....</b>	<b>91</b>
<b>3.3 Coleta de Dados.....</b>	<b>91</b>
<b>3.4 Análise dos Dados.....</b>	<b>92</b>
<b>4 RESULTADOS.....</b>	<b>93</b>
<b>4.1 Apresentação das cooperativas estudadas... 96</b>	
4.1.1 Cooperativa Amigos do Lixo de Guaratinguetá.....	93
4.1.2 Cooperativa R3 de Pindamonhangaba.....	95
4.1.3 Coomabem – Cooperativa de Manipulação de Alimentos.....	97
<b>4.2 Características das Cooperativas Estudadas.....</b>	<b>98</b>
<b>4.3 Outras questões evidenciadas na pesquisa.....</b>	<b>105</b>
4.3.1 Visão do cooperado.....	105
4.3.2 Visão dos coordenadores.....	106
<b>4.4 Considerações finais.....</b>	<b>108</b>
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>121</b>
<b>Anexo A – Portaria N. 157 de 07/07/2004.....</b>	<b>121</b>
<b>Anexo B – Artigo sobre cooperativismo.....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>124</b>
<b>1 – PLANO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>124</b>
<b>2 - PESQUISA DOCUMENTAL.....</b>	<b>126</b>
<b>3 – FORMULÁRIO.....</b>	<b>127</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Pioneiros de Rochdale.....	34
Figura 2	Gráfico da distribuição das cooperativas por região.....	41
Figura 3	Gráfico de cooperados por região.....	41
Figura 4	Gráfico da evolução do número de cooperativas, da população e do PIB nas regiões brasileiras.....	43
Figura 5	Gráfico da evolução da constituição e fechamento de cooperativas por ano.....	44
Figura 6	Gráfico da distribuição do número de cooperativas, da população e do PIB nas cinco regiões brasileiras.....	46
Figura 7	Composição do sistema cooperativista brasileiro.....	54
Figura 8	Modelo de gestão de cooperativas e seus componentes.....	59
Figura 9	A empresa sob a ótica piramidal e organizacional.....	61
Figura 10	Fatores de influência da estrutura organizacional.....	61
Figura 11	Empresa capitalista x cooperativa x outras associação.....	64
Figura 12	Comparação entre empresa cooperativa e empresa não cooperativa.....	64
Figura 13	Diferenças entre empresa cooperativa e empresa não cooperativa..	65
Figura 15	Estratégias das empresas cooperativas.....	67
Figura 16	Gráfico das cooperativas por ramo.....	73
Figura 17	Gráfico de cooperados por ramo.....	74
Figura 18	Gráfico de empregados por ramo.....	75
Figura 19	Gráfico das cooperativas de trabalho no estado de São Paulo.....	79
Figura 20	Gráfico da distribuição de cooperativas de trabalho por região.....	80
Figura 21	Tipologia das cooperativas populares.....	82
Figura 22	Esquema do levantamento bibliográfico.....	87
Figura 23	Metodologia da análise de dados.....	93
Figura 24	Identificação das cooperativas estudadas.....	94
Figura 25	Gráfico do estado civil dos cooperados.....	100
Figura 26	Características das cooperativas estudadas.....	104

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução dos empreendimentos cooperativos no Brasil.....	75
Tabela 2	Cooperativas que geram recursos financeiros aos cooperados.....	75
Tabela 3	Cooperativas geradoras de trabalho aos cooperados e empregos formais.....	75
Tabela 4	Cooperativas de trabalho distribuídas por região.....	78
Tabela 5	Sexo dos cooperados.....	97
Tabela 6	Idade dos cooperados.....	98
Tabela 7	Nível de escolaridade dos cooperados.....	98
Tabela 8	Residência dos cooperados.....	99
Tabela 9	Renda mensal antes da cooperação.....	99
Tabela 10	Trabalho antes da cooperação.....	99
Tabela 11	Atividade profissional antes da cooperação.....	100
Tabela 12	Termos mais citados para a cooperação.....	101
Tabela 13	Benefícios trazidos para a comunidade.....	101

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ACI</b>	Aliança Cooperativa Internacional
<b>OCA</b>	Organização das Cooperativas das Américas
<b>Anteag</b>	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Auto Gestão
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis Trabalhistas
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores
<b>Dieese</b>	Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos.
<b>DNRC</b>	Departamento Nacional de Registro Comercial
<b>ECOSOL</b>	Economia Solidária
<b>IDECOOP</b>	Instituto para o Desenvolvimento da Cooperação
<b>IPTC</b>	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
<b>OCA</b>	Organização das Cooperativas da América
<b>OCESP</b>	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>UNITRABALHO</b>	Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

## 1 INTRODUÇÃO

As organizações constituem uma das mais complexas e admiráveis instituições que a humanidade construiu. Proporcionaram o desenvolvimento de grupos sociais, mudando substancialmente o convívio humano e as relações interpessoais, buscando cada vez mais a interação entre indivíduos e/ou grupo de indivíduos para a obtenção de objetivos e resultados comuns.

As mudanças na estrutura do mercado de trabalho e no perfil e natureza do próprio trabalho se constituem hoje no problema central do desenvolvimento social, tanto em países altamente industrializados como em países em desenvolvimento.

O Brasil, particularmente, no seu processo de desenvolvimento foi envolvido nessa problemática em uma conjunção histórica negativa em termos de trabalho e emprego nas mudanças impostas pela reestruturação econômica mundial; a introdução de novas tecnologias na produção, as técnicas de gestão racionalizadas do trabalho, coincide com a crise de um modelo econômico baseado em investimentos públicos e protecionismo.

Agregue-se a isso a crescente internacionalização da economia e os compromissos derivados da integração regional para percebermos que o mercado de trabalho tradicional está mudando rapidamente. Essas mudanças são de caráter estrutural e não se devem só a medidas conjunturais, ainda que estas possam agravar ou reorientar o processo. O trabalho e o emprego no futuro certamente terão outra natureza que a conhecida na atualidade.

A globalização e a internacionalização econômica levam a uma crescente concentração de renda, colocando em evidência a fragilidade do modelo de produção dissociado de um modelo adequado de distribuição. As novas condições de produção permitem incrementar a produtividade, diminuir o peso do trabalho vivo, mas não geram os mecanismos redistributivos necessários.

As formas tradicionais de geração de emprego e distribuição de renda estão em cheque neste novo marco de globalização e integração econômica, elas excluem cada vez mais um maior número de pessoas do acesso a bens vitais e os programas e as políticas públicas ainda não alcançaram uma abordagem inovadora que compatibilize energia e esforços com a necessidade de incorporação das pessoas ao mercado de trabalho.

O cooperativismo, que é uma forma antiga de associação, continua dividindo opiniões e gerando polêmica. Algumas correntes políticas vêem nele a saída para o futuro nas relações e organizações de trabalho. Outras mantêm desconfiança no seu propósito e nas suas possibilidades. As cooperativas já tiveram grande repercussão no passado, imergindo depois em um processo de esquecimento. Nos últimos anos voltaram a ser valorizadas, conseqüência de seu crescimento, diversificação e como busca para a superação da exclusão do trabalhador do processo produtivo.

Atualmente existe uma grande variedade de cooperativas, dentre elas, a que mais vem se destacando, pela quantidade de novas cooperativas, são as de trabalho, isto porque vivem atualmente seu momento político e econômico de maior importância. A alternativa apresentada por esse tipo de cooperativa, no contexto de atividades laborais organizadas, dentre outros aspectos, é a de viabilizar além da geração e distribuição de renda também a promoção social.

Uma cooperativa de trabalho é uma fonte de produção e prestação de serviços, administrada e gerida unicamente por seus associados: trabalhadores, técnicos, administrativos ou profissionais. Todos com os mesmos direitos e obrigações, podendo ser realizado em várias formas de cooperativas de trabalho, com os cooperados desenvolvendo uma atividade produtiva de acordo com suas habilidades.

O desenvolvimento do cooperativismo de trabalho implica desafios e tarefas a desenvolver, tanto no interior do próprio sistema cooperativo como na sociedade.

O problema desta pesquisa será demonstrar como o cooperativismo de trabalho, por meio do estudo de cooperativas populares situadas nas cidades de Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Ubatuba, operam gerando uma alternativa de trabalho e renda, promovendo o desenvolvimento social e, principalmente, levando uma parcela da população que se encontrava economicamente excluída por: desemprego, renda familiar insuficiente e até a miséria a ponto de atingir o trabalho, a renda e o bem-estar social.

## **1.1 Objetivos do trabalho**

### **1.1.1 Objetivo geral**

Analisar as contribuições e possibilidades do Cooperativismo de Trabalho, especificadamente as cooperativas populares, como alternativa de geração de trabalho e renda, proporcionando a inclusão social e o resgate do exercício da cidadania de seus cooperados.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

Foram consideradas algumas questões derivativas do objetivo proposto, com a finalidade de elucidar o estudo.

#### **1.1.2.1 Principais**

- Analisar a figura do cooperado, ator principal do processo de mudança.
- Avaliar a necessidade de implementação de políticas públicas municipais para implantação de cooperativas populares;
- Verificar se as cooperativas de trabalho estudadas estão atuando como geradoras de trabalho e renda;
- Disseminar a teoria, a doutrina e a cultura cooperativista como forma de geração de recursos e desenvolvimento regional.

#### **1.1.2.2 Secundários**

- Mensurar a importância do empreendimento cooperativo de trabalho das empresas cooperativas estudadas, no contexto social e econômico da comunidade em que se situa;
- Avaliar e diagnosticar os benefícios da existência de um projeto de implantação de cooperativas populares;
- Verificar a importância do planejamento das ações e acompanhamento das cooperativas populares.
- Apresentar elementos de estudo que estimulem o prosseguimento da pesquisa científica sobre o cooperativismo de uma forma geral.

## **1.2 Delimitação do estudo**

O trabalho de pesquisa desenvolveu os seguintes temas principais:

- a) Economia Solidária – Solidariedade Social e Cooperação Econômica;
- b) Cooperativismo – Teoria e doutrina
- c) Empresa Cooperativa – Processo autogestionário e solidário;
- d) Cooperativa de Trabalho – Legitimidade de atuação;
- e) Cooperado – Ator do processo.

Enfatizou as cooperativas do ramo trabalho, do tipo cooperativas populares, como instrumento de estabilidade e meio para a inserção social, sendo uma ação rápida de resposta na geração de trabalho, na distribuição eqüitativa da renda e na oportunidade de solução social para a sociedade menos favorecida. Para tanto, foram analisadas cooperativas de trabalho sediadas em Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Ubatuba, fundadas com o propósito de atender às necessidades de inclusão social de seus cooperados.

Os aspectos legais e jurídicos serão analisados somente se forem necessários para elucidar o objetivo proposto.

### **1.3 Relevância do estudo**

A geração de emprego é um dos grandes desafios da era globalizada. Ao mesmo tempo em que os mercados exigem profissionais qualificados e criativos, o emprego formal vai cedendo lugar à prestação de serviços sem vínculos empregatícios. É neste cenário que as cooperativas de trabalho vêm conquistando espaço. Estas cooperativas são recentes e têm registrado grande crescimento, principalmente ocupando a população atingida pelo desemprego.

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, no início de seu mandato, criou a Secretaria Nacional da Economia Solidária, que desenvolve ações de geração de estruturas produtivas de emprego para a população marginalizada.

O objetivo da Secretaria Nacional da Economia Solidária é a geração de trabalho e renda, por meio do estímulo e apoio às entidades autogestionárias, ou seja, aquelas em que os trabalhadores administram juntos os empreendimentos e não possuem patrão nem empregado.

O desafio da Secretaria é a articulação com outros programas prioritários do governo federal, como o Fome Zero e aqueles voltados para problemas em grandes centros urbanos e no meio rural, como os catadores dos lixões e os mutirões de moradia.



A atuação da Secretaria ocorre em diversas frentes, desde o apoio aos pequenos agricultores assentados pela reforma agrária aos minifundiários tradicionais. Além disso, se dedica à defesa das cooperativas operárias de produção que possam suceder empreendimentos em crise pré-falimentar, ao combate às falsas cooperativas de trabalho, que espoliam seus trabalhadores, e ao apoio às legítimas, em geral constituídas pelos mais pobres, para emergir da informalidade e, graças à ajuda mútua, encontrar uma ocupação formal e socialmente reconhecida.

A relevância do tema situa-se no papel que se constata ter a experiência em cooperativas proporcionando o aumento das oportunidades de trabalho e geração de renda, na redução de desigualdades sociais e regionais, na elevação do capital social, principalmente através de processos de interação, aprendizagem e inovação.

As pesquisas em Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas que tratam da organização de cooperativas populares aumentaram significativamente nos últimos dez anos, envolvendo grande diversidade de áreas de conhecimento e estabelecendo importantes trabalhos interdisciplinares. Isso colocou as universidades mais próximas dos problemas geoeconômicos encontrados na sociedade, construindo a verdadeira missão das universidades, que é fomentar o desenvolvimento econômico e social de forma eqüitativa, visando reduzir os distanciamentos sociais. Corroborando essa afirmação, foi editada pelo Ministro Roberto Rodrigues, em 07/07/2004, a Portaria 157 (Anexo 1), que tem por objetivo estimular as pesquisas em cooperativismo.

O reconhecimento da importância destas sociedades para a atual conjuntura econômica e social parte do princípio que o seu crescimento vem colaborando para a diminuição do desemprego e para a geração de renda do trabalhador deste país, conforme o artigo “A hora e a vez do Cooperativismo”, de Evaristo Machado Neto (Anexo 2).

#### **1.4 Organização do trabalho**

A introdução do trabalho de pesquisa apresenta o panorama da situação atual, as mudanças na estrutura do mercado de trabalho como um problema para o desenvolvimento social e os efeitos da globalização e da internacionalização como excludentes da força de trabalho.

Indica o cooperativismo exercido pelas cooperativas de trabalho como forma de viabilizar a geração e distribuição de renda por meio da promoção social, considerando-o também como possível instrumento de política social, trabalhista e de desenvolvimento sustentável.

Apresenta, como objetivos da pesquisa, a análise das contribuições do cooperativismo de trabalho, nas cidades de Pindamonhangaba, Guaratinguetá e Ubatuba, como alternativa de geração de trabalho e renda, tendo como consequência à promoção e o desenvolvimento social.

Delimita o estudo nos temas principais: economia solidária, cooperativismo e a cooperativa popular como empreendimento solidário gerador de trabalho e renda.

Expõe a relevância do estudo pelo reconhecimento da importância das cooperativas de trabalho como agente de mudança para a diminuição do desemprego e inserção social da pessoa do cooperado.

Na revisão da literatura buscou-se concentrar aspectos relevantes sobre o processo histórico e contemporâneo da economia solidária, do cooperativismo e da sociedade cooperativa.

As pesquisas foram desenvolvidas buscando-se apresentar o processo de evolução histórica, iniciando-se na economia solidária, seu desenvolvimento e atualidade no Brasil, expondo seus principais precursores, sua ideologia e forma de atuação.

Em outras palavras, fundamentar-se numa economia de produtores-trabalhadores que atuam entre a lógica do capital e a lógica de suas necessidades e que, enfim, se organizam com o intuito de se defender da competição capitalista, e para isso desenvolvem formas comunitárias, cooperativas, associativas e autogestionárias. É a economia do povo, daqueles que foram excluídos do mercado de trabalho. Um dos grandes diferenciais é que nessa economia, em primeiro plano está a geração de emprego, para que através deste os indivíduos possam suprir suas necessidades.

A seguir pesquisou-se o cooperativismo com o intuito de visualizá-lo como uma das atividades econômicas realizadas dentro desse modelo de economia alternativa ao capitalismo, que se utiliza fundamentos mutualistas, processo democrático e autogestionário.

Destacou-se toda a evolução do cooperativismo, desde o resgate histórico de seu surgimento com os pioneiros de Rochdale, o cooperativismo no Brasil, a sociedade cooperativa e os vários ramos de atuação.

O estatuto jurídico do cooperativismo brasileiro, Lei 5.764/71, foi citado no transcorrer do texto para fundamentar juridicamente as argumentações.

Concluiu-se a revisão bibliográfica com a caracterização da cooperativa popular como um empreendimento solidário. O cooperativismo pode estar ou não conectado à Economia Solidária, a diferença está em como os indivíduos se utilizam dessa forma de geração de emprego e renda. Uma cooperativa popular e solidária terá

um cunho social mais destacado, onde a cooperação de seus membros esteja em primeiro lugar.

O desenvolvimento deste trabalho foi estruturado utilizando-se informações bibliográficas para situar a questão de forma dedutiva; posteriormente o procedimento metodológico foi o estudo de casos de três cooperativas, em fases distintas de desenvolvimento, situadas em Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Ubatuba.

O procedimento metodológico consta da análise qualitativa e quantitativa dos dados obtidos pelo estudo de casos.

Inicialmente foram analisados os questionários preliminares, realizados no momento da concepção dos empreendimentos, anteriores à pesquisa e disponibilizados pelas cooperativas, para demonstrar a situação socioeconômica inicial dos cooperados.

Posteriormente foram aplicados os formulários e realizadas as entrevistas, com a finalidade de fundamentar os objetivos com as informações dadas pelos respondentes.

Finalmente foi realizada a análise documental para verificar a legalidade e legitimidade dos atos praticados pelas cooperativas.

Apresenta a análise dos dados objetivando verificar os resultados do empreendimento como gerador de renda, promoção e desenvolvimento social dos cooperados.

Foram verificados os efeitos da cooperação na vida das pessoas, as mudanças comportamentais e sociais.

Os resultados fundamentam que uma pessoa sozinha dificilmente consegue ter voz no mundo globalizado em que vivemos. Mas tudo é muito diferente quando as pessoas se reúnem em grupos organizados em torno de interesses comuns, em que todos podem expor os seus pontos de vista, em um verdadeiro processo democrático.

Em cooperativas, as pessoas adquirem poder de inserção social. Conquistam meios de sobrevivência. Difundem o espírito do cooperativismo. Promovem a melhoria de vida das comunidades, criando redes de proteção social. Se um pequeno agricultor, por exemplo, perder toda a colheita numa determinada época, ele estará muito mais protegido se for associado a uma cooperativa. A solidariedade é um valor muito forte nas associações que criam essas redes de proteção social. E essa é a essência da vida em sociedade, essa é a essência da cultura do voluntariado: ajudar uns aos outros com o objetivo de viver num mundo mais digno e justo.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 A Economia solidária

O crescente desemprego, as transformações no mercado de trabalho e na própria organização econômica do Brasil e no mundo, está desencadeando um forte processo de expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção.

Muitas experiências coletivas de trabalho e produção estão se disseminando em todo o país, são formas de cooperativas de produção, de crédito, de serviços e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e organizações populares, no campo e na cidade, que confirmam em seu conjunto a chamada economia solidária (Singer, 2002).

Viana (2002, p.26) expõe que:

Desde a última década, o movimento pela economia solidária vem se articulando de maneira inédita no Brasil – reflexo da crise, claro, e por ironia, em extrema contradição com o modelo que a gerou. As idéias são organizar cooperativas geridas pelos próprios sócios (...). O fôlego dos últimos anos teve início em 1994, com a fundação da Anteag, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, a partir da transformação da falida empresa Calçados Makerli (Franca, SP) em cooperativa gerida pelos funcionários, seus principais credores.

Conforme descrevem Singer e Souza (2003), em decorrência do grande movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, teve início na década de 90 o programa das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que tem como origem a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). O objetivo dessa iniciativa tem sido utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, visando sua inclusão no mercado de trabalho.

Conforme Singer (2002), desde 1999 as ITCPs constituíram uma rede que se reúne periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional de economia solidária.

No mesmo ano, a rede se filiou à Fundação Unitrabalho, que reúne mais de 80 universidades e presta serviços, nas mais diversas áreas, ao movimento operário. A Unitrabalho desenvolve desde 1997 um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária.

A economia solidária se coloca como um novo paradigma na busca de soluções para a crise social e econômica que gerou uma exclusão massiva de milhões de pessoas. É preciso admitir a impossibilidade de reintegração social dentro do

sistema imperante, atualmente, no mundo. É preciso perder a esperança que a economia capitalista se reative e dê lugar ao contingente dos excluídos.

Em recente entrevista à revista Fórum, edição de outubro de 2004, o professor Paul Singer enfatizou que a economia solidária é uma economia completamente oposta à capitalista em todos os aspectos importantes. Une-se capital ao trabalho, que é o que o capitalismo separa. E isso dá ao trabalhador uma situação totalmente diferente. O assalariado é um trabalhador sem poder nem responsabilidade, por definição legal. Se a empresa vai mal, ele não sofre nada. Se vai bem, tampouco. Tem direito ao salário. Na economia solidária é ao revés, o trabalhador tem responsabilidade total; não individual, mas coletiva, pela empresa. Ele é, por todos os pontos de vista, um participante ativo, com poder e responsabilidade. Há uma emancipação, uma desalienação. Não se pode ser parte de um todo e ficar alheio ao que acontece.

A finalidade maior da economia solidária é a possibilidade do desenvolvimento sempre mais integral da pessoa e da comunidade, e o progresso de uma nação ser medido pela realização das condições que favorecem a cada pessoa, a cada comunidade e a sociedade como um todo, um desenvolvimento integral, suficiente e sustentável.

Observa-se que a economia solidária não pode ser vista apenas como um movimento econômico. É necessário que esteja ligada a outros movimentos sociais que buscam a melhoria da qualidade de vida da população em geral. Sendo assim, irá adquirir cada vez mais credibilidade e aumento dos adeptos, com maior força para enfrentar os desafios, que não são poucos.

### **2.1.1 O solidarismo**

Ávila (1963) define o solidarismo como uma doutrina portadora de uma dinâmica que tende a projetá-lo em um movimento e a encará-lo em um sistema, tem como categorias básicas à pessoa humana e a comunidade humana. A pessoa como ser racional, livre, social é portadora de uma vocação a um destino transcendente ao mero processo histórico em que está envolvida do qual participa como agente consciente.

Conclui o autor que a reforma solidarista é uma reforma comunitária. O solidarismo pretende deferir às comunidades reais, em todos os níveis em que se realizam, as hegemonias do processo histórico. Os destinos sociais e econômicos são deferidos às comunidades locais, às comunidades de vizinhança, às comunidades de trabalho, às comunidades de grupos.

Para Singer e Souza (2003), a economia solidária não é criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas (denominados utópicos) da primeira metade do século XIX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon, etc) tenham dado contribuição decisiva ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma criação em processo contínuo dos trabalhadores em luta contra o capitalismo, como tal ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda a sua evolução.

Esclarece Singer que para entender a lógica da economia solidária é fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo. O que ela condena é antes de tudo a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão logo sua condição mude, pois a ditadura do capital faz com que:

- a) Qualquer trabalhador deva obediência às ordens emanadas do dono ou de quem age em seu nome;
- b) Todo fruto do trabalho coletivo seja propriedade do capitalista, em cujo benefício todos os esforços devam ser enviados;
- c) O trabalhador só faz jus ao salário previsto contratualmente e aos seus direitos legais.

Singer (2003) prossegue sua crítica ao capitalismo ao considerar seus efeitos extra-empresa: a crescente desigualdade entre as classes capitalistas, cuja riqueza aumenta com a acumulação do capital, e as classes trabalhadoras, cujos ganhos são apenas suficientes para reproduzir sua força de trabalho cotidianamente e produzir nova força de trabalho, os seus descendentes – que substituirão os trabalhadores aposentados e os sustentarão mediante suas contribuições previdenciárias.

A economia solidária é o processo que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vêm ensaiando na prática e pensadores socialistas vêm estudando, sistematizando e propagando. Os resultados históricos desse processo em construção podem ser sintetizados do seguinte modo:

- Homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas;

- Pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em sociedade, visando economias em escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedade deles;
- Assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida;
- Pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários;
- Os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação, etc.

Essas iniciativas são todas de não-capitalistas, ou seja, de pessoas excluídas da posse dos meios de produção e distribuição, pertencentes a duas classes distintas, mas não antagônicas: ou são possuidoras de meios individuais de produção e distribuição e, para ganhar a vida, dependem da venda de seus produtos, ou possuem unicamente sua capacidade de trabalhar e dependem de sua venda para ganhar a vida. As duas frações da classe trabalhadora dependem de sua atividade produtiva para sobreviver, semelhança que possivelmente explica a tendência de as associações que formam pautarem-se pelos mesmos princípios.

Conclui Singer (2003) que há indiscutivelmente forte afinidade entre as classes trabalhadoras e os princípios que regem a economia solidária. Nem todos os trabalhadores rejeitam o capitalismo, mas a maioria deles o faz, quando se associam para comprar, vender ou consumir sob formas solidárias.

Relata Sachs (2003) que a economia solidária não surge como mera reação espontânea ao desemprego e exclusão social, ela pressupõe uma espécie de revolução cultural, a rejeição dos valores liberais e individualistas, que vêem no darwinismo social a força motriz indispensável do progresso.

Argumenta ainda que um número significativo de apoiadores da economia solidária, que se empenham nessa mudança de valores, são entidades ligadas a Igreja Católica. O trabalho pastoral vem insistindo nessa mudança há muito tempo, e desde os anos 80, tratou de implementar os chamados Projetos Alternativos Comunitários, boa parte dos quais se tornou empreendimento solidário.

Conclui-se que a partir dessas iniciativas, um número crescente de entidades civis foi criado com a finalidade profícua de fomentar e apoiar a organização de trabalhadores em empreendimentos solidários.

Apresenta Singer (2002) as origens históricas da economia solidária informando que a mesma nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção.

A Grã-Bretanha foi à pátria da Primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno.

A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar em pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar. Por isso, industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. Entre eles encontrava-se o britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark. Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, Owen decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas.

O tratamento generoso que Owen dava aos assalariados resultou em maior produtividade do trabalho, o que tornou sua empresa bastante lucrativa, apesar de gastar mais com folha de pagamento. Owen tornou-se objeto de grande admiração e respeito, adquirindo fama de filantropo. Visitantes do mundo inteiro vinham a New Lanark tentar decifrar o mistério de como o dinheiro gasto com o bem-estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro, ao fim de cada exercício.

A Revolução Francesa provocou um longo ciclo de guerras na Europa, que se encerrou apenas em 1815. Logo após, a economia da Grã-Bretanha caiu em profunda depressão.

Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo britânico para que os fundos de sustento dos pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem invertidos na compra de terras e construções de aldeias cooperativas, onde as pessoas iriam viver trabalhando nas terras e nas indústrias, produzindo assim sua própria subsistência. Os excedentes da produção poderiam ser trocados entre as aldeias.



O raciocínio econômico de Owen era impecável, pois o maior desperdício, em qualquer crise do tipo capitalista, é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho. Há um efetivo empobrecimento da sociedade, que se concentra nos que foram excluídos da atividade econômica. Portanto, conseguir trabalho para eles é expandir a criação da riqueza, permitindo a rápida recuperação do valor investido. Isso foi demonstrado de outra forma por John M. Keynes, também britânico, durante a terrível crise da década de 1930. Dessa vez os governos atenderam ao apelo e passaram a praticar política de pleno emprego, que funcionaram durante cerca de 30 anos, demonstrando a veracidade da tese de Keynes, antecipada 119 anos por Owen.

Informa ainda Singer (2003) que a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão desregulamentada das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX.

As cooperativas eram tentativas, por parte de trabalhadores, de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo.

Argumenta Pinho (2004) que a origem da economia solidária está ligada a entre-ajuda de pessoas carentes e excluídas da economia de mercado, sem acesso aos bens produtivos, aos serviços, à tecnologia e ao crédito. Mas, aos poucos, a economia solidária está revelando também seu potencial de modelo econômico e social relativo a uma forma original de organização socioeconômica e social.

Informa ainda que no Brasil a economia solidária intensificou-se com a crise dos anos 1980, período em que ex-funcionários assumiram a massa falida de empresas em que trabalhavam, com apoio de organizações.

Apresentando essa origem histórica da economia solidária, seria justo chamar essa fase inicial de sua história de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo e o fortalecimento do cooperativismo como alternativa de mudança social.

### **2.1.2 A economia solidária no Brasil**

Segundo Sachs (2003), a economia solidária assume diferentes formas no Brasil. Uma classificação lógica toma por critério a finalidade do empreendimento solidário, sendo considerados empreendimentos que geram trabalho e renda aos seus membros. Dentro dessa forma distinguem-se:

- Unidades Sociais de produção de mercadorias, nas quais todos os membros tomam parte numa divisão técnica do trabalho que eles mesmos determinam. São exemplos cooperativos de produção industrial que muitas vezes sucedem empresas capitalistas em crise ou falidas, cooperativas agropecuárias em assentamentos de reforma agrária.
- Cooperativas ou associações formadas por produtores independentes, que trabalham em seus próprios locais, com seus próprios meios de produção e que compram e vendem em comum. São chamadas cooperativas de comercialização, embora possam prestar outros serviços aos seus membros. Fazem parte desse grupo às cooperativas agrícolas, as cooperativas de catadores de material reciclável, cooperativas de médicos, taxistas, farmácias, etc.
- Cooperativas formadas por profissionais que prestam serviços a empresas que podem ser capitalistas ou solidárias. São exemplos contemporâneos as cooperativas de eletricitistas e telefônicos, como também as cooperativas que se encarregam, sob contrato, da manutenção das áreas verdes, limpeza interna e externa de edifícios, da varrição de logradouros, coleta de lixo, etc.
- Cooperativas de trabalho que fornecem mão-de-obra para outros empreendimentos, em geral capitalista, sob contrato. Diferem das prestadoras de serviços porque não são contratadas para a prestação permanente ou por longos períodos de determinados serviços, mas para fornecer trabalhadores que realizam tarefas sob o comando do contratante, em locais determinados por este último por dias ou semanas.

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. A empresa capitalista pertence aos investidores, aos que forneceram o dinheiro para adquirir os meios de produção e é por isso que sua única finalidade é dar lucro a eles, o maior lucro possível em relação ao capital investido. O poder de mando, na empresa capitalista, está concentrado totalmente (ao menos em termos ideais) nas mãos dos capitalistas ou dos gerentes por eles contratados (SINGER, 2003).

Argumenta ainda Singer (2002) que mesmo as empresas que nasceram como solidárias acabaram por se adaptar ao capitalismo e por isso deixaram de ser solidárias. O caso mais notório foi o das cooperativas de consumo, que alcançaram grande importância na Europa, e que optaram por assalariar os seus trabalhadores e administradores. Essa decisão provocou viva resistência por parte dos cooperados mais antigos. O conflito foi travado em relação às cooperativas de produção criadas

pelas cooperativas de consumo e, sobretudo, pela grande central cooperativa atacadista inglesa, que abastecia as demais. Os trabalhadores destas indústrias cooperativas tinham participação no capital, nas sobras e nas instâncias diretivas, além de dificilmente perderem o trabalho, mesmo em épocas de crise. Aos olhos dos demais trabalhadores, associados das cooperativas de consumo, e, portanto “donos” das cooperativas de produção, os que trabalhavam nelas estavam sendo privilegiados em relação à condição deles, de meros assalariados.

A economia solidária se compõe das empresas que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão. Ela faz parte, portanto, da economia cooperativa ou social, sem se confundir com as cooperativas que empregam assalariados. Na realidade, a grande maioria das empresas apresenta graus muito variados de autogestão, não apenas de cooperativa para cooperativa, mas para a mesma cooperativa em diferentes momentos.

A economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, da pequena produção de mercadorias, da produção estatal de bens e serviços, da produção privada sem fins de lucro -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses.

Singer (2002) afirma que a economia solidária surgiu no Brasil provavelmente como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pediram concordata e entraram em processo falimentar. Foi dessa época a formação das cooperativas que assumem a indústria Wallig de fogões, em Porto Alegre, a Cooperminas, que explora uma mina de carvão falida em Criciúma (Santa Catarina) e as cooperativas que operam as fábricas (em Recife e em S. José dos Campos) da antiga Tecelagem Parahyba de cobertores. Todas elas continuam em operação até hoje.

O fechamento de empresas e a demissão de muitos trabalhadores prosseguiram durante os anos 80 e 90, as duas décadas perdidas. Pouco a pouco se desenvolveu uma tecnologia para aproveitar as oportunidades oferecidas pela legislação aos trabalhadores, de arrendar ou adquirir a massa falida ou o patrimônio dos antigos empregadores e assim preservar seus postos de trabalho.

A equipe que melhor desenvolveu essa tecnologia teve sua origem na antiga Secretaria de Formação do Sindicato dos Químicos de São Paulo, que tinha por missão agir dentro das empresas “conscientizando os trabalhadores, avaliando a sociedade em seu conjunto e os políticos, a partir do que representavam do ponto de vista dos interesses da classe dominante nacional e internacional” (Anteag, 2000). Em

1991, muda a diretoria do Sindicato dos Químicos e a Secretaria de Formação é fechada.

No mesmo ano, em função da abertura do mercado interno às importações, entra em crise uma grande fábrica de sapatos, a Makerly de Franca, (SP), que empregava 482 trabalhadores. O Sindicato dos Sapateiros se empenha em impedir que tantos trabalhadores percam seus empregos e chama um dos integrantes da antiga equipe dos Químicos, Cido Faria, então no Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos Sociais e Econômicos), para transformar a empresa em vias de falir numa “fábrica de trabalhadores”.

O Dieese, uma antiga e prestigiosa entidade de apoio aos sindicatos, não só cedeu o seu funcionário, mas contribuiu com literatura sobre os “ESOPs” (Employee Stock Ownership Plans), que são planos de participação dos empregados no capital acionário das empresas, nos Estados Unidos, onde recebem incentivos por lei e que têm se difundido bastante.

Outras empresas, em geral grandes e antigas, entraram em crise e acabaram se tornando autogestionárias: Cobertores Parahyba, Facit, Hidro-Phoenix, etc.

Em 1994, foi realizado em São Paulo o 1º Encontro dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, do qual participaram representantes de seis empresas. Nesse encontro decidiu-se criar a Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária).

A Anteag surgiu não só para ajudar a luta dos trabalhadores pela preservação dos seus postos de trabalho e ao mesmo tempo pelo fim de sua subordinação ao capital, mas também para assessorar as novas empresas solidárias.

Os projetos precisavam ser coordenados porque, mesmo que inicialmente pressionados pelo desemprego, quando os trabalhadores assumiam as empresas tinham de enfrentar inúmeras questões, novas para eles, dentre elas aquelas relativas ao mercado e à comercialização dos produtos, ao acesso a crédito e controle orçamentário da empresa, à organização do trabalho e da produção, à tecnologia, à legislação. Se, por um lado, as relações de solidariedade entre trabalhadores, o apoio de alguns sindicatos às suas iniciativas eram fundamentais, por outro não eram suficientes. Havia necessidade de articular pessoas e instituições, democratizar informações, criar um espaço para o debate e produção de alternativas. Enfim, havia a necessidade de uma entidade que assumisse esses papéis. Era o começo da Anteag.

A Anteag foi crescendo ininterruptamente. Com o êxito das primeiras empresas solidárias, foram se multiplicando as iniciativas de sindicatos e trabalhadores no mesmo sentido e para viabilizá-las solicitavam a assistência dos

técnicos e formadores da Anteag. A partir de 2000, a Anteag começou a ser contratada também por governos que decidiram dar prioridade à economia solidária.

Esclarece Campello (2003) que a economia solidária é uma alternativa tanto para as vítimas desempregadas ou sócioeconomicamente excluídas pela crise do mundo do trabalho, quanto para aqueles que aspiram a um modo de produzir e de viver que se baseie na igualdade política e na democracia social. Ela é um modo de produzir, circular, poupar e emprestar que nega a divisão de classes entre empregadores e empregados e a competição entre empresas e dentro das empresas. Em seu lugar procura construir relações sociais igualitárias, que induzam à confiança mútua entre os que trabalham juntos e a ajuda mútua entre os que se ocupam em atividades distintas e intercambiam seus produtos.

De acordo com Marques (1978), a solidariedade dos que enfrentam os mesmos problemas é o melhor caminho para que cada qual melhor os entenda e melhor os enfrente, não na estreiteza e no confinamento do seu eu individual, mas numa forma nova de pensar e agir: a consciência do grupo e a forma de cooperação.

Desde as cooperativas de consumo, de produção, de crédito e de compra e venda, inventadas na segunda metade do século XIX, até os clubes de troca, o micro-crédito à base do aval solidário, os complexos cooperativos, as cooperativas sociais, as redes de comércio justo e os grupos de consumo responsável, que surgiram nos últimos trinta anos, observa-se à geração incessante de novas instituições de economia solidária.

De acordo com o Plano de Ação 2004 da Secretaria Nacional da Economia Solidária, como política pública do Governo Federal, a economia solidária tem, como a maioria das outras políticas da área social, de forma generalizada, o cidadão como público-alvo. E o cidadão vive, concretamente, no município. Além disso, é pressuposto da economia solidária a construção coletiva, que se dá em empreendimentos que devem ser fomentados ou apoiados.

A SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária), de acordo com a orientação do Governo Federal que se preocupa em não sobrepor ações, de maneira a não haver gastos desnecessários e melhor distribuição dos recursos, se preocupa em concatenar as ações com outras esferas de governo, com a idéia de somar esforços onde eles já existem ou possam vir a existir. A união de esforços entre as esferas governamentais terá um efeito amplificador na implantação de políticas públicas de economia solidária.

Quando tenta se avaliar a Economia Popular e Solidária como uma alternativa ao sistema econômico vigente, deve-se primeiramente entender o que quer dizer o “alternativo”. Lisboa (1998, p.9) faz a seguinte observação:

A construção de uma alternativa depende da compreensão da própria palavra “alternativa”: a raiz “alter”, outro, aponta para o diferente, o novo. Já o radical “nativa”, denomina aquilo que é inerente a uma realidade, que lhe é congênito, que lhe envolve. O alternativo vem, portanto, desde dentro, ou da base. Um outro caminho para a sociedade depende, para emergir, de um pensamento novo que permita perceber que a saída se encontra dentro das nossas possibilidades se valorizarmos aquilo que é inerte à nossa natureza, possibilitando romper com padrões exógenos que vem destruindo nossas solidariedades locais adaptadas a condições ecológicas singulares. O paradigma da vida inspira-se na natureza (e não na máquina): uma árvore sustenta-se de forma resistente e duradoura apenas se estiver bem enraizada em seu solo.

Conclui Paul Singer que o Estado deve apoiar a construção da economia solidária sem pretender definir-lhe os rumos. A economia solidária, para não perder sua autenticidade, tem de permanecer independente de todas as entidades que lhe dão apoio, sobretudo do Estado. Como a economia solidária oferece soluções efetivas e viáveis à crise social, é perfeitamente justificável que ela receba verbas públicas e apoio político do Estado.

## **2.2 O cooperativismo**

### **2.2.1 Conceitos**

No mundo moderno, cooperação consiste em associar pessoas com a finalidade de se realizar negócios com o capital próprio visando o benefício mútuo.

Do ponto de vista jurídico, a cooperação é considerada uma forma coletiva de organização ou sociedade, na qual os direitos e os deveres dos cooperados são previamente estabelecidos, como retirada do excedente, exercício do voto, adesão voluntária, neutralidade política, religiosa, racial e social.

Sob o enfoque econômico, a cooperação consiste em um meio de se elevar o padrão de vida dos associados. (DOMINGUES, 2002).

Segundo Pinho (1966), etimologicamente os termos cooperação, cooperativa e cooperativismo derivam do verbo cooperar, de origem latina *cooperari* (*cum e operari*), que significa operar com alguém. Portanto, cooperação exprime a idéia de ação conjunta na busca de um objetivo comum, já em cooperativismo à idéia é de sistema, doutrina e situação, e a idéia em cooperativa é a de que coopera.

A cooperação é resultado do trabalho conjunto: Marx conceitua cooperação como a ‘forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos’.

Analisando a cooperação sob o ponto de vista sociológico, (Pinho, 1966) expõe que a cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada de indivíduos para alcançar o mesmo objetivo.

Moura (1968) considera o cooperativismo essencialmente evolutivo e pacífico, porque deseja se impor pela razão e não pela revolução. Deseja que todos tenham igualdade e oportunidade dentro do conceito de justiça social, concluindo que o cooperativismo é uma autêntica democracia econômica, porque atende, simultaneamente, a todas as classes, e não deseja ser o instrumento coercitivo ou de pressão de nenhuma delas sobre as demais.

Completa Veiga (2001) que o cooperativismo é um sistema de cooperação econômica que pode envolver várias formas de produção e de trabalho. Para tanto, o cooperativismo visa o aprimoramento do ser humano em todas as suas dimensões – social, econômica e cultural-, preocupa-se com a qualidade de seus produtos e serviços, busca o preço justo, preocupa-se com seu entorno e com o meio ambiente e busca construir uma sociedade mais eqüitativa, democrática e sustentável.

O ideal do cooperativismo se disseminou pelo mundo e atua em todos os setores da economia. É reconhecido como o sistema mais adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores. É o sistema que propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio do objetivo. Procura proteger a economia dos trabalhadores e se caracteriza por garantir a participação mais ampla possível da população nos frutos da sociedade econômica, é, portanto, uma forma alternativa de pensar, realizar o trabalho e coordenar a economia.

É um sistema de idéias, valores e formas de organização da produção de bens e serviços e do consumo que recorre às cooperativas como forma ideal de organização das atividades socioeconômicas.

Informa Benato (2002) que o cooperativismo tem como objetivo difundir os ideais em que se baseia, no intuito de atingir o pleno desenvolvimento financeiro, econômico e social de todas as sociedades cooperativas.

Roloff (2002) expõe o cooperativismo como um rumo e um ideal para seres superiores que compreendem no seu íntimo a necessidade de cooperar e de dividir bens, serviços e conhecimentos para facilitar a sobrevivência humana na terra, sendo um instrumento de organização da sociedade e das pessoas, através do qual, de forma democrática e solidária, as pessoas constroem e participam de instituições

cooperativas com objetivo claro: atender às necessidades dos associados, de seus familiares e da comunidade.

Para Silva Filho (2001), o cooperativismo, como forma típica de associação, é um fenômeno relativamente moderno, haja vista seu surgimento datar do século XIX, não obstante se encontrarem antecedentes mais remotos decorrentes do sentido de solidariedade que, em essência exteriorizando concretamente manifestações próprias e inerentes aos princípios do cooperativismo, não se apresentam como concebidos no conceito, hoje institucionalizado.

Argumenta Pinho (2004) que o cooperativismo pode ser focalizado como doutrina, teoria, sistema, movimento ou simplesmente técnica de administração de cooperativas. Esclarece que como doutrina o cooperativismo surgiu em oposição às conseqüências do liberalismo econômico, sobretudo na Inglaterra e na França. Mais tarde reagiu a outros sistemas econômicos que se instalaram em diversos países, embasados em crescente intervencionismo estatal. Propõe-se não somente corrigir o meio econômico social como também prestar serviços. Para realizar tais fins, o meio utilizado é a reunião de pessoas.

### **2.2.2 Evolução histórica geral do cooperativismo**

As cooperativas tiveram sua origem nas reações defensivas de trabalhadores contra altos preços dos bens de primeira necessidade. A mais antiga cooperativa, com existência documentada, foi iniciada em 1760 por trabalhadores empregados em estaleiros de Woolwich e Chatham, na Inglaterra. Eles fundaram moinhos de cereais em base cooperativa para não terem de pagar os altos preços cobrados pelos moleiros que dispunham de um monopólio local. No mesmo ano o moinho foi incendiado e os padeiros foram acusados do sinistro. Essa cooperativa só foi registrada na história devido ao incidente (Veiga, 2001).

Houve uma grande proliferação de padarias e moinhos cooperativos depois que a Inglaterra entrou em guerra com a França (1793). Pela documentação a cooperativa de consumo mais antiga foi a dos tecelões de Fenwich (1769), na Escócia.

A mais antiga cooperativa de consumo inglesa foi fundada em 1795, a *Oldhan Co-operative Supply Company*. Em 1823, havia, somente em Paris, 160 associações de ajuda mútua com cerca de 12 mil membros. Dessa perspectiva associativista é que surgiram depois as cooperativas operárias de produção.

O processo de formação das primeiras cooperativas no mundo divide a história em duas vertentes: uma que defende seu início na França e outra que afirma ter sido na Inglaterra.



A primeira corrente afirma que as cooperativas surgiram na França, onde apresentou maior grau de desenvolvimento, como frutos da Revolução Industrial no século XIX, nas quais era permitida adesão de determinada classe de operários braçais. Sua expressão maior deu-se com Charles Fourier, em 1808, que postulava a solução dos problemas sociais por meio da formação de colônias, onde as famílias viveriam sob modo de comunidade societária promovendo um ambiente de convívio espontâneo em que haveria abundância e igualdade de todos, onde a competição daria lugar à cooperação e o trabalho assalariado seria extinto.

No entanto, a maior parte da literatura sobre o tema apóia como verdadeira a segunda vertente. Surgido como uma expressão histórica dos movimentos sociais, o sistema cooperativista teve seu início em 1844 na Inglaterra, em Rochdale, uma pequena cidade têxtil que muito sofreu com o advento da industrialização. As fábricas substituíram os tecelões por máquinas de fiar, deixando-os sem trabalho.

Declara Benato (2002) que os operários ingleses, especificamente os das tecelagens, passaram por um problema muito sério. Aproximadamente em 1830, introduziram a máquina a vapor, como instrumento de tecnologia moderna. Cada máquina significava o desemprego de vários operários. Assim, o que levou os operários a se unirem foi o desejo de se protegerem contra o desemprego e se manterem vivos através da organização de uma cooperativa que pudesse supri-los do básico para viver até conseguirem novo emprego. A cooperativa ainda se propunha a cultivar uma área rural, plantando alimentos necessários a sua sobrevivência, gerando empregos a serem preenchidos pelos companheiros excluídos do mercado de trabalho.

Descreve Pinho (2004) que os Pioneiros de Rochdale criaram a primeira cooperativa popular de consumo que serviu de padrão organizacional para o mundo inteiro. Pouco tempo depois, os Pioneiros formaram o primeiro grupo cooperativo atacadista.

O esquema das cooperativas de consumo já havia sido tentado, sobretudo em Brighton (1827), com Willian King, e em Lyon (1835), com a sociedade “*Lé Commerce Véridique*”, ambos de efêmera duração, sobretudo por não haverem encontrado condições socioeconômicas e políticas favoráveis.

A idéia estava amadurecendo, mas a matriz do cooperativismo de consumo surgiu mais tarde, em Rochdale (distrito de Lancashire, Manchester, Inglaterra), como fruto da iniciativa de 28 operários do setor têxtil, que buscavam um

meio de melhorar sua precária situação econômica. Foi registrada em 24 de outubro de 1844 como *Rochdale Society of Equitable Pioneers Ltd* (Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda), em 21 de dezembro do mesmo ano, começou a funcionar como armazém cooperativo. Iniciou suas atividades com capital de 28 libras, suficiente apenas para comprar pequena quantidade de manteiga, farinha de trigo, aveia e vela.

Informa Thenório Filho (1999) que a sociedade só assumiu o nome de Cooperativa de Rochdale após a promulgação da lei de 1852, sobre a sociedade industrial e de previdência por influência direta de John Malcolm Ludlow, denominada "Industrial and Provident Societ Act". Esses pioneiros ficaram mundialmente conhecidos como os "PROBOS PIONEIROS DE ROCHDALE". A primeira diretoria foi constituída da seguinte forma: presidente: Miles Ashworth; tesoureiro: John Holt, e secretários: Charles Howarth e James Daly. A Figura 1 apresenta a fotografia de 13 cooperados pioneiros de Rochdale.



Figura 1 – Fotografia dos pioneiros de Rochdale (MANCHESTER, 2003)

Segundo Thenório Filho (1999), a sociedade cresceu rapidamente, demonstrando resultados financeiros positivos e, em fins de 1845, eram 80 associados enquanto o capital atingia 180 libras esterlinas, em 1851 contava com 630 associados e a sociedade passou a funcionar o dia todo, em 1857 passou para 1850 associados, e dez anos mais tarde, o seu quadro social atingiu 5.300 associados.

Argumenta Panzutti (2001) que os planos dos pioneiros, divulgados juntamente com os Estatutos Sociais, eram grandiosos e estavam de acordo com a proposta de ir às fontes produtoras a fim de oferecer melhores preços aos consumidores. Integração, aliás, que rapidamente se tornou modelo em toda a Escócia, quando os pioneiros transformaram a pequena venda, fundada em *Toad Lane*, em 1844, na grande organização atacadista *CWS-Co-operative Wholesale*

*Society* em 1863. A visão de progresso estava expressa, desde os primeiros momentos, nos objetivos da cooperativa.

Conclui Panzutti (2001) que os Probos Pioneiros passaram, então, a ser considerados inventores da moderna distribuição cooperativa de bens de consumo. Para assegurar o mercado, utilizar as últimas técnicas de fabricação, garantir a qualidade dos produtos, a estabilidade dos preços e o retorno dos dividendos, os Pioneiros desenvolveram em três direções:

- a) Organização de uma cadeia de distribuição, importando barato e assegurando a continuidade do abastecimento pela organização da produção e do processamento de “commodities” nos países de origem ou na Grã Bretanha;
- b) Busca da auto-suficiência e, ao mesmo tempo, da garantia de estabilidade de fornecimento e de preço, organizando fábricas de todos os produtos básicos que a classe trabalhadora consumia regularmente;
- c) Recuperação de sociedades varejistas de trabalhadores e integração delas em sua rede.

Descreve Silva Filho (2001) que a evolução posterior e repercussão do cooperativismo devem-se ao êxito da cooperativa de Rochdale, tornando possível deduzir as tendências inovadoras de tais instituições, entre as quais se destacam:

- O movimento cooperativo já não pretende ser baluarte da transformação da sociedade em todas as suas ordens: começa a se definir como uma alternativa dentro do sistema, e não mais como uma alternativa ao sistema;
- O movimento cooperativo separa-se do movimento obreiro ou sindical;
- Define o começo de um movimento interclassista que deixa de ser formado apenas por obreiros, dando aparecimento às cooperativas agrícolas, de profissionais, etc;
- A ocorrência de especialização das cooperativas.

No século XIX, pode-se destacar o crescimento das cooperativas em cinco modalidades, ou espécies, tradicionalmente diferentes:

- a. Cooperativas de consumo, cuja origem foi a de Rochdale;
- b. Cooperativas de trabalho, que tiveram seu primeiro impulso na França;
- c. Cooperativas de crédito, com surgimento na Alemanha;
- d. Cooperativas agrícolas, com origem na Dinamarca e na Alemanha;

- e. Cooperativas de serviços, como as de moradias e saúde, que surgiram em diferentes países da Europa

Silva Filho (2001) afirma que posteriormente distinguiram três grandes tendências:

- a) Corrente não exclusivista ou relativista, segundo a qual o cooperativismo é uma forma de organizar a sociedade que não exclui outras formas associativas ou organizacionais. O propulsor dessa teoria foi Frederick Raiffel, que impulsionou na Alemanha as *Cajás Comunes* de Crédito e a União das Cooperativas Agrícolas, cujas idéias básicas e fundamentais são:
- Responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios;
  - Benefícios destinados a obras sociais ou casos de necessidades;
  - Âmbito reduzido por seu caráter mutualista;
  - Admissão de depósitos por particulares estranhos, remunerados, porém controlados pela cooperativa.
- b) Correntes exclusivas ou absolutas, pelas quais o cooperativismo é um sistema econômico-social integral. Foi defendida por Charles Gide e originou a escola de Nîmes. A associação de cooperativistas para o consumo é o ponto de partida que vai provocar o desenvolvimento da agricultura e da indústria, obrigando os agentes econômicos a incorporar e atender às exigências dos consumidores, pois eles são os soberanos do processo econômico, o qual determinaria o justo preço dos bens. Para alcançar esse objetivo, propõe as seguintes fases:
- Criar cooperativas de consumo e federações, o que permitiria criação de armazéns dedicados ao comércio grosso;
  - Criar cooperativas de produção com os benefícios obtidos;
  - Adquirir terras para cultivo.
- c) Correntes intermediárias, entre as quais destaca-se a de Philippe Buches, que propõe a criação de cooperativas de produção nas quais os sócios obreiros aportariam as ferramentas e suas poupanças. Entre os sócios se elegeriam os diretores, que, realizando divisão de benefícios, destinariam 35% para incrementar o capital social, e 65% a serem repartidos entre os trabalhadores, segundo o trabalho desempenhado. Como idéia geral, apresenta-se a inalienabilidade do capital social e demais fundos próprios, assim como a indissolubilidade da

cooperativa: se os sócios se separarem, os fundos próprios da empresa deveriam integrar-se em outra organização cooperativa.

Explica ainda o desenvolvimento dos elementos cooperativos em função de uma evolução dos princípios de Rochdale, por meio de duas grandes leis:

- 1) Lei da extensibilidade indefinida, que permite a adesão voluntária às cooperativas de toda pessoa que deseje integrar-se (o que é excessivamente utópico);
- 2) Lei de adaptação ao progresso econômico, pela qual as cooperativas devem incorporar imediatamente as atividades que estejam na vanguarda do desenvolvimento econômico, integrando assim as inquietudes evolutivas dos homens e negando a vinculação sistemática das cooperativas a setores determinados.

Nascimento (2000) argumenta de forma conclusiva que o cooperativismo é algo tão importante e singular que não se pode aceitar a idéia de as cooperativas serem transformadas em partidos políticos, em grêmios estudantis, em instrumento corporativista, em sindicatos, em consórcios, em agências de governo ou mesmo em simples empresas comerciais.

Considera que o cooperativismo é um sistema econômico, com grande eficácia para corrigir disfunções dos sistemas econômicos e a forma correta para que os indivíduos realizem, em grupo, objetivos econômicos que teriam dificuldades de alcançar sozinhos.

### **2.2.3 Cooperativismo no Brasil**

Descreve Misi (2000) que o surgimento do cooperativismo no Brasil ao contrário do que aconteceu na Europa, foi promovido pelas elites agrárias. Foi um movimento imposto “de cima para baixo”, implantado como uma política de controle social e de intervenção estatal. Aqui foi germinado predominantemente no meio rural, em razão de uma economia eminentemente agrária, mesmo após a industrialização do país, o que acentuou ainda mais o seu caráter conservador.

Mesmo diante de condições tão adversas, o cooperativismo brasileiro copiou o modelo europeu, transportando-o de forma deturpada e se preocupando apenas com seu aspecto superficial e dogmático: a doutrina cooperativista construída a partir da experiência de Rochdale.

A literatura acusa um florescimento da prática cooperativa brasileira a partir de 1932, motivada por dois pontos: a) o estímulo do Poder Público ao cooperativismo identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades

agrícolas; b) promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, de 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação (Pinho,1996).

No Brasil, as cooperativas agrícolas, ao longo da primeira metade do século XX, não apenas se mostraram como as mais importantes em termos de volume de negócio como também foram as principais responsáveis pela difusão do ideário cooperativista no país. Ademais, a literatura acusa que o referido ideário cooperativista ou conjunto teórico doutrinário do movimento foi utilizado como instrumento ideológico do Estado, a serviço de um Estado conservador e autoritário.

O desenvolvimento cooperativista no Brasil é apresentado por Veiga (2001) com a indicação dos períodos mais marcantes:

- Por volta de 1880, o Brasil passava por grandes transformações: a abolição, a República, o socialismo, etc., tudo era palco de grandes discussões. Os idealistas sociais tinham um campo fértil, cada um buscando a sua preferência nas rodas de debates em busca de soluções no campo social. O cooperativismo passou a fazer parte dessa agenda de discussões.
- Por volta de 1887, foram fundadas as primeiras cooperativas no Brasil, como a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, na cidade de Campinas (SP).
- Em 1889 foi à vez da Cooperativa de Consumo de Ouro Preto (MG), a Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais.
- Em 1891, em Limeira (SP), a cooperativa da Companhia Telefônica.
- Em 1894, no Rio de Janeiro (RJ), a Cooperativa dos Militares.
- Em 1902, em Nova Petrópolis (RJ), foi fundada a primeira cooperativa de crédito.
- Em 1913, surgiu a Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea (RJ); no mesmo ano, na cidade de Santa Maria (RS), foi fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer). Essa cooperativa cresceu até a década de 1960 e foi a pioneira em múltiplas iniciativas de caráter social, chegando a ser a maior cooperativa de consumo da América do Sul.
- Até 1930, o cooperativismo no Brasil engatinhava. O Governo reconhecia a utilidade das cooperativas, mas não a sua forma jurídica distinta das outras entidades. A revolução de 30 criou condições para que o cooperativismo fosse reconhecido como uma necessidade nacional. A promulgação do Decreto

22.239 de Getúlio Vargas deu amplas liberdades para a constituição e o funcionamento de cooperativas no Brasil, pois apresentou as características das cooperativas e consagrou as postulações doutrinárias do sistema cooperativista. Esse decreto foi revogado em 1934, sendo restabelecido em 1938. Em 1943, foi novamente revogado, para ressurgir em 1945, permanecendo em vigor até 1966. Apesar de todos os transtornos, foi uma fase de muita liberdade para a formação e o funcionamento de cooperativas, inclusive com incentivos fiscais.

- Em 1966, houve a reforma bancária, o que levou ao fechamento de muitas cooperativas de crédito.
- Em 12 de dezembro de 1971, no governo Médici, veio o Decreto-Lei 5.764, que regula até hoje as cooperativas.
- Em 1988, ocorreu o X Congresso de Cooperativas. Com a Constituição de 88, ficou vedada a participação do Estado nas cooperativas e definida a autogestão.

Com efeito, no Brasil, os esforços de moralização das práticas cooperativas se inscrevem dentro de um movimento mais amplo de modernização das atividades e de ampliação da democracia, e ganha ressonância com as discussões sobre economia solidária / terceiro setor. Estas, aliás, vêm sendo a tônica dos discursos da academia e dos órgãos de representação do cooperativismo. Tal perspectiva se distancia daquela observada nos anos 80 quando a literatura foi pródiga em denunciar o movimento cooperativista do país dentro das diretrizes de uma “modernização conservadora” em que o Estado atuava de forma autoritária e centralizada. Esse modelo de modernização conservadora era acusado de favorecer médios e grandes agricultores voltados à cultura de exportação, em detrimento de uma agricultura de subsistência desenvolvida pela agricultura de base familiar (SCHNEIDER,1981).

O modelo adotado no Brasil, à semelhança de outras experiências na América Latina, utilizou o cooperativismo como instrumento de controle social e político. Eis a razão pela qual, como observa com muita propriedade Develtere (1998), muitas dessas experiências representaram “grandes esperanças e lamentáveis fracassos”.

Há de se salientar, entretanto, que a diferença regional do cooperativismo brasileiro foi motivada, dentre outros fatores, pela forte influência de imigrantes – alemães, italianos e japoneses – instalados nas regiões Sul e Sudeste, muitos dos quais já traziam algumas experiências no campo do associativismo, servindo de base para a estruturação do cooperativismo em bases competitivas.

Conclui Veiga (2001) que o cooperativismo no Brasil vive enorme desenvolvimento. Existe, por um lado, o cooperativismo oficial, mais ou menos ligado a agências governamentais e de iniciativas de grande e médio porte, que não respeitam os princípios do cooperativismo, agindo na prática como empresas capitalistas. Por outro lado, existem inúmeras iniciativas voltadas para a construção de cooperativas, que realizam intercâmbios solidários e se esforçam para a construção de redes de economia solidária.

Considera Ricciardi (2000) que este é o momento histórico para seu desenvolvimento porque o cooperativismo contém uma ideologia muito nítida, de fácil compreensão e atraente: o titular do capital é o agente da força de trabalho.

Nesta pesquisa, convencionou-se tomar os dados da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, (on line 2004) como fonte principal de análise por congregar o maior perfil de dados sobre o cooperativismo brasileiro.

A Figura 2 apresenta o gráfico da distribuição de cooperativas por regiões, bem como a quantidade de cooperados, onde pode ser constatada a predominância da região sudeste, abrangendo 42,91% do total; as regiões Nordeste e Sul vêm logo após, correspondendo a 22,18% e 17,24%, respectivamente; em conjunto, somam 82,34% do geral. Esses elevados percentuais podem ser atribuídos à imensa atividade econômica nessas regiões, favorecendo o surgimento de organização em forma de cooperativas. Por essa razão, as regiões Centro-Oeste e Norte, com menor expressão econômica, exibem um distanciamento das primeiras, sendo responsáveis por apenas 8,03% e 9,61% das cooperativas.

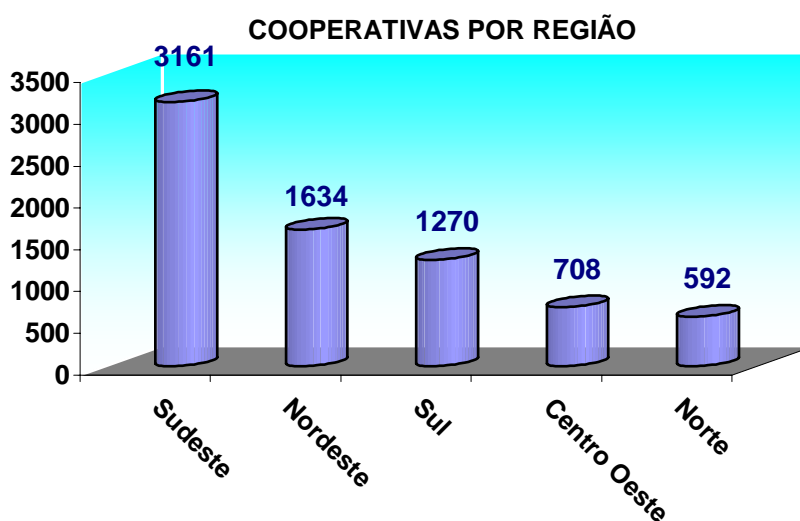


Figura 2 - Gráfico da distribuição de Cooperativas por regiões (OCB,2004)

No que diz respeito ao número de cooperados, os índices são ainda maiores. A região sudeste, por si, reúne 55% do total de cooperados, seguida da sul,



com 29%, e da nordeste com 8%, conferindo um somatório de 92% dos trabalhadores, contra 8% para as outras regiões, conforme apresenta a Figura 3.

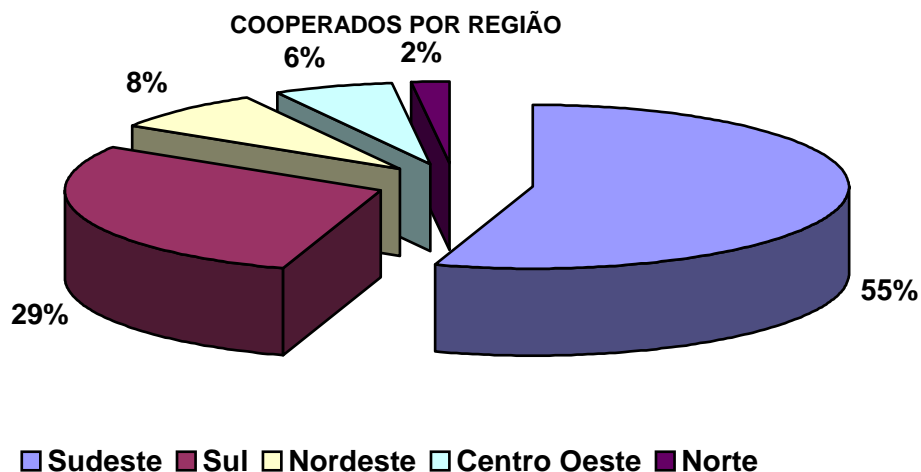


Figura 3 - Gráfico de cooperados por região – OCB (2004)

Pinho (2004) apresenta a evolução do cooperativismo no Brasil através de um processo de criação de uma cultura da cooperação e aponta os grandes marcos e acontecimentos, dividindo a história do Cooperativismo no Brasil nos seguintes períodos principais:

- ✓ **1530-1877** – experiências esparsas e efêmeras de pré-cooperativas;
- ✓ **1878-1931** – primeiras cooperativas de consumo (modelo Rochdale) e de crédito (Raiffeisen, Luzzatti, mistas com seção de crédito);
- ✓ **1932-1964** – Primeira Lei Cooperativista (Dec. 22.239/32) e Reforma Bancária de 1964;
- ✓ **1965-1970** – Disputas internas, liquidação quase total das cooperativas de crédito e fortalecimento da liderança do cooperativismo agrícola;
- ✓ **1971-1987** – Lei 5764/71: implantação do Sistema OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, reforma estrutural do cooperativismo e representação única;
- ✓ **1988-1995** – Proibição constitucional de interferência do Estado em associações, autogestão do cooperativismo, intenso crescimento das cooperativas de crédito e das cooperativas de trabalho;
- ✓ **1996-2002** – Internacionalização do cooperativismo brasileiro, fortalecimento das confederações de crédito, criação do Bansicred e do Bancoop, emergência da vertente cooperativista de economia solidária;

- ✓ **2003 em diante** – Tendo em vista decisão do Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil, em julho de 2003, divulgou novas normas de constituição das cooperativas de crédito a fim de incluir a população de baixa renda, incentivando a expansão do microcrédito cooperativo, a pluralidade de representação das cooperativas e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Com relação ao último período, Pinho (2004) deixa claro que apesar da OCB ter perdido a representação única do cooperativismo brasileiro, continuou liberando a maioria do chamado “cooperativismo tradicional ou pioneiro”; por outro lado, as cooperativas do Sistema de Economia Solidária (ECOSOL), e de outros movimentos paralelos, que já recusavam a liderança da OCB, passaram a buscar orientação na Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Considera Pinho (2004) que no ano de 2003 a interação universidades-cooperativas intensificou-se nas três vertentes cooperativas: a tradicional, a sindical e a solidária, sendo que desempenhou importante papel a Unitrabalho (Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), a rede de ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), em funcionamento em diversas universidades públicas e particulares e no sistema Ecosol (Economia solidária).

Em 1990 constata-se a existência de 4.666 cooperativas registradas no Departamento Nacional de Registro Comercial (DNRC), saltando para 20.579 cooperativas em 2001. Isso equivale a um crescimento de 331% no número de cooperativas no Brasil em uma década.

Essa mesma tendência de crescimento também pode ser verificada quando se analisa o número de cooperativas filiadas à maior entidade representativa do cooperativismo brasileiro – a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). No ano de 1990, a OCB possuía 3.440 cooperativas afiliadas, número que saltou para 7.026 cooperativas em 2001 apresentando um crescimento de 104% ao longo da década de 90, conforme demonstra a Figura 4 do gráfico da evolução do número de cooperativas registradas no DNRC e na OCB entre 1990 e 2001.

### CONSTITUIÇÃO COOPERATIVAS POR ANO - OCB e DNRC

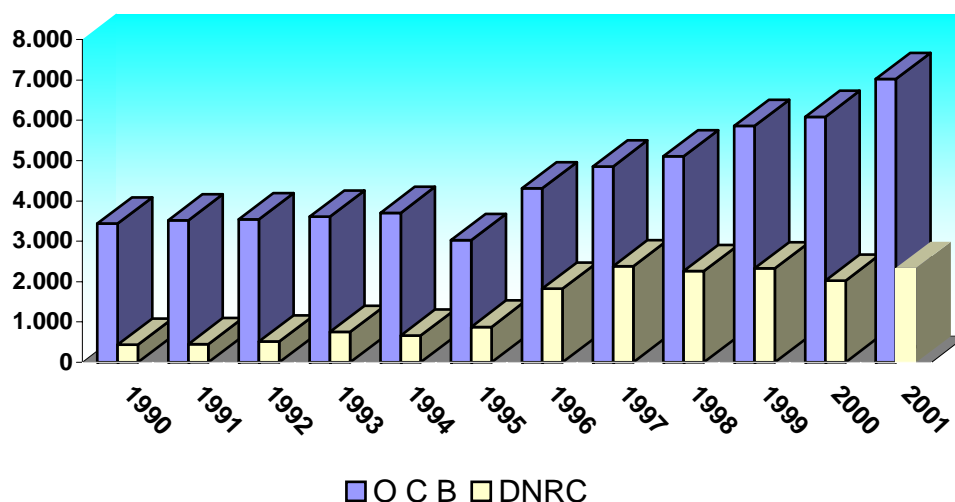


Figura 4 - Gráfico da evolução do número de cooperativas registradas no DNRC e na OCB entre 1990 e 2001

Apresenta-se um intenso fenômeno de criação e constituição de cooperativas no Brasil a partir de 1996, onde se contabilizou uma média de 2.193 novas cooperativas por ano, superior à média de crescimento entre 1990 e 1995, que era da ordem de 615 novas organizações por ano. Esse fato é atribuído ao cenário econômico brasileiro que se instalou no Brasil a partir de 1994 com o processo de estabilização monetária (Plano Real).

Por outro lado, no período de 1990 e 1995, uma média de 18 cooperativas encerrava oficialmente suas atividades por ano, enquanto que, a partir de 1996, esta média subiu para 58 cooperativas fechadas durante todo ano conforme demonstra a Figura 5 do gráfico da evolução da constituição e fechamento de cooperativas por ano.

### COOPERATIVAS - CONSTITUIÇÃO - FECHAMENTO E SALDO POR ANO

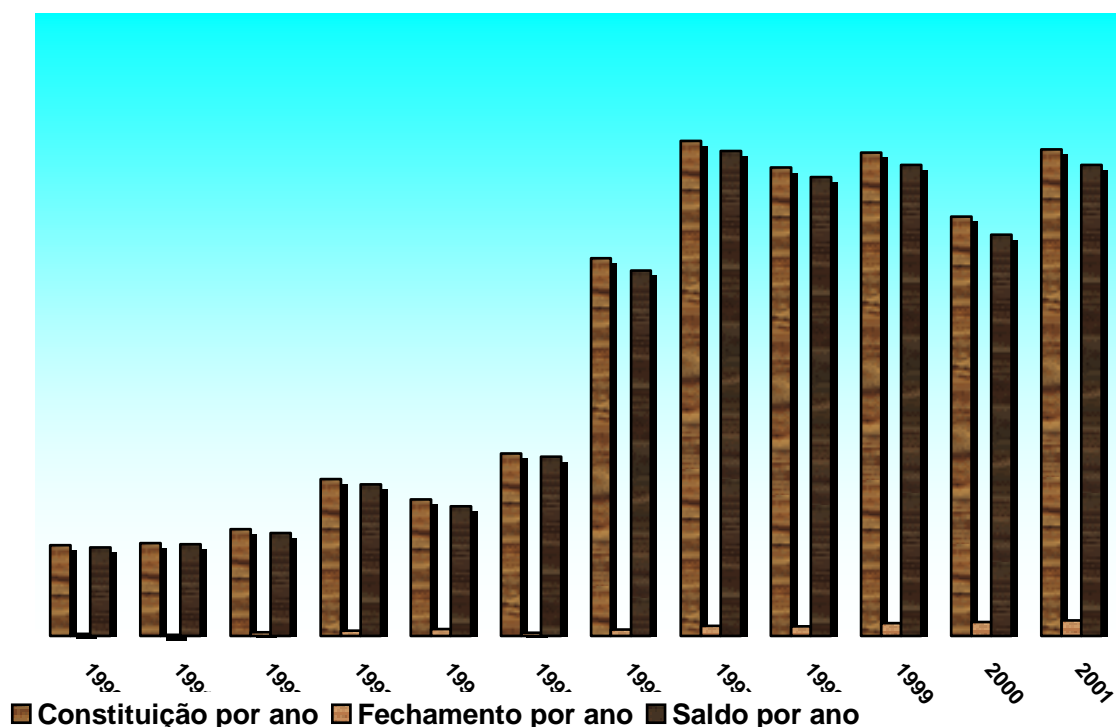


Figura 5 - Gráfico da evolução da constituição e fechamento de cooperativas por ano – DNRC (2002)

Todavia, em termos absolutos, verifica-se que esse número ainda é bastante inferior ao número de novas cooperativas que surgem no Brasil.

Tomando-se por base os anos de 2000 e 2001, constata-se que a distribuição das cooperativas nas regiões do Brasil apresenta uma relação estreita com o tamanho da população e com as atividades econômicas avaliadas através do PIB. Uma exceção pode ser verificada na região nordeste, onde apesar de ter um PIB inferior ao da região Sul, apresenta um maior número de cooperativas.

A maior concentração de cooperativas encontra-se na região sudeste do país – 42,6% dos 176 milhões de habitantes – coincidindo, portanto, com o maior contingente populacional do país, e onde foram gerados 57,9% do PIB nacional (aproximadamente 500 bilhões de dólares). Nessa região, de acordo com os registros no DNRC, observou-se, no ano de 2001, 41,5% das cooperativas do Brasil, enquanto os registros da OCB indicavam que estavam situadas 45% do total das cooperativas brasileiras.

Segundo dados do DNRC, na Região Sudeste, entre 1990 e 1995 foram constituídas, em média, 234 cooperativas por ano.

A segunda região que apresentou uma maior concentração de cooperativas foi à região nordeste, onde estavam situados 28,1% do total de habitantes do país e na qual foram gerados 13,1% do PIB. No ano de 2001, conforme

registros no DNRC, essa região concentrava 23% do total de cooperativas brasileiras, enquanto os registros da OCB indicavam 21,8% do total de cooperativas.

Conclui-se que a disparidade regional do Nordeste tende a ser reproduzido nas práticas cooperativas nordestinas. Apesar disso, constata-se um esforço, através dos diversos fóruns realizados em vários estados, na sua grande maioria promovidos pelas universidades e entidades representativas do cooperativismo, na formação do seu quadro social, na capacitação dos seus dirigentes.

A média de surgimento de novas cooperativas na região Nordeste passou de 143 constituídas por ano entre 1990 e 1995 para 433 novas cooperativas por ano a partir de 1996.

A região Sul foi a terceira de maior concentração de cooperativas. Nela estava concentrada 14,8% da população brasileira e gerava 17,5% do PIB brasileiro. Em 2001, na região sul, segundo dados do DNRC, estavam situadas 16,8% do total das cooperativas do Brasil, enquanto os dados da OCB apontavam que na mesma estavam estabelecidas 18,3% cooperativas brasileiras.

De modo análogo à tendência apresentada por outras regiões, no período de 1990 a 1995, foram constituídas em média 86 novas cooperativas por ano, enquanto que entre 1996 e 2001 foram constituídas em média 366 novas cooperativas por ano.

As regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil concentravam, respectivamente, os menores números de cooperativas no país, sendo também as áreas de menor contingente populacional e menor participação no PIB.

A região Centro-Oeste possuía 6,9% do contingente populacional brasileiro e uma participação de 6,9% na geração do PIB. A OCB computava 7,5% do total de cooperativas e 10,3% no número de cooperativas brasileiras. Nessa região, entre 1990 e 1995, houve uma média de 88 novas cooperativas por ano, saltando para uma média de 179 novas cooperativas entre 1996 e 2001.

Por fim, na região Norte, estava situadas 8,2% das cooperativas brasileiras, segundo os dados do DNRC, no ano 2001, e 8,4% de acordo com os dados da OCB. Essa região concentrava 7,6% da população do país, sendo gerados na sua área de abrangência 4,6% do PIB nacional. A média de fundação de novas cooperativas na região Norte do Brasil passou de 63 cooperativas por ano no período entre 1990 e 1995, para 167 por ano, no período entre 1996 e 2001. Esses dados são ilustrados na Figura 6 com o gráfico da distribuição do número de cooperativas, da população e do PIB nas cinco regiões brasileiras, para evidenciar o dinamismo, o potencial e a tendência de crescimento dos empreendimentos cooperativos no Brasil.

### COOPERATIVAS POR REGIÕES - DNRC - OCB - PIB - COOPERATIVAS

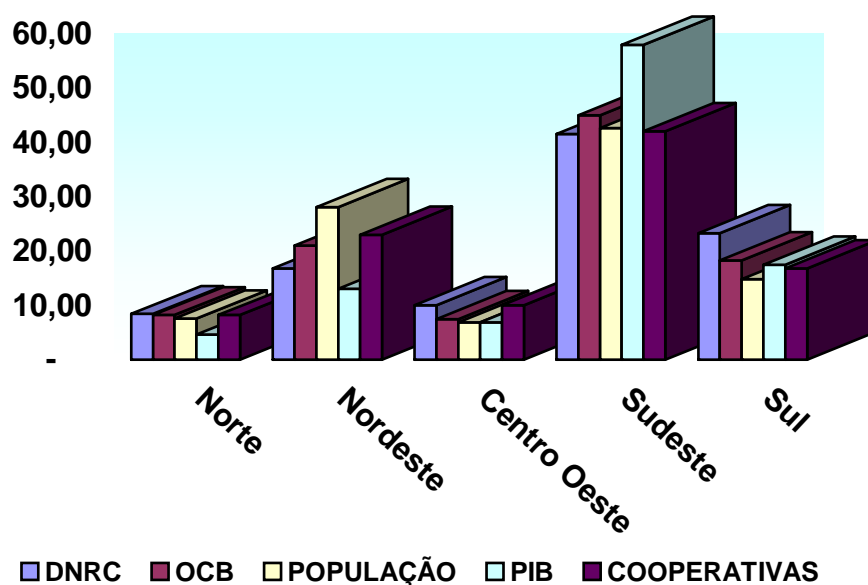


Figura 6 – Gráfico da distribuição do número de cooperativas, da população e do PIB nas cinco regiões brasileiras. OCESP (2003)

Todavia, a tendência de crescimento do cooperativismo em áreas de intenso crescimento econômico constitui um indicativo importante no condicionamento da dinâmica cooperativa.

Contudo, para melhor compreensão do desenvolvimento histórico do cooperativismo no Brasil, é necessário analisar os fundamentos doutrinários, seus ramos, ou seja, tipos de cooperativas, já que cada um teve a sua própria história, com dificuldades e sucessos distintos, dependendo, quase sempre, das facilidades ou obstáculos oferecidos pelo Governo.

#### 2.2.4 Fundamentos doutrinários

Durante muito tempo, as publicações sobre cooperativismo referiam-se essencialmente aos aspectos doutrinários da prática cooperativista, refletindo a preocupação dominante, na área da História do Pensamento Econômico, de se discutir projetos de reformulação da sociedade, no contexto de diferentes sistemas econômicos.

O movimento cooperativista desenvolveu-se e oficializou-se como uma doutrina em 1886, com a fundação em Nimes, França, da Escola de Nimes, por

Edward de Boyve, Auguste Fabre e Charles Gide, professor de economia política da Universidade da França.

Segundo Pinho (1977), o nome da escola foi dado pejorativamente pelo economista rival da Escola Liberal Ernest Brelay em 1888, e acabou sendo adotado.

A escola teve seu início quando algumas pessoas começaram a se reunir para discutir os problemas sociais da época. Fundou-se então uma entidade doutrinária cujo objetivo era transmitir o cooperativismo.

Ainda para Pinho (1977) a Escola de Nimes teve como principal articulador Charles Gide, que, já em 1885, difundia as idéias do cooperativismo. Pode-se tomar como exemplo o II Congresso das Cooperativas de Consumo da França em 19/09/1886. Gide condenou o regime do assalariado em nome da justiça e da solidariedade humana, e traçou as linhas gerais do cooperativismo. Seu discurso tornou-se uma espécie de programa oficial do movimento cooperativista francês.

Já Benato (2002) acrescenta que a doutrina cooperativista centra no homem sua conduta e suas ações. Prima pela liberdade econômica, social e democrática. Na liberdade de ser e na igualdade do ser está a solidariedade que se incorpora à doutrina como fator de união e de interação.

Define Benato (2002) a doutrina cooperativista como uma doutrina socioeconômica. Fugindo do balizamento das doutrinas capitalistas e socialistas, sem, contudo relegá-las a um plano secundário de isolamento, o cooperativismo busca, através do econômico, o social de seu elemento componente. A doutrina econômica cooperativista tem por objetivo corrigir a sociedade em todos os seus sentidos e em todos os momentos.

Conclui Pinho (2004) que de um modo geral a doutrina cooperativista pode ser assim resumida: é uma proposta de mudança do meio econômico-social, que se concretizará de modo pacífico e gradativo por meio de cooperativas de múltiplos tipos. Ou, tentando resumir em uma frase, é a reforma do meio social por um instrumento econômico – as cooperativas.

Do ponto de vista doutrinário, as principais mudanças implantadas pela união dos associados em cooperativas seriam a prestação de serviços sem fins lucrativos, a eliminação do assalariado pelo associado-cooperativista, a substituição da competição pela cooperação e a eliminação do lucro capitalista, entre outras. Em um plano mais avançado, as cooperativas criariam condições para a concretização do “justo preço” e do projeto de “República Cooperativa”.

Para introduzir essas mudanças, os instrumentos práticos são as cooperativas de múltiplos tipos, organizadas segundo os “princípios” dos Pioneiros de Rochdale. Estes, na versão original de 1844 e com as emendas de 1845 e 1854,

englobavam algumas normas obrigatórias, outras apenas recomendadas e outras controvertidas ou supérfluas.

Segundo informações da OCESP (2004), o movimento cooperativista está espalhado em maior ou menor grau em todas as partes do planeta, fazendo parte das mais variadas culturas e sistemas econômicos, e a isso se deve sua diversificação.

Pode-se encontrar diferenças consideráveis entre as cooperativas de diversos países, pois elas são o reflexo do meio cultural, econômico e político em que atuam.

### **2.2.5 Princípios cooperativistas**

Para compreender a natureza do cooperativismo e o modo como está sendo praticado, deve-se, inicialmente, considerar os valores e princípios cooperativos que são suas forças motrizes do espírito cooperativista.

O termo espírito cooperativo compreende os valores espirituais e sociais do cooperativismo, isto é, o conjunto de crenças, convicções e práticas que os princípios e as normas devem formalizar e inclui os seguintes valores: esforço próprio e ajuda mútua como condição para a autonomia; solidariedade entre sócios e entre cooperativas; igualdade, democracia e participação; justiça nas normas, equidade e liberdade; promoção humana e educação cooperativa; coincidência com os interesses gerais da comunidade; mutualidade, retribuindo a cada qual segundo o esforço despendido.

Os valores são idéias e diretrizes básicas do processo da cooperação. Com base nos valores, formulam-se e adaptam-se, no tempo e no espaço, os princípios cooperativos.

Os pioneiros de Rochdale não formularam explicitamente princípios cooperativos, os quais foram elaborados mais tarde para padronizar a organização e operação dos empreendimentos empresariais cooperativos; constituem as diretrizes de conduta e atuação das cooperativas de acordo com os pressupostos filosóficos e operacionais dos pioneiros de Rochdale.

A formulação de alguns princípios representa verdadeira tomada de posição pelo movimento cooperativo frente a determinados problemas. Cabe referir, particularmente, as alterações introduzidas pelo Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, em 1937, em Paris; em 1966, em Viena, e, recentemente, em setembro de 1995, em Manchester.



O espírito cooperativo, pois, se expressa em um conjunto de princípios rochdaleanos, reformulados e ampliados pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI, que, no Congresso de Manchester, em 1995, referendou os seguintes princípios:

- I. **Associação voluntária e aberta.** As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas capazes de utilizar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades da associação, sem discriminações raciais, políticas, religiosas, sociais e de gênero.

Esse princípio trata de estabelecer os critérios básicos para adesão e saída de empreendimentos cooperativos. Adesão voluntária e consciente significa que ninguém pode ser obrigado a entrar numa cooperativa, é livre para se associar e livre para sair, quando assim o entender.

A cooperativa em princípio não pode colocar condições discriminatórias para a adesão; pode, no entanto, haver restrições técnicas em determinados segmentos de cooperativas, que limitam o número de sócios.

Na verdade, como a empresa cooperativa é um empreendimento econômico, uma unidade de prestação de serviços para o sócio, adere quem entender que a adesão vai ser vantajosa, isto é, os benefícios esperados são maiores que os custos decorrentes da adesão. Claro, ninguém pode ser obrigado a aderir ou a se manter num determinado empreendimento. Dada a estratégia solidária do empreendimento cooperativo, pode ser que alguns tenham outras motivações para aderir, de natureza altruísta e social, mesmo que as vantagens econômicas não sejam tão significativas. Seguramente, essas não deverão estar abaixo de determinado nível para não descaracterizar a cooperativa como empreendimento econômico, transformando-a numa entidade assistencial.

- II. **Controle democrático pelos sócios.** As cooperativas são organizações democraticamente geridas pelos seus sócios, os quais participam ativamente na fixação de políticas e na tomada de decisões. Os homens e mulheres eleitos como representantes são responsáveis perante os sócios. Nas cooperativas primárias os sócios têm iguais direitos de voto (um sócio, um voto) e as cooperativas de outros níveis organizam-se da mesma forma democrática.

Entendendo a sociedade cooperativa como empresa, cabe ao sócio, dono do empreendimento, definir os objetivos da organização, aportar os meios para a sua realização e gerir as operações da sociedade. O mecanismo mais usado é o democrático, isto é, um sócio, um voto. O poder independe do capital que cada sócio aporta na cooperativa, a primazia do trabalho sobre o capital. O capital é remunerado

como qualquer outro fator, ao passo que o trabalho assume a responsabilidade e os riscos do negócio, razão pela qual a sua remuneração é variável.

- III. **Participação econômica dos sócios.** Os sócios contribuem equitativamente para a formação do capital de sua cooperativa e o administram democraticamente. Em geral, ao menos uma parte desse capital é de propriedade comum da cooperativa. Os sócios podem receber uma remuneração limitada, caso a recebam, sobre o subscrito como condição para associar-se. Destinam os excedentes todos ou alguns os seguintes fins: o desenvolvimento da cooperativa, possivelmente mediante a constituição de reservas, das quais uma parte ao menos deve ser indivisível; distribuição aos sócios de acordo com as operações, e apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios.

Esse princípio pretende garantir a subordinação do capital ao trabalho, isto é, o capital recebe uma remuneração fixa, independentemente dos resultados apurados no final do exercício. Isso não significa a não remuneração do capital, mas, fundamentalmente, que os resultados vão para o trabalho depois de pagos todos os fatores, inclusive o capital.

- IV. **Autonomia e independência.** As cooperativas são organizações autônomas de auto-ajuda, geridas por seus sócios. Firmam-se de acordos com outras organizações, incluídos os governos, ou captam capital de fontes externas, o fazem dentro de termos que assegurem o controle pelos sócios e mantenham sua autonomia cooperativa.

Esse princípio é fruto da instrumentalização das cooperativas, particularmente pelos governos. Os governos fomentam a criação de cooperativas em segmentos populacionais de baixa renda e formação como instrumento de promoção socioeconômica.

- V. **Educação, capacitação e informação.** As cooperativas propiciam educação e capacitação a seus sócios, representantes eleitos, administradores e empregados, de maneira que possam contribuir efetivamente ao desenvolvimento delas. Informam ao público em geral, particularmente aos jovens e aos líderes de opinião, acerca da natureza e os benefícios da cooperação.

Os pioneiros de Rochdale, ao formularem os princípios cooperativos, tinham muito presente um modelo de organização econômica que deveria modificar profundamente as condições socioeconômicas de vida da população. Para que os sócios pudessem entender essa nova proposta e assumir os encargos e as responsabilidades decorrentes da adesão, a educação cooperativa era questão

fundamental. Para tanto, poucos anos depois da fundação de sua cooperativa, criaram recursos específicos para a educação, constituídos de 2,5% dos excedentes líquidos.

Portanto, esse princípio é hoje tão importante, ou mais, como o foi para os pioneiros.

Uma das grandes limitações para o desenvolvimento auto-sustentado e organizado das cooperativas é a falta de compreensão, pelos seus integrantes, da natureza e das exigências do modelo empresarial cooperativo. Não são somente os sócios que não têm conhecimento da cooperativa e do cooperativismo, mas também os funcionários e dirigentes. Prova disso são as práticas organizacionais e gerenciais tão díspares, quando não desviadas da natureza, da filosofia e dos princípios cooperativos.

**VI. Cooperação entre cooperativas.** As cooperativas servem mais efetivamente a seus sócios e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando integradas através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.

Esse princípio, embora fosse praticado pelos pioneiros desde o início, foi elevado a tal pelo Congresso da ACI em Viena em 1966. Os pioneiros de Rochdale, já no art. 1º dos estatutos originais, propunham a colaboração entre as diversas “colônias ou associações cooperativas”. Participaram também diretamente na fundação da primeira Cooperativa Central de Consumo – a Wholesale Society -, em cuja primeira diretoria de 12 membros participaram seis sócios da cooperativa de Rochdale.

Visa também criar grandes organizações econômicas, via integração para enfrentar os grandes grupos econômicos, privados e/ou estatais, que sempre mais influenciam as decisões dos governos e controlam grande parte dos mercados. Para que o cooperativismo possa trazer real benefício ao sócio hoje, a integração é questão fundamental; sobretudo frente aos movimentos de fusão e incorporação empresariais, em nível mundial, a integração cooperativa, mais que uma opção, é uma imposição.

**VII. Preocupação com a comunidade** À medida que atendem às necessidades de seus sócios, as cooperativas trabalham em prol do desenvolvimento sustentável de suas comunidades mediante políticas aprovadas por aqueles.

A cooperativa, dada a sua estratégia de economia solidária e capacidade de organizar e potencializar os recursos locais, constitui-se na melhor organização empresarial à disposição da comunidade para desencadear e sustentar um processo de desenvolvimento local, amplo e autônomo. Esse desenvolvimento significa elevação geral da qualidade de vida da comunidade, definida pela maior disponibilidade e qualidade de bens e serviços, ampliação do exercício dos direitos da cidadania e, finalmente, a implantação de processo local de produção de bens e

serviços para o atendimento, de forma autônoma, das necessidades básicas da comunidade.

Esse conjunto de princípios pretende constituir, de forma consistente e orgânica, a base teórica e as idéias motrizes do empreendimento cooperativo. Deles derivam uma série de premissas e conseqüências organizacionais e administrativas que caracterizam o empreendimento cooperativo.

Os princípios do cooperativismo são considerados como mandamentos a serem seguidos pelos associados, porém deve – se ter muito claro que mais importante do que colocar os princípios em prática é que seus membros tenham internalizado a doutrina e os valores do cooperativismo.

Numa visão geral, esses princípios reafirmam o alto sentido social e humano que orienta a atividade cooperativa e a sua feição democrática. As cooperativas são instituições abertas a todos, cuja administração é controlada e exercida por todos, onde os excedentes não são distribuídos de acordo com o capital empatado, mas em proporção às operações efetuadas com a sociedade, em que o capital realizado pelos sócios rende uma taxa de juros fixa e baixa, onde se observa neutralidade política, religiosa, racial e social, onde se estimulem os hábitos de economia entre os associados, pelas aquisições a dinheiro e tendo sempre presente o aperfeiçoamento do homem, pela educação.

### **2.2.6 A sociedade cooperativa**

Etimologicamente a palavra *cooperativa* deriva do latim *cooperari* que significa ação de cooperar, colaborar, prestar um trabalho com os outros (DOMINGUES, 2002).

As Sociedades Cooperativas são reguladas pela Lei 5.764/71, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das Cooperativas.

De acordo com a OCB ( 2004):

Cooperativa é uma associação de, no mínimo, 20 (vinte) pessoas com interesses comuns, economicamente organizados de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.

Entretanto, a partir de 11/01/2003, por força do Novo Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002), artigo 1.094, inciso II, deixou de haver número mínimo de associados fixado em lei, sendo necessário apenas que haja associados suficientes para compor a administração da cooperativa. Saliente-se que a cooperativa existe com

o intuito de prestar serviços a seus associados, de tal forma que possibilite o exercício de uma atividade econômica comum, sem que tenha ela o objetivo de lucro.

A sociedade cooperativa apresenta os seguintes traços característicos:

- ✓ É uma sociedade de pessoas;
- ✓ O objetivo principal é a prestação de serviços;
- ✓ Pode ter um número ilimitado de cooperados;
- ✓ O controle é democrático: uma pessoa é igual a um voto;
- ✓ Nas assembleias, o quorum é baseado no número de cooperados;
- ✓ Não é permitida a transferência das quotas-parte a terceiros, estranhos à sociedade, ainda que por herança;
- ✓ Retorno proporcional ao valor das operações;
- ✓ Não está sujeita à falência;
- ✓ Constitui-se por intermédio da assembleia dos fundadores ou por instrumento público, e seus atos constitutivos devem ser arquivados na Junta Comercial;
- ✓ Deve ostentar a expressão “cooperativa” em sua denominação;
- ✓ Neutralidade política e não discriminação religiosa, social e racial;
- ✓ Indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios.

As sociedades cooperativas classificam-se em:

- a) **Singulares:** são as constituídas pelo número mínimo de 20 pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas, ou sem fins lucrativos;
- b) **Cooperativas centrais ou federações de cooperativas:** são as constituídas de no mínimo 3 singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais;
- c) **Confederações de cooperativas:** as constituídas, de no mínimo 3 federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.

As cooperativas singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados e as cooperativas centrais e federações de cooperativas objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

A composição do sistema cooperativista brasileiro conta com 7.355 cooperados, gerando 182 mil empregos, sendo composto por 7.355 cooperativas singulares, 76 federações e 13 confederações, com participação de 6% do PIB e exportações de US\$ 1,09 bilhões, demonstrando assim a participação do sistema na economia nacional, representado pela Figura 7 da composição do sistema cooperativista brasileiro.

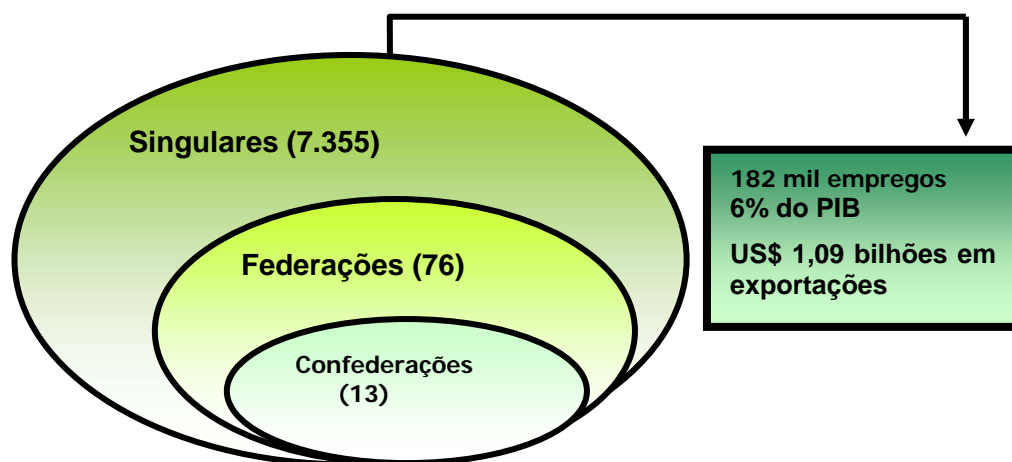


Figura 7 – Composição do sistema cooperativista brasileiro – OCB (2003)

O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços por elas prestados, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto (art. 29 da Lei 5764/71).

A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou por fato especial previsto no estatuto, mediante termo firmado por quem de direito no Livro de Matrícula, com os motivos que a determinaram (art. 33).

A exclusão do associado será feita (art. 35): por dissolução da pessoa jurídica; por morte da pessoa física; por incapacidade civil não suprida; por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa.

A responsabilidade do associado perante terceiros, por compromissos da sociedade, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos até quando aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento (art. 36).

No tocante aos associados cabe observar que:

- a) Só poderão ser demitidos a seu pedido;
- b) Não poderão ser agentes do comércio ou empresários que operem no mesmo campo econômico da sociedade cooperativa;
- c) No caso de herdeiros do associado falecido, as obrigações deste para com a cooperativa prescrevem em um ano da abertura da sucessão;
- d) Poderão ter responsabilidade limitada ou ilimitada, mas terceiros só poderão invocá-la depois de juridicamente exigida da cooperativa;
- e) Se mantiverem relação empregatícia com a cooperativa perderão o direito de votar e serem votados;
- f) Têm singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

- g) Têm direito ao retomo das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas, salvo deliberação da assembléia geral no sentido de reter as sobras;
- h) Têm direito à prestação de assistência técnica, educacional e social por meio de um fundo mínimo e obrigatório de 5% sobre as sobras líquidas apuradas em cada exercício, que pode ser extensiva aos empregados da cooperativa.

O capital social será fixado em estatuto e dividido em quotas-parte que serão integralizadas pelos associados, observados o seguinte:

- a) O valor das quotas-parte não poderá ser superior ao salário mínimo;
- b) O valor do capital é variável e pode ser constituído com bens e serviços;
- c) Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-parte, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao movimento financeiro do cooperado ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados ou ainda, no caso de pessoas jurídicas de direito público nas cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicação;

Neste tipo societário será sempre obrigatória a adoção da expressão “Cooperativa” na denominação, sendo vedada à utilização da expressão “Banco”.

A sociedade cooperativa será administrada por uma diretoria ou conselho de administração ou ainda outros órgãos necessários à administração previstos no estatuto, composto exclusivamente de associados eleitos pela assembléia geral, com mandato nunca superior a quatro anos, sendo obrigatória à renovação de, no mínimo, 1/3 do conselho de administração.

Os órgãos de administração podem contratar gerentes técnicos ou comerciais, que não pertençam ao quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e salários.

Não podem compor uma mesma diretoria ou conselho de administração os parentes entre si até 2º grau, em linha reta ou colateral.

A sociedade cooperativa constitui-se por deliberação da assembléia geral dos fundadores, constantes da respectiva ata ou por instrumento público.

O ato constitutivo, sob pena de nulidade, deverá declarar:

- a) A denominação da entidade, sede e objeto de funcionamento;
- b) O nome, nacionalidade, idade, estado civil, profissão e residência dos associados, fundadores que o assinaram, bem como o valor e número da quota-parte de cada um;
- c) Aprovação do estatuto da sociedade;

d) O nome, nacionalidade, estado civil, profissão e residência dos associados eleitos para os órgãos de administração, fiscalização e outros.

O ato constitutivo da cooperativa será assinado pelos fundadores, bem como seus estatutos, quando não transcritos na ata de constituição.

O inciso XVIII do artigo 5º da Constituição Federal dispõe que a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independe de autorização, sendo vedada à interferência estatal em seu funcionamento, ficando parcialmente derrogadas as disposições contidas na Lei 5.764/71.

Ressalte-se que, no caso das cooperativas de crédito e de cessões de crédito de cooperativas mistas em virtude de serem consideradas instituições financeiras, o seu funcionamento depende de autorização prévia do Banco Central do Brasil.

A apuração dos resultados do exercício social e o levantamento do balanço geral serão realizados no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços, pelo confronto das respectivas receitas com as despesas diretas e indiretas.

Os resultados apurados pelas cooperativas, denominados “sobras líquidas”, podem ser distribuídos por via de juros de 12% ao ano, incidentes sobre a parte integralizada das quotas-parte, vedada a distribuição de benefícios, vantagens ou outros privilégios; quando negativos, na hipótese de prejuízo, a eles concorrerão os associados proporcionalmente à fruição direta de serviços.

Os resultados positivos, apurados por setor de atividade, serão distribuídos da seguinte forma: Fundo de Reserva, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% pelo menos das sobras líquidas do exercício e Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% pelo menos das sobras líquidas apuradas no exercício;

Além dos fundos mencionados, a assembleia geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação nos estatutos.

Os resultados negativos serão rateados entre os associados na proporção das operações de cada um realizadas com a cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-los.

De acordo com o artigo 107 da Lei 5.764/71, as cooperativas devem registrar-se na Organização de Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se



houver, mediante requerimento e apresentação dos atos, estatutos sociais e alterações posteriores.

A sociedade cooperativa se dissolverá de pleno direito: quando a assembléia geral assim deliberar; pelo decurso de seu prazo de duração, já que poderá ser constituída por prazo determinado; pela consecução dos objetivos predeterminados; em razão de alteração de sua forma jurídica; pela redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo se, até a assembléia geral subsequente, realizada em prazo não inferior a seis meses, não sejam restabelecidos; pelo cancelamento da autorização para funcionar; pela paralisação de suas atividades por mais de 120 dias.

Sempre que a liquidação ocorrer em virtude de deliberação da assembléia geral, esta nomeará um ou mais liquidantes e um conselho fiscal de três membros para acompanhar o procedimento. O processo de liquidação só poderá ser iniciado após a manifestação do respectivo órgão.

#### **2.2.6.1 – Gestão da empresa cooperativa**

A estrutura interna de uma cooperativa segue uma lógica baseada na legislação vigente. De acordo com a Lei 5.764/71, no capítulo IX, “Dos Órgãos Sociais”, a organização formal é composta de:

- a) **Assembléia Geral**, que pode ser ordinária e extraordinária – órgão máximo na hierarquia institucional, no qual o associado participa manifestando suas aspirações ou julgando as questões que lhe são apresentadas pela administração da cooperativa, segundo o art.38 da referida lei:

A Assembléia Geral dos associados é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, tendo poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta, e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes e discordantes.

Nela o associado tem direito a 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas.

- b) **Órgão de Administração** – encarregado de dar continuidade às decisões da Assembléia Geral, informando sobre as propostas e as limitações existentes e zelando pelo equilíbrio da cooperativa.

A cooperativa será administrada por uma diretoria ou conselho de administração, eleitos pela assembléia geral com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de, no mínimo, 1/3 do conselho de administração.

A diretoria se caracteriza pelo fato de os diretores serem eleitos para funções específicas, podendo ser reeleitos, sendo comum existir um diretor para cada área de atividade da cooperativa, todos eles subordinados a um Presidente.

O conselho de administração apresenta uma única diferença em relação à diretoria, ou seja, o presidente, juntamente com todos os diretores, constituem um grupo no qual as decisões são tomadas em conjunto. Seus integrantes têm funções deliberativas e executivas. A renovação de 1/3 é feita sobre o total dos membros do conselho de administração.

O estatuto poderá criar outros órgãos necessários à administração (art.47).

- c) **Conselho Fiscal** – forma de avaliação e controle regular das atividades da cooperativa, de modo a subsidiar a assembléia geral e o conselho de administração. A Lei o identifica como encarregado de fiscalizar a sociedade, sendo constituídos de três membros efetivos e três suplentes, todos associados eleitos anualmente pela assembléia geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 de seus componentes.

Muito embora teoricamente a cooperativa crie espaços de participação e controle democrático, na prática, esse processo, muitas vezes, se torna ineficiente e ineficaz.

Valadares (2000, p.57) conclui que:

Os novos mecanismos institucionais emergentes no cooperativismo brasileiro, que podem conduzir com o tempo às reformas das estruturas tradicionais de gestão empresarial cooperativa, têm sido definidos a partir de uma estratégia geral denominada Organização do Quadro Social – OQS. Esta estratégia, que visa a estruturação e organização espacial dos associados em Núcleos ou Comunidades tem gerado instâncias alternativas para o exercício do poder na organização, conduzindo a novas formas de participação e de controle democrático. Nesta estratégia, a educação dos associados e a informação permanente desempenham um papel de fundamental importância.

#### **2.2.6.2 Estruturas e políticas administrativas**

A necessidade de aumentar a eficiência e a competência das cooperativas, no sentido de se obter o melhor rendimento dos recursos disponíveis face ao sistema econômico moderno, a agressividade da concorrência e a competitividade marcante dentro de um sistema globalizado e sem fronteiras, cada vez mais se deve estar apto a receber novas tecnologias e instruído para a alteração do ambiente de trabalho, reforçando a necessidade de tratar a administração como ciência com a aplicação de uma metodologia sistemática na análise e na solução de problemas da organização.

De acordo com Rech (2000), uma organização cooperativa deve contemplar:

- ✓ Objetivos a serem alcançados bem definidos;
- ✓ Estrutura flexível, que incentive a criatividade e não o exercício do poder;
- ✓ Interação com o meio ambiente;

- ✓ Ausência de feudos internos;
- ✓ Ausência de competição intergrupar;
- ✓ Presença de diversidades profissionais;
- ✓ Clara definição de critérios de avaliação administrativa;
- ✓ Integração associativa buscando:
  - Participação intensa de pelo menos 30% (trinta por cento) dos associados;
  - Evitar a presença do associado que se beneficia do bem coletivo sem pagar o seu custo e do associado que não participa da cooperativa e faz o jogo dos concorrentes.
- ✓ Educação cooperativista.

Afirma Benato (2002) que o sucesso de uma cooperativa se fundamenta em três princípios básicos:

a) **Satisfação de suas necessidades.** Buscando sua sobrevivência garantida por uma estrutura patrimonial sólida onde haja um equilíbrio permanente entre capital próprio, imobilizado e volume de operações;

b) **Satisfação de seus sócios.** Buscando aumentar a renda do cooperado, diretamente por seus próprios preços ou, indiretamente, forçando o preço de seus concorrentes. A cooperativa é instrumento regulador de preços; e

c) **Satisfação do mercado.** Buscando manter sua participação no mercado.

Apresenta Oliveira (2001) um modelo de gestão de cooperativas, constituído de sete componentes que atuam de forma completamente interligada e interativa, onde são considerados os componentes evidenciados na Figura 8, de acordo com as funções da administração, a saber:

- ✓ Planejamento (principalmente estratégico);
- ✓ Organização (estrutura organizacional);
- ✓ Direção (processo diretivo, decisório e liderança); e,
- ✓ Avaliação (incluindo o processo de aprimoramento).

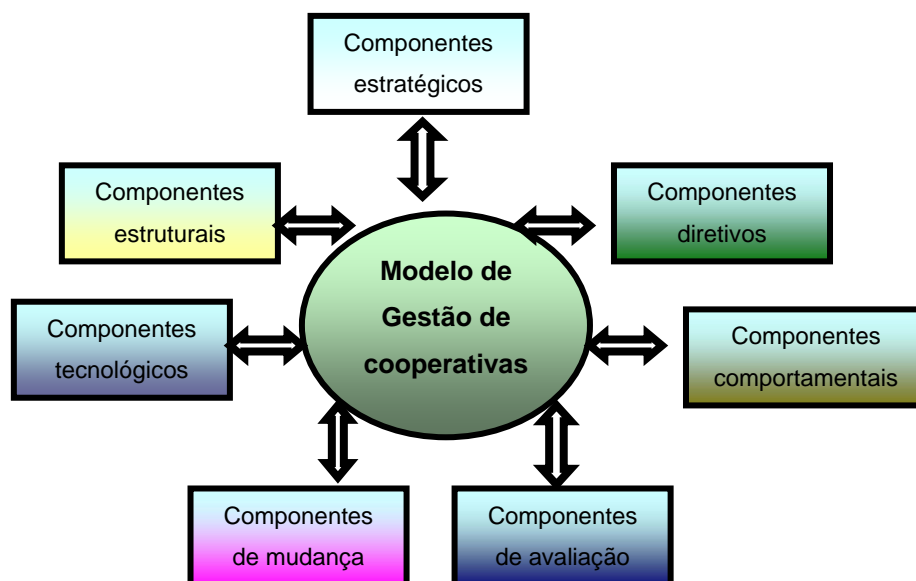


Figura 8 – Modelo de gestão de cooperativas e seus componentes – Oliveira (2001)

Considerando os setes componentes do modelo de gestão de cooperativas, Oliveira (2001) faz as seguintes considerações:

- a) **Componentes estratégicos** – considerando-se os seguintes instrumentos administrativos: planejamento estratégico; qualidade total; e marketing total;
- b) **Componentes estruturais** – considerando-se os seguintes instrumentos administrativos: estrutura organizacional; sistema de informações gerenciais;
- c) **Componentes diretivos** – liderança; comunicação; supervisão; coordenação; decisão; e ação;
- d) **Componentes tecnológicos**: produto ou serviço oferecido; processo; e conhecimento;
- e) **Componentes comportamentais**: capacitação; desempenho; potencial; comportamento e comprometimento;
- f) **Componentes de mudanças** – administração de resistências; postura para resultados e trabalho em equipe e,
- g) **Componentes de avaliação**: indicadores de desempenho; acompanhamento; controle; aprimoramento.

A administração para conseguir resultados mais precisos e mais ágeis, deve comandar um processo organizacional que lhe permita: comandar, coordenar, controlar e analisar. Deverá ter concepção e absorção da missão da empresa; definição da política empresarial; organização do trabalho, delegação de autoridade e responsabilidade e supervisão.

A adequação destes princípios a operacionalidade da atividade depende da forma e da objetividade com que a mesma é gerida.

Para que esses objetivos sejam alcançados, uma estrutura organizacional adequada e coerente é necessária. A Figura 9 apresenta a cooperativa sob a ótica piramidal e organizacional.

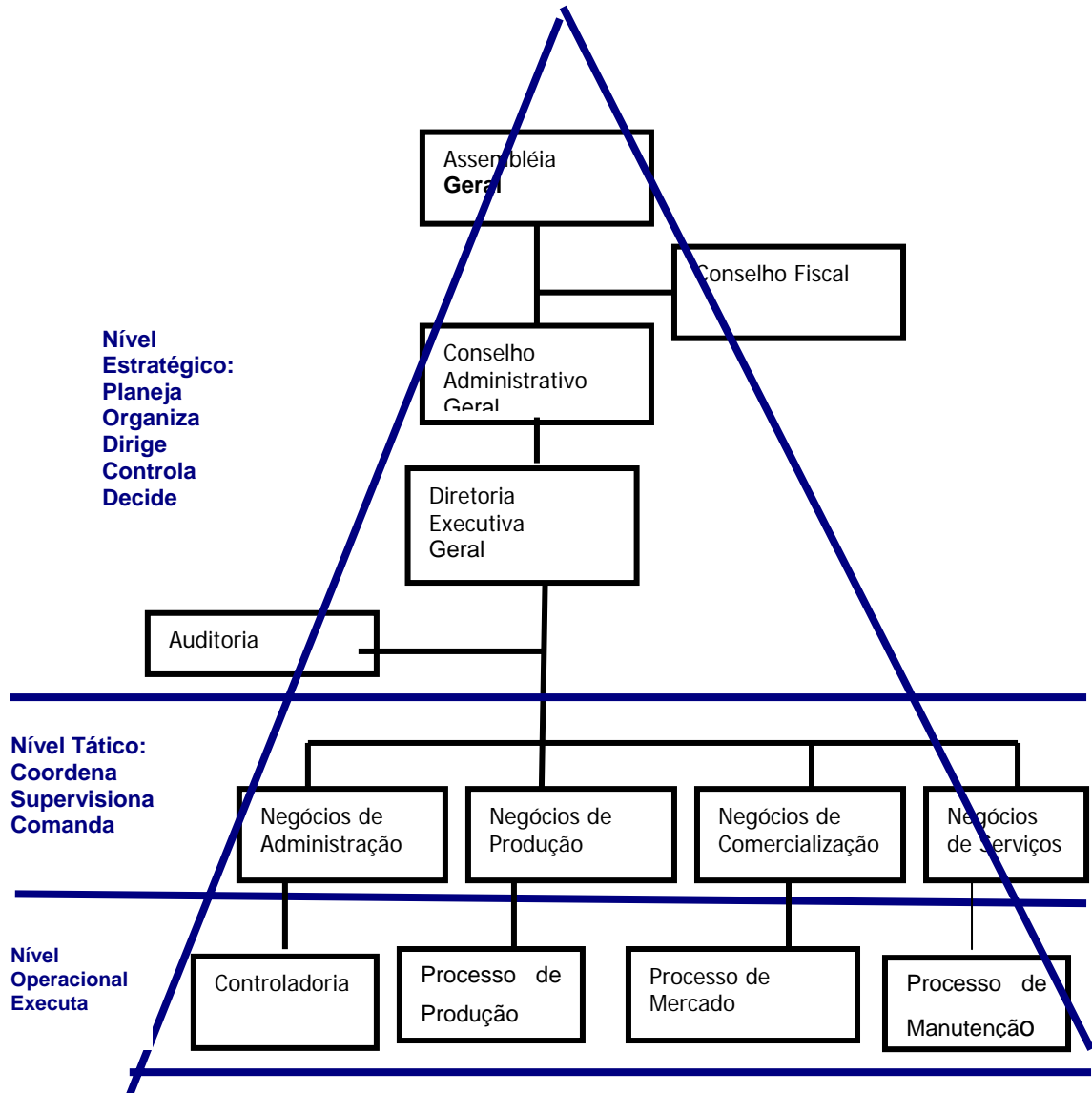


Figura 9 – A empresa sob a ótica piramidal e organizacional – Benato (2002)

Panzutti (2001) completa afirmando que as cooperativas têm estrutura democrática com concentração do poder nas mãos dos associados, considerando que o associado é usuário e proprietário ao mesmo tempo, pode-se afirmar que é uma empresa de participação. Mesmo que haja um crescimento empresarial da cooperativa, haverá uma tendência de afastamento da liderança em relação às suas bases.

Oliveira (2001) apresenta os fatores que influenciam na estrutura organizacional das cooperativas representadas pela Figura 10.

- a) **Objetivos, estratégias e políticas estabelecidas no plano estratégico da cooperativa** – Eles devem estar bem definidos e claros por meio de uma rede escalar de objetivos, em que os objetivos gerais da cooperativa são decompostos e alocados nas unidades organizacionais;
- b) **Interação dos negócios da cooperativa, dos mercados de atuação e do nível de concorrência** – Deve haver equilíbrio otimizado entre os negócios da cooperativa (com os produtos e serviços que estiver oferecendo aos cooperados e ao mercado em geral), os segmentos de mercado a que estiver atendendo (com suas expectativas e necessidades atendidas) e o nível de concorrência (com as vantagens competitivas da cooperativa, em relação às de seus concorrentes, serem reais, sustentadas e duradouras);
- c) **Níveis de conhecimento, capacitação e estilo de atuação dos cooperados, executivos e profissionais da cooperativa** – A eficiência de uma estrutura organizacional depende da qualidade intrínseca, do valor e da integração de pessoas que fazem parte dela.

O coeficiente humano que pondera a qualidade da estrutura organizacional da cooperativa é o produto do valor das pessoas, do conhecimento que elas possuem da estrutura e de sua motivação para fazer a estrutura organizacional funcionar da melhor forma possível. (SIMERAY, 1970).
- d) **Intensidade e velocidade da evolução tecnológica e nível de tecnologia aplicada na cooperativa.** – Conforme os novos conhecimentos forem surgindo, deverão ser absorvidos pelas cooperativas para operacionalizar suas atividades e atingir seus objetivos.
- e) **Atuação dos fatores externos ou não controláveis pela cooperativa** – Este fator de influência deve ser considerado premissa para a existência de abordagem estratégica da estrutura organizacional das cooperativas, deve-se analisar o processo de relacionamento entre a cooperativa e seu ambiente. Deverá haver uma avaliação contínua das constantes mudanças no ambiente e ao efeito destas no processo de estruturação organizacional.
- f) **Processo de relacionamento entre a cooperativa e seu ambiente.** Deverá haver uma avaliação contínua das constantes mudanças no ambiente e ao efeito dessas no processo de estruturação organizacional.

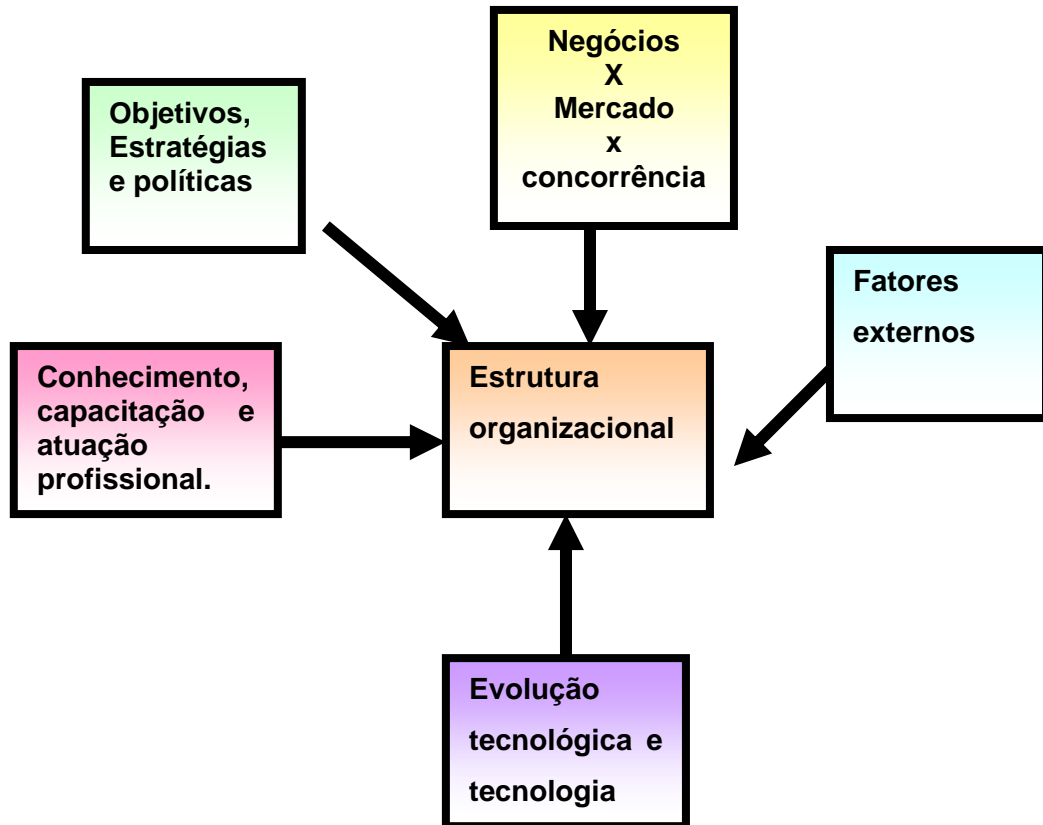


Figura 10 – Fatores de influência da estrutura organizacional – Oliveira (2001)

Pinho (2004) esclarece que a governança cooperativa deve reforçar a interação entre cooperado e cooperativa, quer incentivando a melhoria da qualidade da produção do cooperado, quer garantindo a fidelidade nas transações cooperativistas.

Enfatiza também que é importante a ágil eliminação dos associados que não cooperam; a valorização dos associados participativos por meio de comitês especiais, que os levem a assumir responsabilidades em atos de gestão da cooperativa e se tornem co-responsáveis em estratégias de desenvolvimento da cooperativa.

#### 2.2.6.2 – Cooperativas e os demais tipos societários: distinções relevantes

A sociedade cooperativa é identificada pelo art. 3º da lei 5.764/71, que preceitua:

Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Destaca Krueger (2003) que se fazendo uma leitura atenta dos vocábulos e expressões do texto legal do referido artigo, percebe-se a presença das características filosófico-doutrinárias (valores) que fundamentam o cooperativismo.

Decompondo ainda mais o conceito, identifica pelo menos dois importantes aspectos da identidade cooperativa:

- 1) A cooperativa é instrumento para a concretização ou facilitação recíproca de ações de natureza econômica entre particulares (prática do mutualismo e do solidarismo), em que os participantes são, a um só tempo, donos e usuários das operações e serviços. Ou seja, cooperativa é consequência, e não causa, apresentando-se como prolongamento ou uma extensão do relacionamento econômico-negocial entre particulares ou das economias dos cooperados;
- 2) Dessa troca não pode resultar vantagens ou desvantagens entre os que nela figuram.

Diferencia-se das demais sociedades por ser ao mesmo tempo uma associação de pessoas e um negócio. Para conseguir bons resultados deverá equilibrar esta dupla característica – o aspecto social e o econômico -, buscando sempre o aperfeiçoamento de suas atividades e filosofia.

Afirma Panzutti (2001) que a empresa cooperativa, enquanto pessoa jurídica, tem por objetivo a defesa da economia individual dos seus associados. Daí porque o fim visado pelo empreendimento se identifica com o da clientela associada, e sua relação com a empresa se desenvolve de conformidade com o critério de identidade, ou seja, são idênticos os objetivos da empresa e o dos clientes associados.

Relata Bialoskorki Neto (1994) que as empresas cooperativas estão situadas entre as economias particulares dos cooperados, de um lado, e o mercado de outro, aparecendo como estruturas intermediárias que congregam interesses comuns. Elas não possuem, assim, do ponto de vista econômico, uma existência autônoma e independente de seus membros, como ocorre nas sociedades de capital, mas surgem como organizações intermediárias postas a serviço da satisfação das necessidades das economias particulares dos cooperados.

O cooperativismo tem duplo caráter, o de sociedade de pessoas e o de empresa. Como associação de pessoas têm três características básicas:

- 1) Propriedade cooperativa;
- 2) Gestão cooperativa; e
- 3) Repartição cooperativa.

A Figura 11 apresenta as principais diferenças entre empresa mercantil/ capitalista/ comercial, empresa cooperativa e outras associações.



<b>EMPRESA MERCANTIL/ CAPITALISTA/ COMERCIAL</b>	<b>EMPRESA COOPERATIVA</b>	<b>OUTRAS ASSOCIAÇÕES</b>
Associação de capital (fechado ou aberto)	Associação de pessoas	Associação de pessoas
Natureza jurídica comercial	Natureza jurídica civil	Natureza jurídica civil
Contrato Comercial/Estatutos sociais	Estatutos sociais	Estatutos sociais
Atividade econômica	Atividade econômica	Atividades educacionais, sociais ou culturais.
Fins lucrativos	Sem fins lucrativos	Sem fins lucrativos
Carga tributária empresarial mercantil	Carga tributária específica para cooperativas	Carga tributária para associações, quando não caracteriza a isenção.
Gestão vertical hierárquica	Gestão horizontal – reciprocidade	Gestão mista

Figura 11 – Empresa capitalista x cooperativa x outras associações

Enquanto nas empresas não cooperativas a pessoa se associa para participar dos lucros, nas empresas cooperativas a pessoa se associa para utilizar os serviços da sociedade e não para obtenção de um dividendo de capital. Na empresa cooperativa, como os usuários são seus próprios clientes não teria sentido obterem lucros de si mesmos. As cooperativas cobram apenas o preço de custo, rateado entre os cooperados em proporção à utilização desses serviços e quando há retorno, este nada mais é que o excesso do custo cobrado, não se confundindo com o lucro.

A comparação entre empresa cooperativa e empresa não cooperativa é apresentada na Figura 12.

<b>EMPRESA COOPERATIVA</b>	<b>EMPRESA NÃO-COOPERATIVA</b>
É uma sociedade de pessoas	É uma sociedade de capital
Objetivo principal é a prestação de serviços	Objetivo principal é o lucro
Número ilimitado de associados	Número limitado de sócios
Controle democrático – um homem um voto	Cada ação um voto
Assembléia – quorum baseado no número de associados	Assembléia – quorum baseado no capital
Não é permitida a transferência de quotas partes a terceiros	Transferência das ações a terceiros
Retorno proporcional ao valor das operações	Dividendo proporcional ao valor das ações.

Figura 12 – Comparação entre empresa cooperativa e empresa não cooperativa. Panzutti (2001)

As cooperativas não estão em contradição com a economia competitiva, mesmo as cooperativas que trabalham somente para cobrir os custos, Pinho (1992), ao distinguir segundo a teoria de *Münster*, a cooperativa como unidade econômica, permite analisá-la com os instrumentos semelhantes aos das empresas econômicas em geral.

Dai conclui a autora:

Para controlar a efetividade da cooperativa, ou seu êxito interno, ou voltado para os membros há indicadores especiais para se apurar as vantagens de custos, as vantagens comparativas das economias dos membros, etc. (...) O aspecto da produtividade ou êxito externo da cooperativa implica a utilização das mais modernas técnicas de organização empresarial; conquista de mercado pela qualidade de seus êxitos; utilização de inovações tecnológicas e outras para a atividade cooperativa ser competitiva; enfim apresentação de vantagens típicas das empresas econômicas (PINHO, 1982, p.76)

Sendo o objeto de análise a empresa cooperativa, tem-se de levar em consideração não somente a dimensão econômica empresarial, mas também outros aspectos inerentes a esse tipo de sociedade, que se constituem forças vivas e justificam a existência da cooperativa enquanto forma específica de organização, pois se trata de organização societária, com a finalidade de atender as necessidades de seus associados.

A Figura 13 apresenta as distinções entre cooperativas e sociedades anônimas, verificando claramente que a cooperativa é uma sociedade de pessoas e a sociedade anônima é uma sociedade de capital.

COOPERATIVAS	SOCIEDADE ANÔNIMA
Sociedade de pessoas	Sociedade de capital financeiro
Objetivo: é a prestação de serviços	Objetivo: é o lucro financeiro
Número ilimitado de cooperados	Número ilimitado de acionistas
Uma pessoa, um voto.	Cada ação dá direito a um voto
Assembléia baseada no número de cooperados	Assembléia baseada no capital
Sistema de quotas partes	Sistema de ações financeiras
Retorno do excedente, conforme estipulado em lei e Estatuto Social.	Lucro proporcional à alta ou à baixa das ações no mercado financeiro
Ação: Cooperação e integração	Ação: Concorrência
Direção: é dos associados	Direção: estranhos (executivos) e acionistas

Figura 13 – Diferenças entre cooperativas e sociedades anônimas.

A Figura 14 apresenta as principais diferenças entre os conceitos, formação, objetivos, legislação, registros, operações, patrimônio e representação da empresa cooperativa, da associação e sindicato.

DESCRIÇÃO/ENTIDADE	COOPERATIVA	ASSOCIAÇÃO	SINDICATO
Conceito	Soc.civil/comercial sem fins lucrativos	Soc. Civil sem fins lucrativos	Soc.Civil/Sindical
Formação	Mínimo: 20 associados	Mínimo: o suficiente para compor um conselho	Número de pessoas necessário para ocupar os cargos diretivos, regulados e definidos pelo estatuto.
Objetivos	Prestação de serviços	Vários	Representar e defender determinada categoria
Legislação	Constituição.Federal (art.5º, inc. XVII a XXI e art. 174 § 2º) – Cód. Civil e Lei 5.764/71.	Constituição Federal (art.5º, inc. XVII a XXI e art. 174 § 2º).	Constituição. Federal (art.5º, inc. XVII a XXI e art. 174 § 2º, CLT).
Registros	Junta Comercial	Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da comarca.	Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da comarca.
Operações	Desenvolve atividade comercial	Auxilia o quadro social na comercialização de produtos e serviços	É proibida pela CLT a atividade econômica
Patrimônio	O capital social é constituído por quotas-partes dos cooperados ou pode ser constituído por doações, empréstimos.	Formado por taxas pagas pelos associados, doações, reservas e fundos.	Constituído pela arrecadação das mensalidades, contribuição sindical taxa confederativa, prestações de serviços ou doações diversas.
Representação	Em nível nacional, são representadas pela OCB, em nível estadual pelas OCEs, e ainda por Federações.	São representadas por Federações e Confederações	São representadas por Federações e Confederações. Também podem ser organizados por Centrais Sindicais.

Figura 14 – Diferenças entre Cooperativas, Associações e Sindicatos. Rolloff (2002)

Segundo Panzutti (2001) a lógica da empresa cooperativa incorpora estratégias empresariais específicas do sistema cooperativista, não tendo a mesma lógica da estratégia de uma empresa de capital. A lógica da cooperativa está em se

expandir dentro de sua base social ou produtiva, diversificando suas atividades naquilo que os associados demandam conforme apresentado na Figura 15 - Estratégias das empresas cooperativas.

<b>VARIÁVEL</b>	<b>EMPRESA COOPERATIVA</b>	<b>EMPRESA NÃO COOPERATIVA</b>
Formação do Patrimônio	Capital social – divisível Fundos de Reserva e de assistência técnica, educacional e social – indivisíveis.	Através de operações mercantis
Relação Empresa x mercado	Dois mercados: cooperado e o mercado propriamente dito. Dificuldade no repasse de preços	Um mercado: facilidades no repasse de preços.
Relação empresa x cliente	Dimensão sócio-econômica: atende associado inadimplente ou deficitário	Dimensão eminentemente econômica: Fator prioritário lucro. Inadimplência = execução fiscal
Acumulação	Capital social: aumento de associado – aumento de quotas partes. Sobras – aumentar significa onerar o associado. Fundos.	Ações – empresa de capital aberto – lucro reinvestido.
Estratégia de crescimento	Privilegia a horizontalização e posterior diversificação ou verticalização.	Privilegia a verticalização e/ou diversificação, etc.

Figura 15 – Estratégias das empresas cooperativas. Panzutti (2001)

### 2.2.7 Os ramos do cooperativismo

O cooperativismo brasileiro foi estruturado em treze ramos pela OCB, a saber: agropecuário, consumo, crédito, educação, especiais, habitação, mineral, produção, infra-estrutura, trabalho, saúde, turismo e lazer, transporte de cargas e passageiros.

Pinho (2004) declara que a nomenclatura em ramos foi adotada pela OCB, em 1993, para classificar e facilitar a organização vertical das cooperativas em federações, confederações e centrais, em âmbito estadual e nacional, bem como para viabilizar a economia de escala e a competitividade das cooperativas no mercado. Cada ramo tem um representante estadual, que faz parte do Conselho de Administração da Organização das Cooperativas Brasileiras em cada estado – OCBs Estaduais, e um representante nacional que faz parte do Conselho de Administração da OCB.

Com efeito, a divisão por ramo facilita a visualização de peculiaridades referentes a grupos específicos de cooperativas, de modo a propiciar um melhor entendimento do cooperativismo destacaram-se ante a sua participação, em termos percentuais, no total de cooperativas brasileiras conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução dos empreendimentos cooperativos no Brasil, por segmento de atuação e em percentual entre a década de 40 a 90.

RAMO	DÉCADA	DÉCADA	DÉCADA	DÉCADA	DÉCADA	DÉCADA
	40	50	60	70	80	90
	%	%	%	%	%	%
Agropecuário	79	75	55	28	20	20
Consumo	09	12	08	02	04	05
Credito	10	08	15	21	38	15
Educacional	00	00	00	02	01	05
Saúde	00	00	00	21	18	20
Trabalho	00	03	05	08	12	25
Demais	00	02	11	18	03	05
Totais	100	100	100	100	100	100

O ramo das cooperativas agropecuárias constituiu-se como principal representante do cooperativismo brasileiro, tendo em vista que a própria estrutura econômica do país era eminentemente agrícola. Contudo, o processo de modernização e industrialização da agricultura, fez emergir outros setores do cooperativismo nacional, como as cooperativas de crédito e o de saúde, na década de 70 e 80. Nesse ínterim, o setor industrial e de serviços passam a ser os principais responsáveis pelo PIB brasileiro, incrementando a participação, em termos percentuais, das cooperativas de trabalho no setor cooperativo brasileiro.

Os treze ramos do cooperativismo brasileiro foram definidos, em 4 de maio de 1993, com base em modelos da Aliança Cooperativista Internacional – ACI e da Organização das Cooperativas da América – OCA, além de análises do Sistema OCB e de diversos especialistas do Cooperativismo brasileiro.

Cada ramo tem um representante estadual, que faz parte do Conselho Estadual de Cooperativas OCB-UF, de acordo com normas estabelecidas no estatuto, e um representante nacional.

Os ramos são assim descritos no Anuário das Cooperativas Brasileiras (2003):

1. **Cooperativismo Agropecuário:** No Brasil, as cooperativas agropecuárias, ao longo da primeira metade do século XX, não apenas se mostraram como as mais importantes em termos de volume de negócio como também foram as principais responsáveis pela difusão do ideário cooperativista no país. São responsáveis por boa parte da produção agrícola nacional e para garantir o desenvolvimento e aumentar a produção elas investem em centros de pesquisa e experimentação.
2. **Cooperativismo de Consumo:** As cooperativas de consumo guardam, no Brasil, uma importância histórica, haja vista ter sido uma cooperativa de consumo a primeira experiência registrada no cooperativismo nacional, no estado de Minas Gerais, em 1889. Esse ramo agrupa todas as cooperativas que têm por finalidade efetuar compra de bens de consumo final, como alimentos, vestuário, eletrodomésticos, combustíveis para os seus associados. Essas cooperativas usualmente são constituídas por grupos de funcionários de empresas públicas ou privadas. Eis o motivo pelo qual o surgimento dessas cooperativas esteve, em grande parte, atrelado ao processo de instalação e expansão de grandes empresas a partir da década de 50, a exemplo da Rhodia e Volkswagen, localizadas em regiões como a do ABC, no estado de São Paulo, na região sudeste do Brasil. Vale ressaltar que as cooperativas desse setor não conseguiram estruturar uma Confederação, fato que pode ser identificado como um entrave no desenvolvimento de ações integradas, capazes de proporcionar benefícios de uma economia de escala. Existe apenas uma Federação, a qual agrupa apenas as cooperativas de consumo dos funcionários do Banco do Brasil.
3. **Cooperativismo de Crédito:** As cooperativas de crédito surgiram no Brasil como entidades coletivas e mutualísticas de gestão dos recursos financeiros dos seus associados, sendo a primeira cooperativa do Brasil e da América Latina instalada em 1902 no município de Nova Petrópolis, estado do Rio Grande do Sul (OCB, 2002). A estruturação desse ramo cooperativo fez surgir três tipos de cooperativas de crédito no Brasil, Luzzati, Crédito Rural e Crédito Mútuo. O que caracteriza a diferenciação entre esses três tipos de cooperativas é a natureza do quadro social. Enquanto nas cooperativas Luzzati os associados são pessoas físicas em geral, nos outros dois tipos os associados devem estar vinculados a alguma categoria ou atividade profissional. Nas cooperativas de Crédito Rural somente podem ser associados às pessoas físicas que desenvolverem, na área de atuação da cooperativa, atividade agrícola, pecuária ou extração de pescados. Nas

cooperativas de Crédito Mútuo somente podem se associar grupos de profissionais autônomos, funcionários de uma mesma empresa ou comerciantes de uma mesma atividade profissional.

4. **Cooperativismo Educacional:** No intuito de proporcionar uma experiência prática de cooperativismo para os alunos do ensino técnico agrícola, o Governo Federal estimulou a criação de cooperativas nas Escolas Agrotécnicas Federais. Contudo, o processo de autogestão nessas experiências sofrem com a descontinuidade do quadro social por conta do afastamento do aluno da cooperativa após a conclusão do curso. Esse fato tem favorecido a ingerência na organização cooperativa a partir da cessão administrativa aos funcionários da escola. Na década de 80, com as transformações sociopolíticas e econômicas no Brasil, estimularam a criação de escolas cooperativas a partir da iniciativa dos pais de alunos como uma alternativa de educação de qualidade a um custo reduzido. O crescimento do número de cooperativas desse gênero permitiu, em 1987, o surgimento do ramo de cooperativas educacionais, estruturado e baseado em duas experiências Uma a partir da mobilização de pais de alunos que se organizaram em cooperativa e uma outra a partir da associação de alunos de escola agrícola.
5. **Cooperativismo Especial:** Este ramo foi criado em 1999 com a possibilidade de explorar a organização e gestão de serviços socio sanitários e educativo, mediante atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços, contemplando as seguintes pessoas: deficientes físicos, sensoriais, psíquicos e mentais, dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, dependentes químicos, pessoas egressas de prisões, os condenados a penas alternativas à prisão e adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo. Organizam seu trabalho especialmente no que diz respeito às dificuldades gerais e individuais das pessoas em desvantagem, e desenvolvem e executam programas especiais de treinamento, com o objeto de aumentar-lhes a produtividade e a independência econômica e social. O estatuto da cooperação social poderá prever uma ou mais categorias de sócios voluntários que não estejam incluídos na definição de pessoas em desvantagem. Neste ramo também estão incluídas as cooperativas de pessoas de menor idade ou por pessoas incapazes de assumir plenamente suas responsabilidades como cidadão.
6. **Cooperativismo Habitacional:** Na década de 60, o Governo Federal, dentre as políticas de ampliação da moradia implementadas, estimulou a formação de cooperativas habitacionais. Essas cooperativas destinavam-se à construção,

manutenção e administração de conjuntos habitacionais. No início da década de 80, com a diminuição dos financiamentos governamentais para o setor, as cooperativas passaram a desenvolver suas atividades contando principalmente com os recursos de seus associados. Esses fatores, aliados ao processo inflacionário crescente dentre outros motivos, provocaram uma estagnação no surgimento de novas cooperativas habitacionais no Brasil até a metade dos anos 90, quando novamente estas cooperativas voltaram a ser constituída em consequência do aumento do déficit habitacional no país e do processo de estabilização da inflação ocorrido após 1994. Atualmente, esse ramo está estruturado em cooperativas singulares, federações e uma confederação – a Confederação Brasileira das Cooperativas Habitacionais.

7. **Cooperativismo de Infra-estrutura.** Na década de 60, o Brasil, com o intuito de estimular o processo de eletrificação rural, desenvolveu políticas específicas para o desenvolvimento de cooperativas de eletrificação. Induzidas pelas concessionárias de energia, as cooperativas se constituíram como forma de captar recursos oriundos de vários organismos internacionais e viabilizar o acesso à energia elétrica no campo, favorecendo a modernização e industrialização do setor rural. Isso fez com que as linhas de transmissão da rede elétrica rural instaladas pelas cooperativas elétricas fossem alimentadas financeiramente pelas concessionárias de energia elétrica, o que proporcionou às cooperativas do setor uma relativa estabilidade financeira. Contudo, ante a desestatização das distribuidoras de energia elétrica entre 1996-1998, o principal parceiro do setor passou a ser o setor privado, e não mais o setor público, obrigando as cooperativas a estabelecerem uma nova estratégia de atuação. Como resultado, essas cooperativas ampliaram o seu leque de ação, incorporando também outras atividades como comunicação, limpeza urbana, bem como a própria geração de energia, passando a incorporar na sua natureza jurídica tais atribuições.
8. **Cooperativismo Mineral:** O cooperativismo mineral garante a disseminação de técnicas mais racionais e atualizadas de exploração, fortalecimento do setor e gerando maiores vantagens para todos. Por intermédio de regras claras e orientação adequada, as cooperativas minerais têm contribuído para conscientizar os micromineros sobre a necessidade de preservar o meio ambiente. Trabalhada de forma correta, a extração mineral rende resultados satisfatórios para cooperados e comunidade sem danos à natureza.
9. **Cooperativismo de Produção:** Composto pelas cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, sendo os meios de



produção propriedade coletiva, através da pessoa jurídica. Para os empregados, cuja empresa entra em falência, a cooperativa de produção geralmente é uma alternativa viável para manter os postos de trabalho. Em outros países, este ramo está bem desenvolvido, como na Espanha (Mondragon). No Brasil, cada vez mais os empregados estão descobrindo as vantagens de constituir o próprio negócio, deixando de ser assalariados para tornarem-se donos do seu próprio empreendimento – a cooperativa.

10. **Cooperativismo de Saúde:** Na década de 60, o sistema previdenciário brasileiro foi unificado, aprofundando uma crise nas condições de atendimento público de saúde e ampliando o espaço para atuação das empresas de medicina de grupo. Esse fato levou médicos da cidade de Santos, Estado de São Paulo, a constituir a primeira cooperativa médica do Brasil, a União dos Médicos-UNIMED, em 1967, com o intuito de alcançar maior competitividade e através de ações integradas constituíram as primeiras cooperativas de segundo grau – as Federações. Em 1975 fundaram uma Confederação Nacional das Cooperativas Médicas – UNIMED, fato que possibilitou o desenvolvimento de estratégias em âmbito nacional atraídos pelo êxito dessas cooperativas, outros profissionais da área de saúde, exemplo dos odontólogos, psicólogos e enfermeiros, passaram a constituir cooperativas singulares, federações e confederações. Esse conjunto de cooperativas de profissionais de saúde que eram agrupados no ramo de trabalho, em virtude da sua crescente importância socioeconômica, passou em 1996 a ser agrupado sob o ramo de cooperativas de saúde.
11. **Cooperativismo de Trabalho:** O cooperativismo de trabalho é um dos ramos mais recentes dentro do sistema cooperativista. Nos últimos anos apresentou grande crescimento, principalmente em função do alto índice de desemprego que atinge o país. Os profissionais que atuam em cooperativas de trabalho são ao mesmo tempo sócios do empreendimento e mão-de-obra qualificada, podendo atender a diversos setores da economia brasileira. Por se tratar do objeto de estudo da presente pesquisa, este ramo será tratado mais detalhadamente no tópico 2.3.
12. **Cooperativismo de Transporte:** As cooperativas de transporte se originaram, sobretudo, nos grandes centros urbanos, em parte devido ao desemprego estrutural causado pela conjuntura econômica nacional, bem como pela fragilidade dos serviços de transporte coletivo das cidades brasileiras, atuam tanto no transporte de cargas como de passageiros. Foi separado do ramo trabalho em 2002 porque pelas suas atividades e pela necessidade urgente de resolver problemas cruciais da categoria profissional da área de transporte

**13. Cooperativa de Turismo e Lazer:** Criado pela assembléia geral ordinária da OCB, no dia 28 de abril de 2000, é composto por cooperativas que atuam no setor de turismo e lazer. Esse ramo surgiu com boas perspectivas de crescimento, pois todos os estados brasileiros têm potencial fantástico para o turismo cooperativo, que visa organizar as comunidades para disponibilizarem seu potencial turístico, hospedando os turistas e prestando-lhes toda a ordem de serviços, e simultaneamente organizar os turistas para usufruírem desse novo paradigma de turismo, mais barato, mais educativo e mais prazeroso. O ramo do turismo e lazer dispõe de projetos conceitual e operacional, a ser implantado em três fases: no Brasil, na América Latina, e nos demais países, com o respaldo da OCB, OCA e da ACI. As cooperativas de turismo e lazer podem contribuir para a geração de oportunidades de trabalho, distribuição de renda, preservação do meio ambiente e para o resgate da cidadania em plenitude, desenvolvendo a consciência ativa da cidadania planetária do lazer.

Os ramos que possuem maior número de cooperativas são as de trabalho, agropecuário e de crédito conforme demonstra a Figura 16 do gráfico das cooperativas por ramo.

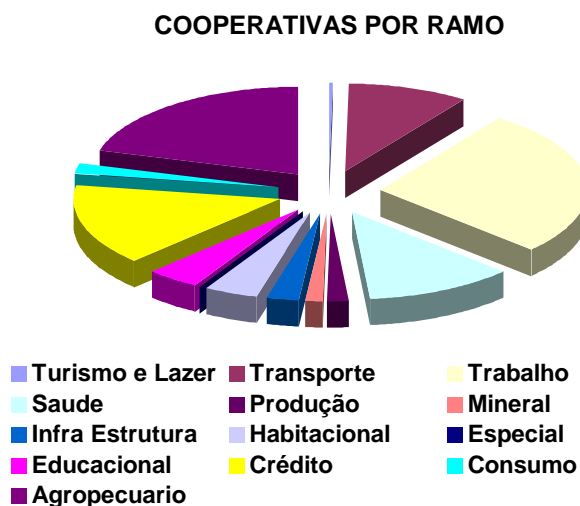


Figura 16 - Gráfico das cooperativas por ramo – OCB (2003)

- ✓ **Trabalho:** constituição de cooperativas por categorias profissionais (eletricistas, mecânicos, professores, engenheiros, jornalistas, costureiras, profissionais de informática e outros), com objetivo de proporcionar fontes de ocupação estáveis e apropriadas, através de prestação de serviços a terceiros. Seu maior crescimento foi após a década de 70 devido à crise de desemprego

formal e as pessoas encontrarem no cooperativismo de trabalho uma alternativa viável para o problema.

- ✓ **Agropecuário:** aperfeiçoamento do processo produtivo, bem como obtenção de melhores preços para os produtos, através de comercialização direta, eliminando atravessadores; está mais presente na região Sul e são compostas por empresários agrícolas que buscam melhores condições produtivas.
- ✓ **Crédito:** reunião de poupanças para benefício dos próprios cooperados; realização das operações básicas de um banco; pode ser de crédito rural, quando atua no setor agropecuário, ou de crédito urbano, quando oferece crédito mútuo em empresas e categorias profissionais; o recurso gerado por este tipo de cooperativa é o ganho financeiro nas transações bancárias, pois o resultado das transações é revertido diretamente aos cooperados.

Os ramos que possuem o maior número de cooperados são: Consumo, Crédito e Agropecuário, conforme apresenta a Figura 17 do gráfico de cooperados por ramo.

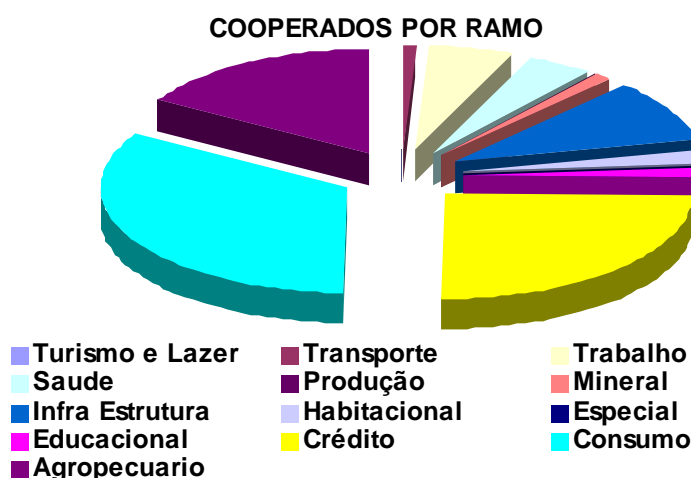


Figura 17 - Gráfico de cooperados por ramo – OCB (2003)

- ✓ **Consumo:** formação de estoques ou compra programada de bens de consumo para distribuição ao quadro social, em condições mais vantajosas de preço; qualquer pessoa que queira obter vantagens de consumo pode se cooperar, o que aumenta o número de cooperados. Média de 12.153 cooperados por cooperativa.
- ✓ **Crédito:** Oferece vantagens nas transações financeiras e devido ao alto custo cobrado pelas instituições bancárias, públicas ou privadas, a tendência futura é

de proliferação desse tipo de cooperativa. Média de 1.291 cooperados por cooperativa.

- ✓ **Agropecuário:** O cooperativismo agropecuário já se estendeu em todo território nacional. É o mais conhecido pela sociedade brasileira participando significativamente nas exportações, o que engorda a Balança Comercial e, ao mesmo tempo, abastece o mercado interno de produtos alimentícios. Ele presta um enorme leque de serviços – desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados. As cooperativas agropecuárias formam, hoje, o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro. Possui uma média de 619 cooperados por cooperativa.

Os ramos que empregam o maior número de pessoas são: agropecuário crédito e saúde, conforme demonstra a Figura 18 do gráfico de empregados por ramo.

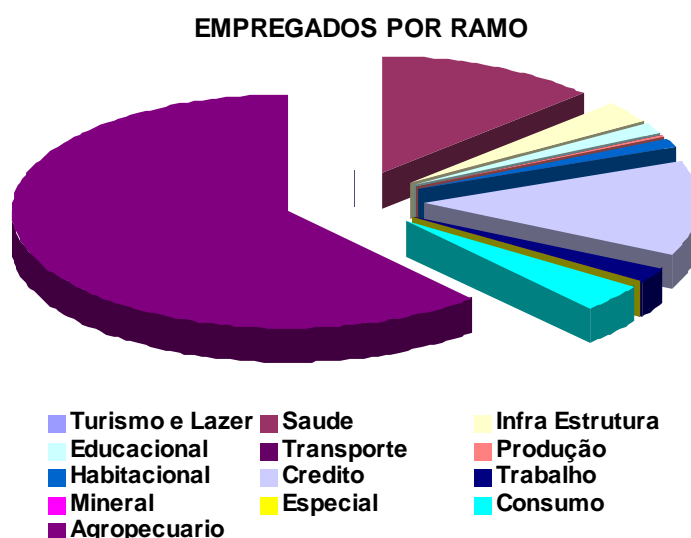


Figura 18 - Gráfico de empregados por ramo – OCB (2003)

- ✓ **Agropecuário:** como maior representante do cooperativismo brasileiro na geração de negócios também é o ramo que gera mais empregos diretos, visto que o cooperado sendo empresário/produtor necessita de pessoas que lhes prestem serviços para a consecução de seus objetivos sociais.
- ✓ **Crédito** – por desenvolver atividades financeiras ocupa um grande número de pessoal qualificado para desenvolver as atividades operacionais necessárias para atender às necessidades dos cooperados.

- ✓ **Saúde** – composta por cooperados profissionais especializados na área de saúde requer um grande contingente de pessoas para desenvolver suas atividades administrativas.

Os ramos do cooperativismo brasileiro têm área de atuação distinta, o que ocasiona um difícil estabelecimento de relação entre número de cooperados e empregados, como também entre cooperativas e cooperados em seu quadro social, conforme demonstram dados extraídos do Núcleo de Dados da OCB, atualizados até dezembro/2003.

A Tabela 2 apresenta as cooperativas em que os cooperados usufruem serviços e benefícios financeiros, mas não exercem nas mesmas atividades para auferir renda para seu sustento.

Tabela 2 – Cooperativas que geram recursos financeiros aos cooperado

RAMO	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS
Consumo	158	1.920.311	7.219
Crédito	1.115	1.439.644	23.291
Habitacional	314	104.908	2.472
<b>TOTAL</b>	<b>1.587</b>	<b>3.464.863</b>	<b>32.982</b>

- ✓ **Consumo** – o mais antigo ramo na história europeia e brasileira do cooperativismo. Durante muitas décadas, esse ramo foi limitado a funcionários de empresas, operando a prazo, com desconto em folha de pagamento, mas quase desapareceu com o crescimento de modernas redes de supermercados e, atualmente, tenta se afirmar como cooperativas abertas a qualquer consumidor.
- ✓ **Crédito** – composto por cooperativas destinadas a promover a poupança e a financiar necessidades ou empreendimentos dos seus associados, um dos ramos mais fortes em países desenvolvidos.
- ✓ **Habitacional** – reúne cooperativas destinadas à construção, à manutenção e à administração de conjuntos habitacionais para seu quadro de associados.

A Tabela 3 apresenta as cooperativas que geram trabalho e renda aos cooperados como também são fontes geradoras de empregos formais de forma geral.

Tabela 3 – Cooperativas geradoras de trabalho aos cooperados e empregos formais

RAMO	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS
Agropecuário	1.519	940.482	110.910
Educacional	303	98.970	2.874
Especial	7	2.083	6
Infra-estrutura	172	575.256	5.500
Mineral	34	48.830	35
Produção	113	9.559	315
Saúde	878	261.871	23.267
Trabalho	2.024	311.856	4.036
Turismo e lazer	12	396	2
Transportes	706	48.552	99
<b>TOTAL</b>	<b>5.768</b>	<b>2.297.855</b>	<b>149.044</b>

### **2.3 Cooperativismo de trabalho**

De acordo com o IDECOOP – Instituto para o Desenvolvimento da Cooperação, o cooperativismo de trabalho desenvolve-se através de uma organização de pessoas que organizam uma instituição, “a empresa cooperativa”, buscando gerar de maneira autônoma um instrumento de produção ou prestação de serviços para uma melhor inserção no mercado de trabalho. É administrada e desenvolvida em função unicamente dos seus associados trabalhadores, técnicos e administrativos, todos com os mesmos direitos e obrigações. É enquadrado nesse perfil que um novo tipo de cooperativismo – nas sociedades urbanizadas e em ajuste estrutural - está emergindo, com os segmentos mais pobres e sem perspectivas de trabalho permanente nas cidades.

Segundo Juvêncio, Castro, Andrade e Panzutti (2000), a primeira cooperativa de trabalho do estado de São Paulo foi a de carregadores de bagagens do porto de Santos, fundada em 1938 com 32 cooperados; a segunda foi a Cooperativa de Trabalho dos Trabalhadores em Edifícios de São Paulo – COOTTESP, ambas em pleno funcionamento.

A Organização das Cooperativas Brasileiras define as cooperativas de trabalho como sendo aquelas cooperativas de profissionais que prestam serviços a terceiros. Explicando melhor: “são cooperativas de trabalho tanto as que produzem

determinado bem (industrial ou artesanal) como aquelas onde a cooperativa desempenha um papel de “administradora” dos serviços fornecidos pelos seus cooperados.

As cooperativas de trabalho são constituídas entre trabalhadores, profissionais de uma determinada profissão ou mista de vários ofícios, atividades ou profissões. Têm como finalidade primordial gerar meios de trabalho, melhorar a remuneração e as condições de trabalho pessoal de seus associados, dispensando a intervenção de um patrão ou mesmo empresário e se propõem a contratar e executar obras, tarefas, trabalhos, serviços públicos ou particulares, coletivamente ou por grupos de alguns membros. Já era basicamente assim que o art. 24 do Decreto-Lei 22.239 de 1932 definia então as atividades e funções da cooperativa de trabalho.

O cooperativismo de trabalho, independentemente do tipo de organização que tiver, se fundamenta na relação de que a atividade a ser desenvolvida é um trabalho autônomo, sem o vínculo de emprego entre a cooperativa e seus associados, uma vez que todos gozam de iguais direitos e obrigações, sendo todos eleitores e elegíveis para cargos diretivos. Se o desempenho de tais cargos não comporta vantagens nem privilégios e as sobras ou perdas atingem a todos por igual, é evidente que não pode existir subordinação econômica ou técnica, muito menos jurídica.

Os objetivos gerais das cooperativas de trabalho são de conquistar determinados segmentos do mercado e obter melhores condições de trabalho e remuneração. A cooperativa de trabalho na ótica econômica é uma organização empresarial cujo objetivo é a defesa em comum das economias individuais de seus associados.

A cooperativa de trabalho é uma sociedade em transição e em evolução. Transição por criar nas pessoas o senso de liberdade responsável, onde o indivíduo vale pelo que é, pelo que produz e não pelo que tem. E evolução por obrigar o indivíduo à profissionalização de seus atos por meio da educação constante, e prover a sociedade de cidadãos mais conscientes, mais responsáveis e participativos, e dessa forma desponta a missão das cooperativas de trabalho, o de transformar o homem pelo próprio homem e nesta transformação o homem no direito de ser livre, de trabalhar e administrar a sua cidadania, passa a valer pelo volume de produção, pelo esforço e pela sua capacidade.

O número crescente desse segmento de cooperativas no Brasil se desenvolveu a partir de 1960 e continua em expansão, principalmente no estado de São Paulo.

A figura 19 apresenta o gráfico da evolução das cooperativas de trabalho no estado de São Paulo demonstrando o grande salto de crescimento no período de 1991 a 1999 e pequena tendência de declínio no período de 1999 a 2000, refletindo de modo significativo às mudanças ocorridas no cenário econômico-financeiro do país.

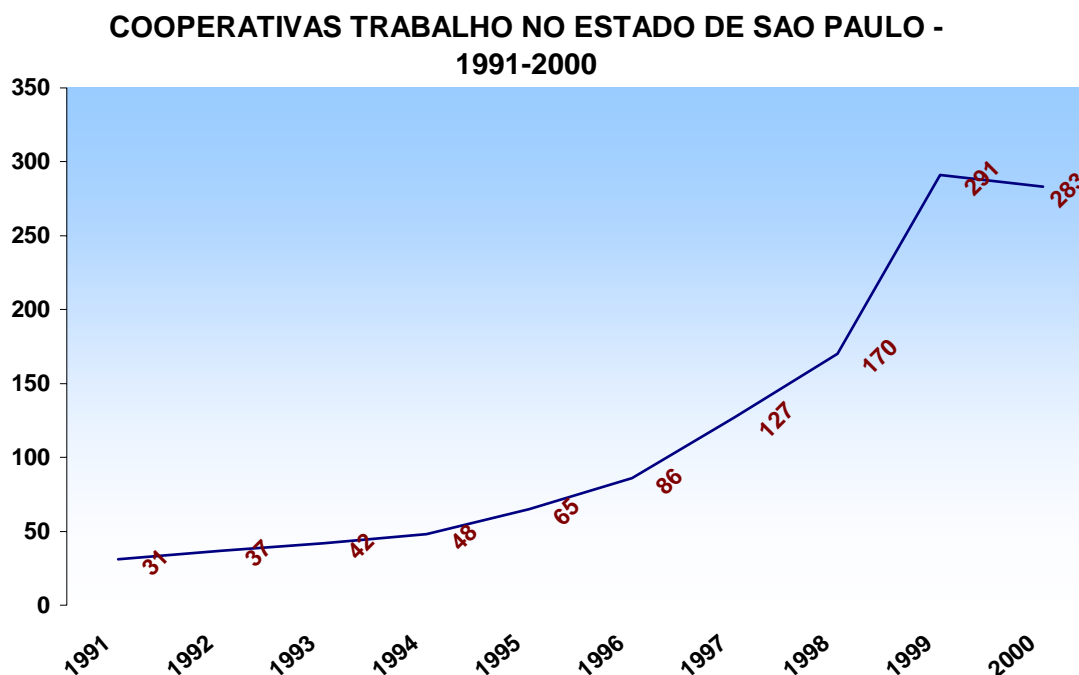


Figura 19 - Gráfico das cooperativas de trabalho no estado de São Paulo – OCESP (2000)

Um outro fato que pode ter uma relação com o crescimento do número de cooperativas durante a década de 90 está relacionado com a elevação da taxa de desemprego e a aceleração do processo de terceirização que impeliram os trabalhadores a buscar novas formas de organização.

Segundo dados da OCB (jan/2001), a distribuição de cooperativas de trabalho por região demonstra uma maior concentração na região sudeste, onde também o número elevado de cooperados que diretamente influenciam no número de empregos gerados por esse segmento, representados na Tabela 4.



Tabela 4: Cooperativas de trabalho – distribuição por região OCB (2001)

REGIÃO	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS
Norte	55	717	158
Nordeste	197	5.152	436
Sul	283	10.036	823
Sudeste	857	195.371	4.160
Centro-Oeste	524	86.589	1.416
<b>TOTAL</b>	<b>1.916</b>	<b>297.865</b>	<b>6.993</b>

Observa-se que a região Sudeste representa 45% do total de cooperativas de trabalho, comprovando o destaque do estado de São Paulo, e nas demais regiões o percentual de concentração é de 55%, apresentado pela Figura 20 do gráfico da distribuição de cooperativas de trabalho por região.

#### DISTRIBUIÇÃO COOPERATIVAS DE TRABALHO POR REGIÃO

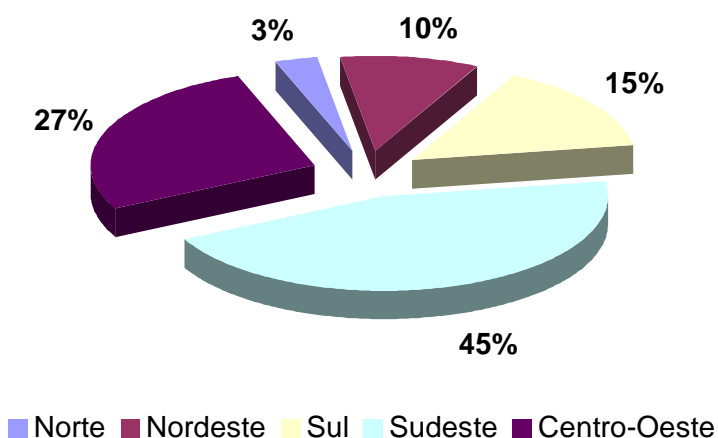


Figura 20 – Gráfico da distribuição de cooperativas de trabalho por região – OCB (2001)

Faz-se necessária à modernização do direito do trabalho no Brasil, com uma ressalva, que seja reformulado também o sistema sindical, e que este tenha as características de total liberdade e autonomia sindicais, para que sejam fortes e legítimos assumindo um papel de negociação/intermediação, como ocorre nos países desenvolvidos. Assim poderão discutir política de bem-estar social em igualdade de condições aos interesses dos representados, flexibilizando direitos e condições de trabalho, além daquelas garantias mínimas que terão que ser asseguradas pelo Estado (VEIGA, 2001)

A Organização das Cooperativas Brasileiras define as cooperativas de trabalho como sendo aquelas cooperativas de profissionais que prestam serviços a terceiros. Explicando melhor: “são cooperativas de trabalho tanto as que produzem determinado bem (industrial ou artesanal) como aquelas onde a cooperativa desempenha um papel de “administradora” dos serviços fornecidos pelos seus cooperados.

Apesar de muitas empresas que se intitulam 'cooperativas de trabalho' estarem infringindo a lei, esse tipo de cooperativa não deve ser extinto, porque existe um contingente imenso de pessoas que se beneficiam das verdadeiras cooperativas, valendo-se dessa associação para a obtenção de sua renda. As cooperativas fraudulentas devem ser denunciadas ao Ministério Público do Trabalho, e até mesmo a OCB, que enquanto representante do movimento cooperativista poderá tomar as providências cabíveis perante os órgãos competentes, para que a fraude seja eliminada.

Enfim, as cooperativas de trabalho se apresentam como uma alternativa que possibilita a inserção, especialmente, dos excluídos do mercado de trabalho e sem renda, e que ao mesmo tempo, criam espaços de autonomia e de protagonistas no processo produtivo e empresarial.

#### ***2.4 Cooperativa popular – Um empreendimento solidário***

Para os propósitos específicos desta pesquisa, foi considerada como “popular” a cooperativa de trabalho que visa primordialmente incluir no espaço da atividade econômica parcelas da população até então excluídas – por desemprego estrutural, por carência de instrução e de qualificação ou por falta de oportunidades econômicas resultante de subdesenvolvimento econômico local.

Contudo, a Economia Popular e Solidária não retrata somente as questões relativas ao mercado de trabalho, mas uma nova visão social. Estas formas de produção não-capitalistas representam verdadeiros embriões de um processo de revolução social, pois trazem à tona certos valores que parecem esquecidos dentro da rotina capitalista, como por exemplo, a solidariedade, a autonomia, a democracia e o respeito pela natureza e pela própria raça humana. Não se trata tampouco de um socialismo fundamentado na exacerbada participação do Estado. Pois é necessário que se tenha liberdade de ação para determinar quais as melhores estratégias de desenvolvimento das atividades populares e solidárias, de forma independente aos interesses dos grupos que se encontram ligados ao Estado.

O exame de experiências de cooperativas verificou a diversidade/complementaridade organizacional e institucional de soluções para contextos socio-culturais e econômicos específicos, assim como as características diferentes de programas desenvolvidos por governos (nacionais, estaduais, municipais), por organismos internacionais e por organizações da sociedade civil, geradas por iniciativa espontânea ou por políticas deliberadas.

A Figura 21 apresenta a tipologia das cooperativas populares, sintetizando a variedade encontrada no panorama mundial e nacional, sem pretender, em absoluto, ser definitivo ou exaustivo.

<b>ORIGEM</b>	<b>IMPULSO</b>	<b>ATORES/INSTITUIÇÕES</b>	<b>RESULTADOS</b>
ESPONTÂNEA	Economia em crise	Trabalhadores desempregados, assistidos ou não	Sustentabilidade variada: expansão variável
	Economia em expansão	Indivíduos empreendedores	Sustentáveis em longo prazo, com expansão.
INDUZIDA	Assistencialista	Agências internacionais	Eficiência e sustentabilidade limitadas, sem expansão.
	Desenvolvimentista	Governos nacionais e/ou municipais	Sustentabilidade e expansão variável (conforme políticas nacionais)
	Trabalhista	ONG's, sindicatos	Sustentabilidade variável, sem expansão.

Figura 21 :Tipologia de cooperativas populares

De acordo com Culti (2002), o cooperativismo como parte da economia solidária é um sistema de cooperação, que apesar de inserido no capitalismo, é reconhecido como um sistema mais adequado, participativo, democrático e mais justo para atender às necessidades e interesses específicos dos trabalhadores.

O crescimento desses empreendimentos tem sido significativo e vem chamando a atenção das universidades e dos poderes públicos municipais e estaduais, que passam a apoiá-los.

O cooperativismo pode estar ou não conectado à economia popular e solidária, a diferença está em como os indivíduos se utilizam desta forma de geração de emprego e renda. Uma cooperativa popular e solidária terá um cunho social mais

destacado, onde a cooperação de seus membros está em primeiro lugar. Gaiger (1999, p.9) menciona que:

Vale destacar a renovação do cooperativismo em vários setores econômicos. Contraoendo-se ao conservadorismo político e ao perfil empresarial do cooperativismo tradicional, proliferam hoje em dia novas cooperativas de trabalhadores, nos segmentos de consumo, produção, comercialização e serviços. Seu ideário evidencia algumas das reorientações no pensamento da esquerda e reafirma valores históricos do movimento operário e popular, tais como o direito a condições dignas de vida, a desalienação do trabalhador e a democracia substantiva.

Optar pelo cooperativismo unido à lógica da economia solidária vai além da motivação econômica de uma pessoa, há a necessidade de se ter uma consciência coletiva, pois deve se ter claro que todos tomarão as decisões juntas. Não há uma decisão imposta aos demais, o envolvimento é multilateral.

Para que a cooperativa tenha seu andamento, é necessário também que seus membros estejam longe da alienação, impondo-se que todos devem saber o que acontece. Percebe-se que nem todas as pessoas têm este perfil, muitas preferem ainda a presença do patrão, que lhes diz o que deve ser feito e não há necessidade de um maior envolvimento nas questões que vão além das atribuições dadas aos seus postos de trabalho.

Um grupo pode funcionar no atendimento das necessidades de duas maneiras: através da competitividade ou pela cooperação. A cooperativa se enquadra na segunda e, justamente por servir o homem através da espontaneidade organizada, torna-se a alternativa de menor impacto perante o fim dos empregos.

A cooperação acontece, quase sempre a partir de necessidades não satisfeitas e da decisão de duas ou mais pessoas se unirem para realizarem algo juntas. É um ato de solidariedade, não importa se sua origem ocorreu a partir de um desejo individual de satisfação de necessidades" (Ricciardi, 1996).

Nos estudos de casos apresentados no capítulo 4 percebe-se que o cooperativismo popular só acontece enquanto sociedade na formação de uma empresa com características econômico-sociais, como uma cooperativa real e idônea, se as pessoas estiverem comprometidas, tornarem-se parceiras no mesmo objetivo e mais do que isso, se o encontro for favorável para todos os envolvidos no processo. Caso contrário, é somente mais uma forma utilizada pelo homem para burlar as suas próprias leis.

Arruda (1997) apresenta o cooperativismo autogestionário e solidário como proposta para um desenvolvimento que reconstrua o global a partir da diversidade do local e do nacional e aponta:

É nesse processo que ganha enorme importância à práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes; (...) o associativismo e o cooperativismo autogestionário, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da socioeconomia na nova era que se anuncia. (Arruda, 1997, p. 4).

Andrioli (2003) afirma que é através da cooperativa que muitos trabalhadores conseguiram manter ou ter acesso ao trabalho e renda. Por sua característica autogestionária, a cooperativa propicia um amplo processo de educação dos participantes. O exercício da participação e da convivência constrói novas relações entre as pessoas, o que, também, se reproduz para a sociedade. As rupturas nas relações de produção entre os cooperados, decorrentes da organização coletiva, refletem no seu processo de consciência, contribuindo para a formação de lideranças e na promoção da cidadania.

Entretanto, a organização cooperativa de pessoas historicamente excluídas do acesso ao conhecimento carece de um amplo trabalho de formação que inclua sensibilização e motivação, preparação técnica, estudo da história do cooperativismo e seus problemas, etc. A pouca difusão do cooperativismo enquanto teoria e a histórica tutela do Estado sobre a criação e organização das cooperativas também contribuíram para o pouco conhecimento que a maioria das pessoas possuem acerca deste tema. A passagem do estágio de excluído para construtor e participante de uma cooperativa demanda um conjunto de rupturas na forma tradicional de concepção do trabalho. A autogestão, o planejamento da produção, a construção da relação com o mercado, são algumas das necessidades que se impõem ao processo cooperativo e, portanto, exigem conhecimento qualificado por parte dos participantes.

O processo de formação e capacitação dos trabalhadores é o primeiro passo para a eficácia da ação cooperativa e se constitui em necessidade permanente aos grupos interessados na geração de trabalho e renda.

Para atingir esses objetivos parte-se do conhecido pressuposto da educação popular, o de conhecer para transformar (FREIRE, 1983).

Segundo Scopinho (2003), a natureza política do problema a ser tratado e a finalidade humanista e transformadora do projeto de organização econômica e social em cooperativas populares autogestionárias impedem de copiar as receitas prescritas em manuais de administração de recursos humanos e requerem que se construa a proposta coletivamente, a partir de um método que se fundamenta nos princípios da pesquisa-ação ou pesquisa participante.

O ponto de partida é, então, um levantamento das necessidades comunitárias, com o objetivo de apreender a história, o perfil econômico, político, social e cultural e as expectativas dos cooperados. Mais do que simplesmente levantá-las, é importante hierarquizá-las de modo que o grupo possa tratá-las por ordem de importância. Além disso, é essencial identificar formas e estruturas de referência, reais e simbólicas, para cada geração no tempo e no espaço, para perceber o que mantém a motivação e o que pode ajudar a canalizar o potencial humano existente para o fortalecimento da unidade interna, tornando a experiência de cooperação um prazer e não um desgaste.

Gaiger (2004) esclarece que os resultados das cooperativas dependem do trabalho coletivo que se confronta com a “cultura da firma”, o que ocasiona a saída de muitos trabalhadores que se sentem lesados pela falta de direitos trabalhistas, ressaltando ainda que esse tipo de empreendimento está condicionado ao contexto e pelas características próprias de cada setor, altamente competitivo e inserido em uma lógica de consumo orientado por tendências globais e não de satisfação de necessidades locais, necessitam de estratégias claras e racionais para se desenvolverem.

Pela histórica relação que o cooperativismo possui com o desenvolvimento local e seu potencial de geração de renda através do trabalho associado, a aposta na sua difusão, implementação e apoio permanente são estratégicos contra o desemprego. A disposição do poder público em incentivar o cooperativismo, em parceria com entidades da sociedade civil, pode contribuir na promoção de programas e ações que visem a instrumentalização técnica e pedagógica do processo de constituição de cooperativas.

O apoio a esta iniciativa trará bons frutos e poderá contribuir para reduzir as dificuldades daqueles que, excluídos do mercado de trabalho, poderão construir seu próprio empreendimento, utilizando a “ferramenta” do cooperativismo, tantas vezes descoberta em momentos de crise para a resolução de problemas e necessidades comuns dos trabalhadores.

## **3 METODOLOGIA DE PESQUISA**

### **3.1 Natureza da pesquisa**

O desenvolvimento deste trabalho foi estruturado utilizando-se informações bibliográficas para situar a questão de forma exploratória e dedutiva, posteriormente o procedimento metodológico foi o estudo de casos de três cooperativas, em fases distintas de desenvolvimento.

Como elucidado nos objetivos, visou analisar a relevância do empreendimento cooperativo, na modalidade de cooperativas de trabalho, com ênfase nas cooperativas populares, objetivando a constatação de seu poder de geração de trabalho e renda, portando a inclusão social de seus atores principais – os cooperados.

Foram escolhidas para análise as cooperativas populares que se constituíram para combater o desemprego e o subemprego, que é a situação de degradação social e econômica em que o indivíduo não qualificado tecnologicamente foi submetido pelo desenvolvimento econômico gerado pelo capitalismo.

Quanto aos objetivos a pesquisa foi exploratória, porque proporcionou maior familiaridade com o problema e para tanto utilizou as ferramentas do levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e estudos de caso.

Segundo Gil (1994), a principal finalidade da pesquisa exploratória é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias para o estabelecimento de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Apresenta menor rigidez no planejamento e constitui a primeira etapa de uma investigação mais ampla que resulta numa formulação de problema mais esclarecida, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

Conforme demonstra a Figura 22, o estabelecimento do problema de pesquisa do presente trabalho partiu do estudo da economia solidária como universo maior, demonstrando a solidariedade social e a cooperação econômica; depois se arremetendo ao cooperativismo, sua teoria e doutrina, a seguir as cooperativas em geral, com suas peculiaridades de processo autogestionário e solidário e finalizando com as cooperativas de trabalho, analisando a legitimidade de atuação e seus cooperados como atores principais do processo de geração de trabalho e renda.

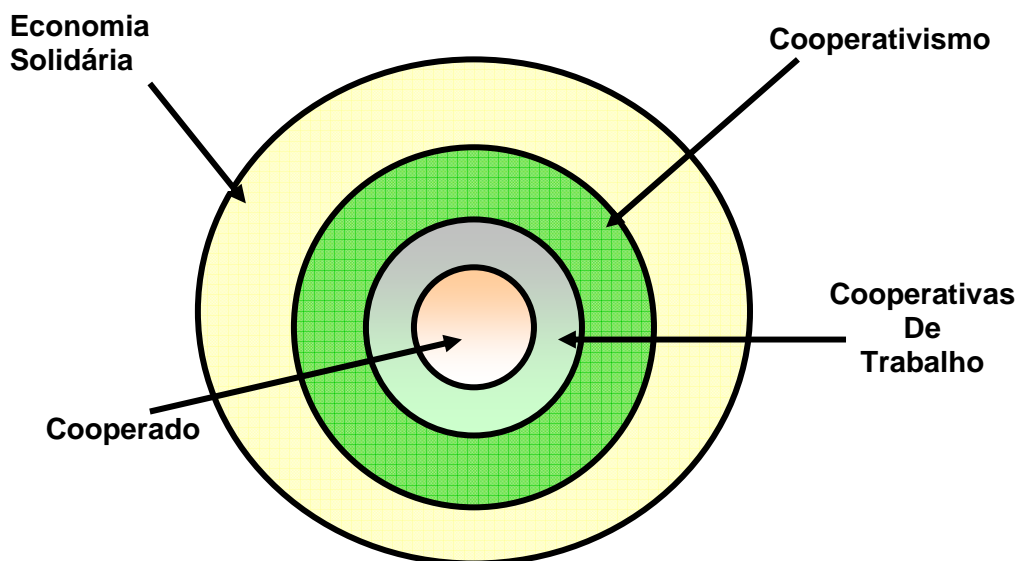


Figura 22 – Esquema do levantamento bibliográfico.

Quanto aos procedimentos foi uma pesquisa de campo que constou da observação e coleta de dados diretamente no local de ocorrência dos fatos. Os instrumentos foram: pesquisa documental, aplicação de formulários e realização de entrevistas.

A pesquisa documental teve a finalidade de demonstrar a legitimidade das cooperativas e a observância dos preceitos legais peculiares às sociedades cooperativas com base na observação dos seguintes documentos:

- 1) **Ata de constituição** – Em que foram verificados: o quórum de instalação, a ordem de chamada de acordo com o edital de convocação, os assuntos discutidos e os registros nos órgãos competentes;
- 2) **Estatutos sociais** - Foram verificados o estabelecimento dos objetivos sociais, a obediência às normas regulamentares, cláusulas pétreas do cooperativismo e principalmente as formas de admissão e demissão ou exclusão de cooperados;
- 3) **Atas de reuniões** - Foram analisadas a freqüência, se os assuntos tratados foram pertinentes e relevantes como também o interesse dos cooperados em participar do processo de autogestão da cooperativa;
- 4) **Relatório de pagamento de produção** – Foram analisados os pagamentos efetuados aos cooperados, sua periodicidade e coerência com as informações colhidas nos formulários aplicados aos cooperados.



- 5) **Questionários preliminares** - Os questionários preliminares foram aplicados às pessoas que fundaram as cooperativas, esse material é anterior ao início do trabalho de pesquisa, suas informações serviram de marco inicial da situação socioeconômica dos futuros cooperados e suas expectativas quanto ao empreendimento, enfim um diagnóstico situacional.

A pesquisa documental também teve por objetivo analisar a participação de terceiros, exercendo as funções de coordenação, acompanhamento e até de ligação entre o Poder Público e sociedade civil na destinação de investimentos para a garantia do desenvolvimento e sucesso do empreendimento.

A aplicação de formulários constou de formulários semi-estruturados, apresentados no apêndice n. que constou de 40 questões, e divididas em três partes, como segue:

- 1) **Situação socioeconômica.** Da questão número 01 a 14, foram colhidas informações sobre sexo, idade, estado civil, número de filhos, nível de escolaridade, moradia, discriminação social, atividade e rendimento mensal anteriores ao processo de cooperação com o objetivo de traçar a origem e o perfil dos cooperados.
- 2) **Relações com a cooperativa.** Da questão número 15 a 34, foram colhidas informações sobre o relacionamento entre o cooperado e a cooperativa, seu entrosamento com os objetivos cooperativistas e do empreendimento, treinamentos recebidos, rendimentos mensais e a efetividade de participação no processo democrático de gestão cooperativista.
- 3) **Relações com a comunidade.** Da questão número 35 a 40, foram colhidas informações sobre a participação em eventos sociais e comunitários, parcerias e apoio de empresas e poder público, e principalmente sobre a qualidade das relações com a comunidade em geral quanto à inclusão social.

Cruz (2003) esclarece que o formulário é semelhante ao questionário na sua estruturação e é um instrumento que se utiliza quando se pretende atingir um número considerável de pessoas, contém um conjunto de questões formuladas pelo pesquisador e sua linguagem é simples e direta. O formulário será preenchido pelo entrevistador, porque assim poderá esclarecer as dúvidas e fazer observações sobre as próprias anotações.

Foi realizado um pré-teste junto a três possíveis respondentes com análise das respostas do formulário. Esse teste serviu para medir o tempo necessário de aplicação, obter subsídios e identificar possíveis problemas que possam existir, como,

por exemplo, termos dúbios, dificuldade de compreensão das questões, intervalos ou alternativas de respostas inadequadas e outros.

Foi levada em consideração a indicação de Parasuraman (1991, p.396) para o fato de que o pré-teste não pode ser visto como um substituto para o cuidado e o rigor no desenvolvimento do questionário, nem tampouco como uma simples caçada a erros que o questionário possa ter. Deve ser visto como uma ferramenta destinada aos últimos retoques do trabalho, confirmando a clareza das intenções, a abrangência das alternativas e outros detalhes.

As entrevistas, apresentadas no apêndice n.1, foram realizadas com pessoas que coordenaram diretamente a constituição das cooperativas por intermédio de projetos socioeconômicos e que ofereceram apoio técnico: sensibilização, treinamentos e capacitações, orientação e acompanhamento organizacional e jurídico; infra-estrutura: cessão de local para reuniões, sede provisória, equipamentos e instrumentos para produção e políticas públicas voltadas à geração de trabalho e renda.

A entrevista teve a finalidade de coletar dados que possibilitassem ter uma visão global da situação, avaliar as dificuldades encontradas e principalmente apresentar os aspectos positivos e negativos do empreendimento.

Informa Parra Filho (2002,) que a entrevista não é fácil de ser realizada, ela exige preparação das questões que serão formuladas ao entrevistado e um bom desempenho durante sua realização, para que haja uma evolução natural da conversa com o máximo de aproveitamento.

Segundo Cruz (2002), a técnica da entrevista pode ser entendida como uma conversa orientada para um fim específico, ou seja, recolher dados e informações. O que torna necessário ao pesquisador ter sempre um plano para a entrevista, para que no momento em que ela esteja sendo realizada, para que as informações necessárias não deixem de ser colhidas. Deve-se selecionar para entrevistar as pessoas que realmente tenham o conhecimento necessário para satisfazer as necessidades de informação. Diante do entrevistado deve-se estabelecer uma relação amistosa, e não travar debate de idéias, a naturalidade deve imperar.

Quanto ao objeto foi uma pesquisa bibliográfica, elaborada a partir da seleção da literatura existente sobre o assunto, que posteriormente foi comparada com a pesquisa de campo.

Quanto à forma de abordagem, utilizou tanto a abordagem qualitativa, quanto quantitativa.

Esta pesquisa classificou-se no primeiro momento como qualitativa, pois se aprofundou no mundo dos significados e das ações, baseando-se nas pessoas que têm uma vinculação direta com as cooperativas estudadas.

Conforme Minayo (2000), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis.

Destaca Cavalcanti (1995) que "o método de pesquisa qualitativa propõe que o investigador veja o mundo através dos olhos dos atores sociais que o integram, e dos significados que estes atribuem às situações sobre as quais age".

Informa Demo (2000) que num primeiro lance, etimologicamente, *qualitas*, do latim, que significa essência, designaria a parte mais relevante e central das coisas. Num segundo lance, qualidade sinaliza a perfectibilidade das coisas, principalmente nos seres humanos e participação pode ser sinônimo de qualidade. Num terceiro lance, qualidade aponta para a dimensão da intensidade, para além da extensão. Num quarto lance qualidade sinaliza a qualidade política que aponta para o sujeito capaz de fazer história própria. Num quinto lance ressalta a dialética da qualidade, caracterizando-o como fenômeno natural/social intrinsecamente dinâmico e contrário.

Conclui que toda proposta de captação da realidade está sempre a reboque da teoria da qual se definem os contornos mais relevantes da realidade e a pesquisa qualitativa curva-se diante dela, pois existem fenômenos que primam pela qualidade no contexto social, como militância política, cidadania, felicidade, compromisso ético, cuja captação exige mais que mensuração de dados.

Os aspectos qualitativos foram inseridos no trabalho através dos valores sociais analisados no levantamento e estudo bibliográfico, pretendendo-se verificar a importância do empreendimento cooperativista como forma de resgate de valores sociais e econômicos, cujo foco principal será a contradição gerada pelo desenvolvimento capitalista e a exclusão gerada por este mesmo desenvolvimento.

Em um segundo momento, a pesquisa usou a abordagem quantitativa com o objetivo de mensurar a evolução socioeconômica dos indivíduos participantes antes e após o processo de cooperação, demonstrando a reconquista da auto estima, poder de compra e principalmente a sensação de pertencer e serem aceitos pela sociedade.

### **3.2 População e amostra**

Para a amostragem foram selecionadas três cooperativas populares, cada uma em fase diferente de desenvolvimento e com número variado de cooperados.

Os fatores preponderantes para a escolha foram: a constituição legal, o posicionamento socioeconômico das pessoas antes da cooperação, a marginalização gerada pelo desenvolvimento capitalista e a urgência de ações, sentida ora por pessoas da sociedade engajadas em causas sociais, ora pelo próprio poder público na implantação de programas e projetos para atender às realidades locais de desenvolvimento e provocar um fenômeno que promovesse a alternativa de mudança em uma relação produtiva incapaz de absorver uma camada de trabalhadores à margem das exigências do mercado de trabalho.

A seleção da amostra foi feita de forma criteriosa porque o universo de cooperativas de trabalho, propriamente populares, nas cidades definidas é indeterminado, algumas não estando legalmente constituídas e não fazendo parte de seleções estatísticas,

A pesquisa teve por objeto o estudo de casos de três cooperativas populares, uma instalada em Guaratinguetá, que começou com 63 cooperados, outra em Ubatuba, que começou com 23 cooperados, e a última de Pindamonhangaba, que iniciou com 21 cooperados. Assim sendo, o universo foi de 107 indivíduos para a aplicação dos formulários.

Foi também realizada uma comparação entre as cooperativas entre si, visando apresentar seu estágio de desenvolvimento, sua legitimidade legal e social, a importância da interferência da sociedade civil e órgãos governamentais para sua efetivação e consolidação como alternativa de solução de problemas sociais e econômicos que interferiram no desenvolvimento regional.

### **3.3 Coleta de Dados**

Os dados foram coletados conforme os instrumentos metodológicos enunciados no item anterior.

Primeiramente foi realizada uma visita informal, quando a pesquisadora apresentou-se, informou os objetivos do trabalho e os motivos da escolha da cooperativa, e com a anuência da diretoria, o processo foi iniciado. O trabalho de coleta aconteceu no período de julho a setembro de 2004.

Na “Cooperativa Amigos do Lixo”, de Guaratinguetá, que trabalha com coleta seletiva, foram aplicados 12 (doze) formulários aos cooperados, 2 (duas) entrevistas a coordenadores, feita à análise documental e coletadas as informações dos questionários preliminares.

Na cooperativa “Coomabem” – Cooperativas de Manipulação de Alimentos de Ubatuba, foram aplicados 8 (oito) formulários aos cooperados, 1 (uma) entrevista a coordenador e feita a análise documental.

Na cooperativa “Cooper R3” – Cooperativa de Pindamonhangaba , foram aplicados 05 (cinco) formulários e 1 (uma) entrevista.

Iniciou-se com a aplicação de formulários-teste, onde se verificou a necessidade de adequação das questões e o tempo necessário para seu preenchimento. Depois de analisados e alterados, os formulários foram aplicados, no próprio ambiente das cooperativas em estudo.

Nessa etapa, foi possível observar o cotidiano dos cooperados, suas condições econômico-sociais e principalmente seu posicionamento de satisfação diante da situação de cooperado.

### 3.4 Análise dos Dados

Os dados coletados pela interpretação dos formulários, entrevistas e análise documental foram analisados e receberam tratamentos estatísticos, utilizando-se Tabelas para as devidas interpretações e considerações.

Através do esquema da Figura 23, pode-se visualizar o procedimento da metodologia da análise dos dados, que teve seu início pela fundamentação teórica apresentada pela literatura pesquisada concernente às questões de pesquisa e aos objetivos do estudo.

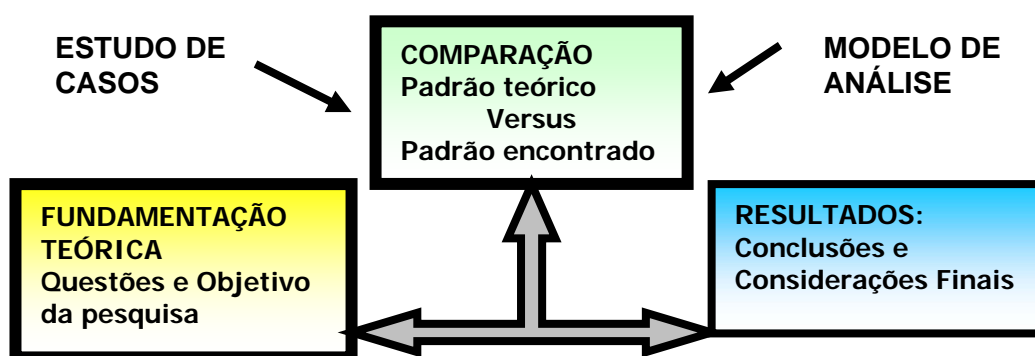


Figura 23 – Metodologia da análise de dados.

## 4 RESULTADOS

As cooperativas de trabalho da presente pesquisa foram selecionadas por apresentarem os requisitos necessários para o estudo, estarem extremamente ligadas ao desenvolvimento da comunidade em que se situam e demonstrarem por intermédio da aceitação formal, interesse em ter suas experiências relatadas em trabalho acadêmico de pesquisa.

Outro fator relevante para a seleção foi à aceitação que essas cooperativas tiveram tanto pela sociedade civil quanto pelos órgãos públicos devido aos resultados apresentados em sua trajetória.

Os resultados são apresentados de acordo com os instrumentos de coleta de dados aplicados no período de julho a setembro de 2004 no desenvolvimento do trabalho de pesquisa.

As cooperativas objeto de estudo são apresentadas no tópico 4.1 e depois serão identificadas por letras para facilitar a apresentação dos dados. A identificação foi feita por letras conforme apresenta a Figura 24.

COOPERATIVA	IDENTIFICAÇÃO
Amigos do Lixo de Guaratinguetá	“A”
Cooperativa Cooper R3 de Pindamonhangaba	“B”
Coomabem Cooperativa de Manipulação Alimentos de Ubatuba	“C”

Figura 24 – Identificação das cooperativas estudadas

### 4.1 Apresentação das cooperativas estudadas

#### 4.1.1 Cooperativa Amigos do Lixo de Guaratinguetá

A Cooperativa “Amigos do Lixo” localizada na cidade de Guaratinguetá, estado de São Paulo, nasceu da síntese de dois projetos. Um deles, elaborado pelo engenheiro André Luis de Paula Marques, à época técnico da Secretaria de Serviços Urbanos de Guaratinguetá e especialista em tratamento do lixo urbano, buscava realizar um programa integrado de gestão dos resíduos sólidos para Guaratinguetá.

O outro projeto, elaborado pela psicóloga e técnica social da Caixa Econômica Federal Ana Marina Lourenço Pereira de Almeida, colocava em evidência

a preocupação com a situação social dos catadores do “lixão” e dos que trabalhavam na rua sem esquecer a dimensão ambiental do tratamento que o município vinha dando ao lixo.

Dessa forma, elaborou-se um projeto para a coleta seletiva de lixo com a finalidade de melhorar as condições de trabalho dos catadores e iniciar um processo de participação de toda a comunidade na preservação do meio ambiente.

Nasceu, assim em junho de 2000 a idéia original do projeto “Amigos do Lixo”. O engenheiro André e a psicóloga Marina têm sido, desde então, os coordenadores desse projeto.

Primeiramente foi feito um levantamento das pessoas que exerciam a atividade de coleta no lixão e nas ruas centrais da cidade, suas condições socioeconômicas, seus hábitos e costumes.

De posse dos resultados, organizaram-se reuniões com os catadores para discutir as suas necessidades, suas expectativas, a atividade em si e as aplicações sociais e ambientais, bem como a importância de se organizarem para o aperfeiçoamento da atividade.

Nessas reuniões, pôde-se constatar o grande interesse das pessoas em melhorar suas condições de vida.

Para dar início à coleta seletiva, foram confeccionados dez carrinhos. Foram também confeccionados 800 folhetos explicativos de como separar o material reciclável, com ênfase na educação ambiental, e 3 mil adesivos para a divulgação do projeto, subvencionados pelo Serviço Autônomo de Águas de Guaratinguetá (SAAEG) e por empresários.

Com o apoio do Senac, do Sebrae e de várias outras organizações foi realizado o primeiro curso de capacitação profissional para os catadores.

A metodologia e o material utilizado foram fornecidos pelo Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre), firmando assim o conceito de que os catadores formariam uma categoria profissional e ressaltando o caráter de utilidade pública dos serviços por eles prestados. A estrutura do curso foi dividida em sete módulos: relações humanas, limpeza pública, saúde do catador, trânsito, reciclagem, princípios do cooperativismo e aspectos práticos da cooperativa.

A partir de então, os catadores passaram a ser denominados de agentes ambientais. Tal denominação teve dois propósitos: a) Enfatizar o relevante papel dos catadores na preservação ambiental, e b) Tratá-los como uma categoria profissional, buscando também eliminar o estigma que é atribuído a pessoas que sobrevivem dos materiais recicláveis retirados do lixo.

O projeto 'Amigos do Lixo' conquistou o apoio de empresas privadas, instituições e da Prefeitura. Para que se tenha uma idéia da importância desse apoio, somente o papelão coletado da BASF permitiu aos Amigos do Lixo pagar a parcela mensal relativa ao financiamento, através do Banco do Povo, da compra de um caminhão.

A Prefeitura emprestou um terreno para a construção da central de triagem "Amigos do Lixo", e no início um caminhão, com motorista para a realização da coleta de material juntado pelos agentes ambientais em suas rotas. Vários empresários têm doado material de construção, uniformes, equipamentos de segurança e voluntários ministram um curso de alfabetização para adultos.

Com o propósito de divulgar o projeto, promover a inserção social dos agentes ambientais e recolher materiais recicláveis, os próprios agentes participam freqüentemente de festas e eventos organizados no município.

Os coordenadores do projeto também realizam palestras em escolas e empresas na busca de novos parceiros.

A implantação do projeto de coleta seletiva vem proporcionando aos agentes ambientais uma expressiva mudança comportamental e de suas expectativas de melhoria da qualidade de vida.

Além disso, percebe-se uma melhora no aspecto de higiene pessoal e também uma preocupação com a aparência pessoal: eles se vestem de forma mais apresentável, as mulheres estão mais vaidosas e uma grande parte conseguiu se desvencilhar do alcoolismo.

O projeto que fez nascer a cooperativa Amigos do Lixo de Guaratinguetá foi agraciado em 2002 com o Prêmio Gestão Pública e Cidadania, que é uma parceria entre o BNDES, Fundação Ford e Fundação Getúlio Vargas e que tem como objetivo destacar programas, projetos e atividades da administração pública – tanto municipal quanto estadual – e da organização dos povos indígenas que representam práticas inovadoras para resolução de problemas sociais e necessidades comunitárias, visando à melhoria de vida da população.

#### **4.1.2 Cooperativa R3 de Pindamonhangaba**

A Cooper R3 – Cooperativa de Reciclagem de Materiais do Araretama – Pindamonhangaba, nasceu de uma iniciativa organizada e independente e une motivações ambiental e social, garantindo alternativa de trabalho e contribuindo para diminuir a quantidade de lixo jogado na natureza.



A ex-dona de casa Eliana Moreira da Silva Peixoto, moradora do bairro Araretama, em Pindamonhangaba, com o marido desempregado e três filhos para criar, decidiu transformar sua paixão pelo meio ambiente e reciclagem de lixo em negócio.

Na tentativa de trazer adeptos à sua idéia, a empreendedora descobriu que o problema não era apenas ganhar dinheiro e garantir a subsistência da família. “Já que a maioria se sentia como lixo mesmo, queria unir as pessoas da comunidade, especialmente os desempregados, para trabalhar com o lixo e mostrar-lhes que aquilo era uma fonte interessante de recursos”, diz Eliana.

No começo, a maioria dos quase 30 mil habitantes do bairro estava desconfiada, mas essa visão diluiu-se frente aos bons resultados obtidos pela família e por outras pessoas que aderiram à idéia.

Mesmo oferecendo oportunidade de trabalho, na difícil realidade do desemprego, encontrar pessoas empenhadas com a causa não foi fácil. “Muitos entravam na cooperativa empolgados por conseguir trabalho, mas saiam logo que percebiam que deveriam se dedicar muito” diz Eliana.

Em 2001, o grupo sentiu a necessidade de expandir e profissionalizar a atividade.

Foi aí que iniciou sua busca por parceiros que apoiassem a cooperativa. E a história daquela comunidade começou a mudar. O então vereador André Luiz Raposo, tornou-se, logo de início, um dos aliados do projeto. Para ele, o lixo é mais que um problema ambiental é social. O apoio do vereador trouxe parcerias da prefeitura, que doou os carrinhos para a coleta e a prensa manual.

As pessoas ganhavam R\$ 0,10, R\$ 0,20 por dia. Com o trabalho associado passaram a ter uma renda mensal de R\$ 50 a R\$ 70. Isso já produziu uma sensível melhoria na qualidade de vida dos habitantes daquele bairro.

O Escritório Regional do Sebrae em São Paulo de Guaratinguetá, também passou a apoiar o trabalho da cooperativa a partir de 2002. Além da orientação sobre a legalização da cooperativa, os técnicos da entidade realizaram ações de capacitação para melhorar o gerenciamento da entidade e o trabalho em conjunto.

O grupo é eclético, formado por homens, mulheres, jovens e adultos que aderiram à onda do cooperativismo.

Mas as dificuldades tomaram outro rumo, pois muitas pessoas queriam participar do projeto, só que a vergonha era mais forte. Eliana aliou o problema à criatividade e foi criada uma oficina de artesanato, transformando os materiais em bonecas, bolsas, roupas, móveis alternativos, além da recuperação de mobiliário e aparelhos eletrodomésticos.

Esses e outros produtos são expostos semanalmente aos sábados e domingos, atraindo pessoas de outros bairros e até de outras cidades do Vale do Paraíba.

A cooperativa também desenvolveu trabalho de alfabetização de jovens e adultos, dando oportunidades aos cooperados e seus filhos, pais, para concluir o curso primário, através do IDEAC (Instituto para o Desenvolvimento Educacional, Artístico e Científico).

Em dois anos a cooperativa conseguiu aumentar a quantidade coletada na maioria dos materiais, a quantidade de garrafas de vidro, por exemplo, registrou um aumento de mais de 300% de 2002 para 2003. Outro destaque em coleta foi o alumínio que subiu de 200 kg em 2002 para 3.300 em 2003.

A Cooperativa R3 de Pindamonhangaba está se transformando em ponto de referência regional de atuação e interferência na comunidade. Além das aulas de artesanato e alfabetização, ambas gratuitas, os diretores do grupo fazem palestras de conscientização sobre a importância da coleta e reciclagem dos materiais, recebem visitas técnicas de grupos de outras cidades e de alunos de escolas públicas de Pindamonhangaba para ver de perto como funciona essa tal de reciclagem.

O sucesso dessa idéia deve-se às parcerias firmadas. Mais que proporcionar condições de sobrevivência digna consegue-se resgatar as pessoas do fundo do poço, do lixo. E para isso tudo houve o apoio necessário – prefeito, vereadores, Sebrae, empresas da região e escolas.

#### **4.1.3 Coomabem – Cooperativa de Manipulação de Alimentos**

A COOMABEM - Cooperativa de Manipulação de Alimentos, está instalada no bairro Perequê-Açu em Ubatuba, foi implantada em novembro de 2003, foi uma das oito cooperativas criadas pelo projeto municipal “Projeto Cidadão”, coordenado pelo Sr. Enrico Bonono, funcionário da Secretaria de Promoção Social, criado em abril de 2001 com a finalidade de criar mecanismos para semear no município a essência do cooperativismo como alternativa de geração de trabalho e renda para a população mais carente.

Foram feitas diversas pesquisas junto ao empresariado e comerciantes de Ubatuba, com o objetivo de saber qual a necessidade de produtos na cidade e se eles comprariam o que fosse produzido por moradores. Após o aceno positivo, o projeto ganhou força até a sua implantação.

“No começo sofremos com a resistência da população, que não acreditava até na procura do produto, mas a partir da primeira cooperativa, o número de interessados cresceu e aumenta a cada nova empresa implantada”, explica Bonomo.

O quadro social inicialmente era formado somente por mulheres que atuavam na informalidade e com o ingresso na cooperativa conseguiram atingir os objetivos de auto-sustento e desenvolvimento profissional, atualmente conta também com duas pessoas do sexo masculino, ocupando o cargo de motorista e auxiliar administrativo.

A atividade da cooperativa é a produção de pães caseiros, salgados, doces e bolos a varejo e no atacado para festas e eventos. A aplicação do grupo está conquistando espaço a cada dia e o objetivo é ter um espaço para servir bufê. Os clientes aparecem a cada dia e o grupo pretende brevemente ampliar o seu quadro de cooperados.

O capital social para ingresso na cooperativa foi de R\$ 4.000,00 e integralizado em 20 parcelas de R\$ 200,00.

A cooperativa atingiu a sustentabilidade financeira em curto prazo, possui patrimônio próprio e administra seus custos.

## **4.2 Características das Cooperativas Estudadas**

A diferenciação entre as cooperativas se dá por conta das características do grupo, do projeto de origem e pelo caminho que foram construindo em termos de destino da produção.

O exame dos estabelecimentos pesquisados revelou que, em escalas e graus diversos, muitos dos elementos de solidariedade encontram-se presentes, indicando perspectivas e possíveis tendências de evolução.

As cooperativas em análise, além de não terem sido escolhidas arbitrariamente, pois se situam dentro do previsto no projeto de pesquisa, exprimem naturalmente visões e posturas que não são estanques umas em relação às outras; pelo contrário, interpenetram-se e recortam-se mutuamente.

As respostas obtidas nos formulários e nas entrevistas apresentam as principais características das cooperativas estudadas.

### **Parte “A” – Aspectos Socioeconômicos**

- **Sexo dos cooperados**

Conforme demonstrado na Tabela 5 nota-se a predominância de cooperados respondentes do sexo feminino, mas deve-se considerar que a cooperativa “C” é formada na sua maioria por mulheres.

**Tabela 5 – Sexo dos cooperados**

SEXO	COOPERATIVA “A”	COOPERATIVA “B”	COOPERATIVA “C”	TOTAL
MASCULINO	07	03	00	10
FEMININO	05	02	08	15
TOTAL	12	05	08	25

- **Estado civil dos cooperados**

As respostas demonstradas na Figura 25 apresentam o domínio de pessoas viúvas na cooperativa “A” e de solteiras na cooperativa “C”.

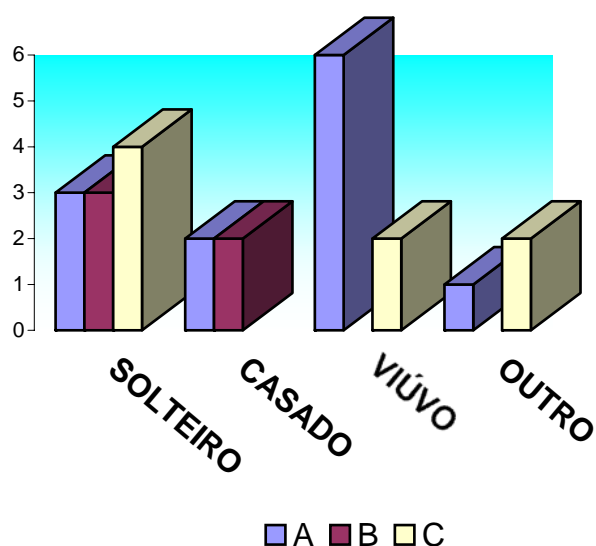
**ESTADO CIVIL DOS COOPERADOS**

Figura 25 –Gráfico do estado civil dos cooperados

- **Idade dos cooperados**

Verificou-se na amostra analisada uma concentração maior de cooperados na faixa etária de 31 a 45 anos, apresentada na Tabela 6.

Tabela 6 – Idade dos cooperados

FAIXA ETÁRIA	COOPERATIVA “A”	COOPERATIVA “B”	COOPERATIVA “C”	TOTAL
18 a 30 anos	01	0	01	02
31 a 45 anos	06	04	05	15
46 a 60 anos	04	0	01	05
+ de 60 anos	01	01	01	03
TOTAL	12	05	08	25

- **Nível de escolaridade dos cooperados**

O nível de escolaridade apresentado pelos cooperados foi o nível fundamental incompleto demonstrado na Tabela 7

Tabela 7 – Nível de escolaridade dos cooperados

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>COOPERATIVA “A”</b>	<b>COOPERATIVA “B”</b>	<b>COOPERATIVA “C”</b>	<b>TOTAL</b>
Analfabeto				
Fundamental Incompleto	11	04	05	20
Fundamental Completo	01	01	02	04
Médio			01	01
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>05</b>	<b>08</b>	<b>25</b>

▪ **Residência dos cooperados**

As respostas obtidas e apresentadas na Tabela 8 demonstram que existe um equilíbrio sobre a origem da residência dos cooperados.

Tabela 8 – Residência dos cooperados

<b>ORIGEM</b>	<b>COOPERATIVA “A”</b>	<b>COOPERATIVA “B”</b>	<b>COOPERATIVA “C”</b>	<b>TOTAL</b>
Própria	02	03	01	06
Alugada	03		05	08
Parentes	06	02	02	08
Outra	01			01
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>05</b>	<b>08</b>	<b>25</b>

▪ **Renda antes da cooperação**

A remuneração recebida antes do processo de cooperação era de até um salário mínimo, conforme dados apresentados pela Tabela 9.

Tabela 9 – Renda mensal antes da cooperação

<b>RENDA MENSAL</b>	<b>COOPERATIVA “A”</b>	<b>COOPERATIVA “B”</b>	<b>COOPERATIVA “C”</b>	<b>TOTAL</b>
Até 1 Sal.min.	11	3	2	16
De 2 a 4 sal. Min.	01	2	4	07
De 5 a 6 sal.min.			2	02
Acima de 6 sal. Min.				00
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>25</b>

▪ **Trabalho antes da cooperação.**

A maioria dos cooperados atuava na informalidade, conforme Tabela 10.

Tabela 10 – Trabalho antes da cooperação

DESCRIÇÃO	COOPERATIVA “A”	COOPERATIVA “B”	COOPERATIVA “C”	TOTAL
Nenhuma	01			01
Informalidade	11	01	03	15
Contrato Trabalho Autônomo		04	04 01	08 01
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>05</b>	<b>08</b>	<b>25</b>

- **Atividade profissional antes da cooperação.** Apresentada na Tabela 11.

Tabela 11 – Atividade profissional antes da cooperação

DESCRIÇÃO	COOPERATIVA “A”	COOPERATIVA “B”	COOPERATIVA “C”	TOTAL
Catador	08			08
<b>Operador de máquina</b>	01			01
Serviços gerais	01	02	02	05
Servidor público		01 01	01	02 01
<b>Entregador de jornal</b>				
Fabricação de pães caseiros			03	03
Telemarketing			01	01
Nenhum	02	01	01	04

#### Parte “B” – Relações com a cooperativa.

Pelas respostas obtidas procurou-se analisar o nível de relacionamento entre cooperado e cooperativa e a aplicação das normas gerais do cooperativismo.

- **Decisão de cooperar-se** – A análise qualitativa apresentou os termos mais citados demonstrados na Tabela 12 e os motivos que levaram as pessoas até o ingresso em uma cooperativa popular.

Tabela 12 – Termos mais citados para a cooperação

TERMOS CITADOS	MAIS COOPERATIVA “A”	COOPERATIVA “B”	COOPERATIVA “C”	TOTAL
Trabalho constante	02	03	01	06
Rendimentos mensais fixos	03	02	02	06
Mais esclarecimentos	02	03	01	06
<b>Trabalho com mais segurança</b>	02	02	03	07
Moradia e sustento	01	02	03	06
Dinheiro e aceitação da comunidade	03	03	04	10

- Os cooperados foram unânimes na resposta “sim”, quanto as seguintes questões: **participação em cursos , conhecimento sobre a atividade e objetivos da cooperativa, forma de distribuição das tarefas e pagamento das produções e também quanto à concordância da forma e pagamento das quotas de capital.**

#### Parte “C” – Relações com a comunidade

As respostas obtidas objetivaram captar o envolvimento social entre os cooperados e a comunidade.

- Benefícios que a cooperativa trouxe para a cidade**

As respostas estão demonstradas na Tabela 13

Tabela 13 - Benefícios trazidos para a comunidade

BENEFÍCIOS	COOPERATIVA “A”	COOPERATIVA “B”	COOPERATIVA “C”	TOTAL
Limpeza urbana	08	02		10
Qualidade de produtos			05	08
Oferta de empregos	04	03	03	10

Algumas respostas apresentadas demonstrando os benefícios para a cidade:

- ✓ “As pessoas foram conscientizadas sobre a coleta seletiva”
- ✓ “Houve rota de coleta – preservação do meio ambiente – limpeza”
- ✓ “A comunidade ajuda muito”
- ✓ “A cidade tem oferta de produtos de mais qualidade”
- ✓ “Diminui o número de desempregados”
- ✓ “Tem mais pessoas trabalhando”
- ✓ “Nunca pensei nisso”

- **Apoio e parcerias**

As Prefeituras Municipais foram citadas por todos como órgão público apoiador, diretamente com a destinação de infra-estrutura para o funcionamento da cooperativa, fornecimento de cestas básicas (Cooperativa “A”) e com isenção de taxas, de imposto sobre serviços de qualquer natureza, estabelecimento de políticas públicas de combate ao desemprego (Cooperativa “C”). Também foi citada a Caixa Econômica Federal com a instituição do programa de construção de casa própria pelo sistema de mutirão (Cooperativa “A”). Como parceiras foram citados algumas indústrias, o comércio local e a comunidade de forma geral, fornecendo o seu descarte ou dando preferência aos seus produtos.

- **Participação em eventos**

As respostas demonstram que as cooperativas fazem se representar em festas cívicas – desfile de 7 de setembro, eventos em bairros, palestras de conscientização em escolas, feiras livres e exposições.

- **Mudanças ocorridas na vida do cooperado após o ingresso na cooperativa**

Antes eu fazia bico. Trabalhava no lixão era muito difícil. Muito sujo ficava doente. Agora não. Estou trabalhando no amigo do lixo estou contente. Ganho meu dinheiro honesto sou respeitado na sociedade e agradeço a todos a todos que nos apóia. (Cooperativa “A”)

Alem de estar fazendo o que gosto tenho contato com muitas pessoas e tenho um rendimento garantido (Cooperativa “C”)

Não sou um desempregado a mais nas ruas da cidade e ganho ajudando a manter o bairro limpo (Cooperativa “B”)

Conforme apresenta a Figura 26, as cooperativas foram constituídas em 2001, 2002 e 2003 sucessivamente, todas comprovaram que o motivo da constituição foi à promoção social de pessoas que se encontram em situação deficitária em virtude da falta de oportunidades no mercado de trabalho formal.



COOPERATIVA	INICIO DAS ATIVIDADES	NUMERO DE COOPERADOS	COOPERADOS EM ATIVIDADE	ATIVIDADE	BENEFÍCIOS	PROJETO DE INSTALAÇÃO
A	2001	63	41	Coleta de materiais recicláveis	Cesta Básica	Sim
B	2002	25	20	Coleta de materiais recicláveis	nenhum	Não
C	2003	21	20	Manipulação de Alimentos	Nenhum	Sim

Figura 26 – Características das cooperativas estudadas

O número de cooperados é maior na cooperativa “A”, visto sua representatividade social e o projeto de sua constituição ter sido muito bem estruturado, e ela oferecer cesta básica como benefício aos cooperados. A cooperativa possui regimento interno com normas de funcionamento e promove a exclusão do cooperado que não se adapta ao mesmo, como também promove a inclusão de novos cooperados (de acordo com lista de espera) quando julga necessário para atender à demanda de trabalho ou substituir os excluídos. Existe em andamento um projeto de expansão da cooperativa, com a instalação de mais um posto de triagem de materiais.

Na cooperativa “B” houve redução do número de cooperados por terem encontrado outra oportunidade de trabalho com maior remuneração e sentirem-se desconfortáveis com a demora na legalização da cooperativa perante os órgãos públicos.

O período de implantação foi de aproximadamente um ano, período em que seus idealizadores coordenaram todas as atividades e prestaram todo o atendimento relativo à conscientização, orientação e acompanhamento.

#### 4.2.3 Legalidade e legitimidade da cooperativa.

A pesquisa documental revelou que os projetos de constituição das cooperativas foram bem estruturados, os eventos foram todos registrados e arquivados (cooperativa “A” e “C”).

Os coordenadores prestaram todos os esclarecimentos e com o apoio da Prefeitura Municipal, SEBRAE e SENAC foram ministrados cursos sobre cooperativismo e atividades operacionais da cooperativa.

Os documentos foram retirados dos arquivos da cooperativa e colocados à disposição para análise, e por intermédio deles pode-se concluir:

- ✓ Foram realizadas reuniões preliminares, com o preenchimento de questionário socioeconômico, objetivando traçar o perfil dos interessados em ingressar na cooperativa e informações sobre as necessidades ambientais e sociais da extinção do “lixão” e as possibilidades de melhoria na qualidade de vida dos catadores e vantagens para a cidade (Cooperativa “A”).
- ✓ Após a constituição legal da cooperativa, as Assembléias foram realizadas dentro da legalidade, os cooperados são participantes e os registros legais foram efetuados;
- ✓ Os editais de convocações foram cumpridos e houve o comparecimento necessário para a instalação das assembléias.
- ✓ As tarefas a serem realizadas são definidas em reuniões e distribuídas de acordo com as habilidades e competências dos cooperados. (Cooperativa “C”)
- ✓ As produções são calculadas e pagas de forma devida. Para evitar a desmotivação pela falta de dinheiro, a cooperativa “A” paga um adiantamento da produção no dia 15 e faz o fechamento no dia 30 de cada mês. É elaborada uma folha de produção, os cooperados assinam recibos e recebem em dinheiro, visto não possuírem conta bancária.
- ✓ Todos os cooperados têm consciência de que não existe vínculo empregatício entre a cooperativa e eles, ainda não têm inscrição na Prefeitura Municipal para comprovar a qualidade de autônomos e não recolhem Previdência Social. Situação que está sendo regularizada.
- ✓ Os demonstrativos contábeis demonstraram a solidez econômica da cooperativa, não apresentando débito para com instituições financeiras, e, no exercício financeiro em que ocorrem sobras, elas são distribuídas na proporcionalidade da produção anual.

### **4.3 Outras questões evidenciadas na pesquisa**

#### **4.3.1 Visão do cooperado**

Com o objetivo de conhecer a visão do cooperado em relação à cooperativa, foi realizada uma análise e posterior síntese das respostas obtidas nos formulários aplicados.

- A grande maioria dos entrevistados nunca tinha participado de uma cooperativa;

- ❑ Muitos cooperados apontaram o fato de que a cooperação mudou suas vidas para melhor, oferecendo-lhes principalmente condições de sustento e aceitação pela sociedade.
- ❑ Alguns entrevistados estavam desempregados e encontraram na cooperativa uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho.
- ❑ Relato de um cooperado:
  - Apesar de ter proposta de emprego, preferi aceitar sugestão de amigos para aderir a uma cooperativa, vez que teria a chance de ganhar mais prestando serviço à comunidade local.
- ❑ Os cooperados mostraram que no primeiro momento, o ingresso na cooperativa se deu por necessidade de trabalho, porém, depois de vivenciarem a experiência do cooperativismo passaram a considerar que a cooperativa tem uma função social e econômica mais abrangente;
- ❑ Na mesma linha de raciocínio, outros cooperados afirmam que optaram por um modelo de organização (cooperativa) em que todos são parceiros, tendo igual poder de decisão e dividindo ganhos e custos.
- ❑ Foi destacado, ainda, pelos cooperados o fato de a cooperativa oferecer cursos de atualização, tendo em vista as exigências de qualidade dos serviços e melhoria da qualificação profissional.

#### 4.3.2 Visão dos coordenadores

Objetivando verificar em que medida e com que peculiaridades as experiências de geração de renda apresentaram sinais de êxito, foram transcritos alguns depoimentos coletados nas entrevistas com os coordenadores identificando com que meios e circunstâncias assumiram traços de empreendimentos econômicos solidários.

##### ❑ Autogestão

“A independência estatal a cooperativa tem. Quanto à administração direta de seus negócios, a situação fica um pouco complicada devido ao nível de escolaridade e falta de experiência em negócios” (Cooperativa “A”)

“A administração da cooperativa é muito complicada para as cooperadas da Coomabem, mesmo assim elas estão conseguindo levar o negócio à frente (“Cooperativa “C”)

“A presidente da cooperativa assumiu a administração. Tem algumas dificuldades. A falta de escolaridade dos cooperados torna complicado o exercício da autogestão. (Cooperativa “B”)

“Mesmo estando há quatro anos trabalhando as questões do cooperativismo, alguns conceitos ainda não foram totalmente assimilados por todos os participantes, que algumas vezes se comportam como se houvesse a relação patrão/empregado” (Cooperativa “A”)

#### □ **Sustentabilidade**

“Por enquanto a cooperativa não é auto-suficiente. Ela depende do apoio da Prefeitura Municipal, principalmente em função da área da central de triagem. A cooperativa já adquiriu um caminhão e um terreno. (Cooperativa “A”)

“A cooperativa não depende de nenhum recurso financeiro de terceiros, ela se mantém. A arrecadação mensal cobre os custos e paga a produção dos cooperados” (Cooperativa “B”)

“ A cooperativa é totalmente auto-suficiente, paga aluguel do prédio, adquiriu um veículo para fazer entregas e pretende ampliar seus negócios” ( Cooperativa “C”).

#### □ **Efeitos socioeconômicos**

“A cooperativa representa a possibilidade de melhoria da renda familiar de 40 cooperados que hoje integram a cooperativa, além de possibilitar á comunidade a participação e a correta destinação dos materiais pós-consumo. A reciclagem dos materiais viabilizada pelos Amigos do Lixo representa ainda economia de matéria prima, de energia elétrica, de água, visto que envolve ao ciclo de produção os materiais já utilizados” ( Cooperativa “A”).

“Além da geração de trabalho, houve também a conquista da auto confiança e principalmente o respeito pela população do bairro” (Cooperativa “B”)

“O objetivo foi trabalhar com pessoas que tinham dificuldade de ingresso no mercado de trabalho. Aquelas que acreditaram no projeto tiveram ganho. Dentro do grupo e da comunidade houve integração social. Algumas eram muito tímidas, depois de participar das reuniões e do empreendimento conseguiram se soltar. Conseguem expressar suas opiniões, preocupações e participar da vida social”(Cooperativa “C”)

#### □ **Repercussão do projeto/ empreendimento**

“Em 2002 o projeto ficou entre as 20 melhores experiências de Gestão Pública e Cidadania, da Fundação Getulio Vargas, apoiado pelo BNDES. Já recebemos visitas de vários Estados do Brasil e também visitantes de outros países, como Alemanha e China, que estavam participando de eventos no Brasil. O trabalho foi divulgado também na Rede Globo de Televisão o que teve uma grande repercussão” ( Cooperativa “A”)

“A iniciativa foi muito valorizada pela mídia – A TV Globo apresentou o caso no programa Fantástico em 2003. A cidade de Pindamonhangaba recebeu a visita de representantes de outras cidades e até de outros estados interessados na experiência” ( Cooperativa “B”)

“ A repercussão foi muito grande. No âmbito nacional participou do Projeto Mário Covas concorrendo com 456 municípios, obtendo em

2002 a 7ª colocação e em 2003 foi um dos finalistas. Também houve muito interesse de outros municípios e toda a mídia” (“Cooperativa “C”).

#### **4.4 Considerações finais**

O objetivo da pesquisa na área de Geração de Trabalho e Renda foi verificar a criação de mecanismos e oportunidades que possam melhorar, criar trabalho, aumentar em termos absolutos a renda familiar de moradores de comunidades de baixa renda, promovendo e viabilizando o acesso ao mercado de trabalho por meio de empreendimentos solidários e autônomos.

A realidade está exigindo da sociedade novas propostas para o grave problema do desemprego. E as cooperativas mostraram ser uma opção viável, dentro do quadro atual. Logicamente que estamos nos referindo às cooperativas legais e não às fraudulentas; estas devem ser denunciadas e combatidas com rigor.

O estabelecimento de políticas públicas de promoção social provou ser fator de suma importância para o desenvolvimento dos empreendimentos analisados, porque com o apoio governamental as ações fluem com maior facilidade e a sociedade civil será envolvida de forma natural.

O governo federal fomenta o desenvolvimento do cooperativismo através do Ministério da Agricultura e do Abastecimento - MA. Cumpre, assim, os preceitos estabelecidos no artigo 174 da Constituição Federal Brasileira.

As ações são executadas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural - SRD/Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural - DENACOOOP e têm como base às prioridades estabelecidas pelo conjunto das organizações de cooperativas brasileiras.

A equipe técnica do DENACOOOP define e executa seu programa de trabalho mediante uma ação de parceria com organismos nacionais, internacionais e organizações não-governamentais (ONGs). Viabiliza, dessa forma, a participação da sociedade civil organizada em prol da expansão do cooperativismo, com qualidade e autonomia.

Por entenderem que o cooperativismo é uma alternativa ao alcance de todos, os projetos de cooperação priorizam os pequenos produtores e trabalhadores em geral.

Porém, a diversidade desses programas é muito grande, indo desde o fomento ao chamado “empreendedorismo” individual e coletivo, passando pela criação de cooperativas de trabalho, bancos do povo e até o de empresas autogeridas. Muitos desses projetos procuram estar identificados à emergente economia solidária, como é o caso das políticas públicas implementadas por algumas gestões do Partido dos

Trabalhadores. Porém, dada à heterogeneidade dos programas de geração de trabalho e renda, que variam conforme a orientação política dos governos municipais, estaduais e mesmo federal, as cooperativas de trabalhadores tem servido para diferentes fins.

Detalhando o processo de coordenação, pode-se distinguir a participação dos coordenadores no que se refere à motivação para o cooperativismo, a discussão sobre o modelo de organização cooperativista, estruturação do grupo quanto à participação e coesão entre as pessoas, discussão e elaboração de estatuto, realização de assembléias, processo de escolha da diretoria, discussão e escolha da atividade econômica, análise de mercado, legalização da cooperativa, orientação e encaminhamentos para a capacitação técnica na realização da atividade econômica escolhida, acompanhamento nos aspectos administrativos e contábeis internos e externos.

Esses aspectos não necessariamente se constituem etapas sucessivas, mas muitas vezes aspectos simultâneos durante o processo de coordenação. Vale ressaltar que os aspectos relativos à gestão democrática e os princípios cooperativos são discutidos e retomados ao longo do processo, pois são questões que o permeiam e é necessário serem incorporadas pelo grupo nas suas atividades cotidianas de vivência coletiva.

Entre os aspectos considerados positivos, destaca-se que é consenso entre os cooperados que as condições de vida melhoraram depois da organização da constituição da cooperativa.

Apesar dos problemas enfrentados, as necessidades básicas de habitação, alimentação, educação e saúde, por exemplo, estão sendo satisfeitas. E mesmo com as dificuldades de sobrevivência econômica, a maioria dos cooperados acredita na idéia da cooperação e têm disposição para debater os problemas que enfrentam, mesmo que o grau da disposição seja diferenciado.

Entre os aspectos que podem ser considerados negativos, destaca-se a heterogeneidade de concepções e práticas organizacionais, tanto entre as cooperativas como entre os membros de uma mesma cooperativa, que oscilam entre enfatizar o desenvolvimento econômico e voltado para a obtenção de sobras ou priorizar o desenvolvimento político-social. Esse é um indicador de que a natureza essencialmente social contida no projeto de constituição não está suficientemente clara para o coletivo. Existe um distanciamento entre a cooperativa pensada e a real e isto gera conflitos intra e intergrupais que, por sua vez, podem resultar na evasão de sócios.

A complexidade e a rigidez das estruturas organizacionais tornam o cotidiano um tanto burocrático e moroso. Resulta que as melhores idéias e iniciativas se perdem entre o debate e a implementação. Há dificuldades e entraves na comunicação e na condução do processo decisório, crise de representatividade e falhas no papel da coordenação, que oscila entre o centralismo e a ausência de direção política. Somadas essas questões criam um contexto organizacional propício para a fragmentação e a insatisfação generalizada, cujo desdobramento pode ser o abandono dos cooperados.

Essas experiências não podem ser avaliadas apenas por sua dimensão econômica. As suas potencialidades vão além, afirmando-se enquanto estratégia estruturante de um outro desenvolvimento, socialmente humano e ecologicamente sustentável; são formas de trabalho diferenciadas na medida em que também buscam a cidadania e a realização humana.

Elas implicam transformações na sociedade, lentas e graduais, que criam espaços de solidariedade dentro de ou nas margens do sistema capitalista.

Esse problema evidencia o fio da navalha sobre o qual as empresas de autogestão estão equilibradas. Se por um lado elas podem representar um processo de conquista de novas formas de trabalho mais justas e solidárias, por outro lado, elas podem estar sendo utilizadas para favorecer o processo de precarização dos direitos sociais atualmente existentes.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, definiu uma importante conquista do movimento cooperativista - a autogestão. Antes, para se formar uma cooperativa era necessário uma autorização governamental; hoje, o Estado não pode mais interferir no sistema cooperativista, a não ser para prestar apoio técnico e/ou financeiro.

O desatrelamento da tutela do Estado significa, na prática, que os próprios associados, seus líderes e representantes têm total responsabilidade pela gestão e fiscalização das cooperativas. Pela lei, as cooperativas são livres para nascer e organizar suas atividades e formas de representação, tendo sempre por base os princípios e valores que as caracterizam - solidariedade, ajuda mútua, honestidade, democracia e participação.

A experiência adquirida reforça o fato de que a autonomia conquistada exige, cada vez mais, ampla participação dos cooperados no planejamento, execução e controle de suas atividades, ao mesmo tempo em que exige maior entrosamento entre as próprias cooperativas.

Deve-se considerar também a necessidade do envolvimento e comprometimento de instituições sociais (Senac, Sebrae) para promover os

treinamentos e capacitações necessárias ao desenvolvimento da atividade produtiva e inserir nos cooperados conhecimentos sobre os princípios e fundamentos cooperativistas.



## CONCLUSÕES

A abertura da economia nos últimos anos e a ocorrência de profundas mudanças na base técnica da produção e na organização do trabalho trouxe, como consequência, a ameaça de desemprego para grande parte da população. Por outro lado, a redução setorial do emprego, provocada pela absorção de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho, não é compensada, em geral, pelo aumento da ocupação nos demais setores da atividade econômica.

Procurou-se, ao longo deste trabalho, compor um quadro em que se pudesse compreender o discurso teórico e a realidade prática sobre o papel das cooperativas de trabalho no contexto do desenvolvimento regional; entendidas essas cooperativas como organizações que constroem novas relações de trabalho com o mercado, gerando trabalho e renda.

Para tanto, tornou-se fundamental expor toda a dinâmica, a complexidade, os conflitos e as dificuldades existentes no trabalho associado em cooperativas.

No estudo realizado, pode-se constatar que as cooperativas de trabalho representam saídas válidas para a questão do trabalho. Entretanto, fomos levados a acreditar que o papel do cooperativismo, embora possa em tese ser preservado (resgate da autonomia do trabalho, proporcionando aos trabalhadores a oportunidade de serem seus próprios patrões), na prática, sofre as adaptações exigidas por uma realidade bastante diferente daquela que proporcionou o seu surgimento. Observa-se no posicionamento dos associados, o que Misi (2000) chama de “um novo tipo de solidariedade”, para fazer face às imposições dos interesses econômicos, por sinal objetivo do movimento cooperativista desde a sua origem, no século XVIII.

As cooperativas estudadas iniciaram suas atividades na década atual. Quando o desempenho da economia e do mercado de trabalho foi considerado o pior do século XX, surgiram como alternativa de ocupação de postos de trabalho, geração de renda e resgate da cidadania.

Isso não significa que não há dificuldades a serem superadas; para isso é necessário remover os obstáculos tributários que os governos impõem aos associados das cooperativas e que se estabeleçam normas claras, precisas e coerentes que facilitem o desenvolvimento das cooperativas e impeçam sua utilização para violar direito dos trabalhadores.

Neste momento é importante relatar as palavras de Evaristo Machado Netto, presidente da OCESP, em entrevista à revista *Gestão Cooperativista*, p.28, onde diz que o ramo trabalho mesmo sofrendo dificuldades, vem dando ao mercado respostas imediatas na criação de postos de trabalho e distribuição de renda.

Ressalte-se como um dos resultados principais da pesquisa, apontado pelos respondentes do formulário, o sentimento de satisfação de fazer parte do empreendimento e informar, sem nenhuma reserva, que a cooperação trouxe inúmeros benefícios, sendo o mais importante de todos eles, a aceitação social, o fato de ser aceito pela sociedade como cidadão, de ter renda mensal garantida pelo esforço conjunto, poder comprar a prazo com a apresentação do documento de cooperado e ser respeitado como cidadão portador de direitos e obrigações; enfim, o sentimento de pertencer e por intermédio do trabalho trazer resultados positivos a uma comunidade.

A fala de uma das respondentes evidencia plenamente os efeitos positivos do ingresso em uma cooperativa popular:

“Antes eu não tinha nada. Morava na rua, bebia muito, perdi meus filhos. Hoje tenho trabalho, dinheiro, pago um quarto para morar. Visito meus filhos e pelo mutirão terei minha casa própria”  
(Cooperativa “A”)

A convivência coletiva permite que os trabalhadores, ao mesmo tempo em que produzem meio de vida e geram renda, proporciona alguma segurança, visto que deles depende, em grande medida, o seu futuro e o sucesso de seu empreendimento, não mais de um patrão ou empregador ao qual deve obediência, numa formação empreendedora, tema para outro estudo. Obviamente, há também riscos e inseguranças, principalmente por se tratar de situações muitas vezes não vividas ainda, e por esses empreendimentos estarem conectados com o mercado capitalista. Entretanto, propiciam a sensação de, minimamente, não serem surpreendidos com decisões das quais não participam e tampouco tenham acesso e controle. Podem ganhar autoconfiança, até porque investem tudo de si em si mesmos, além de compartilhar da troca de experiência e conhecimentos acumulados, como também o convívio social, a educação básica e profissionalizante em processo permanente, como é desejável que ocorra.

Outro dado importante a ser considerado nesse processo é o fato de outros atores passarem também a atuar nesse cenário em apoio às alternativas econômicas populares. As universidades, neste caso, através das Incubadoras e da rede UNITRABALHO, põem seu saber a serviço dos trabalhadores e não do capital, ao menos não diretamente, mas que de toda forma o sujeito principal é o trabalhador.

Cumpra seu papel social, que é de colocar seus conhecimentos buscando soluções para os problemas reais das comunidades nas quais estão inseridas, e num plano mais amplo, para os problemas nacionais. Outras instituições nascidas do próprio sistema coletivo, como a ANTEAG, ADS e Federações de Cooperativas Populares, desempenham um papel agregador e de fortalecimento das iniciativas econômicas que representam. Em síntese, o processo de cooperação produtiva é um dos caminhos que deve ser trilhado.

Ele pode transformar o meio social, embora seja um processo de conquista gradativa. Pode fortalecer a democracia e a solidariedade ou apenas estagnar dentro dos limites das relações mercantis e capitalistas dominantes. Mas o trabalho não perde a centralidade, ao contrário, será disputado dentro dos interesses do capital, e essas atividades econômicas coletivas podem permanecer na periferia ou franjas do sistema, onde o trabalhador nela inserido pode ser ainda mais explorado pela via das subcontratações, ou mesmo pela intensificação do trabalho para os que permanecem formalmente empregados.

De qualquer forma, salvo exceção, o imenso número de desempregados nunca ou dificilmente será transformado em exército ativo enquanto trabalho assalariado no capitalismo neoliberal. Entendemos, portanto, que o desejável e a melhor alternativa seria efetivamente uma melhor distribuição da riqueza e da renda gerada em escala mundial, visto que a globalização tem o efeito desconcentrá-la mundialmente. Entretanto, ainda é preferível ao ser humano dentro deste sistema, o trabalho e o viver coletivo e solidário.

Analisando os casos selecionados pode-se concluir que:

- ❑ O cooperativismo popular parte da vertente pioneira, caracterizada pela luta contra a exclusão gerada pelo capitalismo e atinge a vertente solidária, onde seus protagonistas desenvolvem a solidariedade em termos de dinâmicas comunitárias e relações com a sociedade, fato que é demonstrado teoricamente pela evolução da pesquisa bibliográfica, que apresentou a economia solidária como início da pesquisa, desenvolveu os aspectos relevantes do cooperativismo, encerrando com o cooperativismo popular encarado com empreendimento solidário.
- ❑ A presença de coordenadores, aptos a canalizar a demanda dos trabalhadores, acionando instrumentos pedagógicos e materiais para impulsionar as cooperativas a transitar de uma lógica de preservação e defesa das condições de existência, para uma lógica de emancipação social e econômica.

- ❑ O caráter essencial, intensivo e permanente para a vida material dos cooperados. Isto está diretamente ligado a medida em que o empreendimento prospera ao mesmo tempo em que define o quanto os cooperados estão dispostos a investir a cada passo dado em conjunto.
- ❑ A ênfase prioritária assumida pelo empreendimento, voltada a aspectos sociais, atinentes ao grupo e ao seu entorno, ou a aspectos de viabilidade econômica. A geração de renda é um meio para lograr inserção social, organização popular e cidadania, centradas na conquista da sustentabilidade econômica.
- ❑ A real necessidade do estabelecimento de políticas públicas favoráveis à instalação de empreendimentos cooperativos populares, oferecendo apoio e orientação, sem envolver tutela ou o controle estatal.
- ❑ A presente pesquisa não é pontual quanto aos resultados apresentados, porque a amostra foi reduzida e as características e necessidades tanto dos cooperados, quanto das comunidades sociais envolvidas variam de acordo com a região em que se situam.
- ❑ A pesquisa explorou os efeitos do cooperativismo de trabalho como agente alternativo para a geração de trabalho e renda, partindo da vertente pioneira à solidária e outros trabalhos acadêmicos poderão ser executados abrangendo outros ramos do cooperativismo, como também a economia solidária ou social.

Conclui-se então que, se a economia não oferece oportunidade legal para a sobrevivência de pessoas que estão em condições de desigualdade social, elas encontraram no cooperativismo uma forma de viver com solidariedade, potencializando ações de pessoas simples em empreendimentos com objetivos socioeconômicos, resgatando a cidadania e promovendo o desenvolvimento regional pelo estabelecimento de acordos, parcerias, apoio e políticas públicas municipais necessárias ao sucesso do empreendimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIOLLI, José Carlos. **Cooperativismo: uma resistência à exclusão** (artigo) – Revista Espaço Acadêmico número 78 – janeiro/fevereiro/2004.  
<<http://www.revistaespaçoacademico.com>> acesso em fevereiro/2005

ARRUDA, Marcos. **Repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa, em Perspectiva Econômica**, vol.32, nº 96. Universidade Vale dos Sinos – São Leopoldo, RGS, 1977

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. NBR 6023: informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. NBR 6027: Sumário. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. NBR 6024: Numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. NBR 6028: Resumos. Rio de Janeiro, 1990.

ANUÁRIO DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO. Brasília: OCB, 2000.

\_\_\_\_\_. Brasília: OCB, 2003.

ÁVILA, Fernando Bastos de. **Neo-Capitalismo, Socialismo e Solidarismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1963.

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do Cooperativismo**. São Paulo: OCESP-SESCOOP/SP, 2002.

\_\_\_\_\_. **O conselho Fiscal e a autogestão: início, meio e fim.**  
São Paulo: OCESP-SESCOOP, 2002

BIALOSKORKI NETO, Sigismundo. **Agrobusiness cooperativo: economia doutrina e estratégia de gestão.** Piracicaba, 1994. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, SP.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma criatividade.** 16ª Edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

CAMPELLO, Cristina Maria Teixeira . **Economia Solidária: desafios para um novo tempo** - Salvador: Fundação Luis Eduardo Guimarães. FLEM, 2003. (cadernos FLEM,5)

Constituição da Republica Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, atualizada até DOU de 09/12/1996, São Paulo: Editora Atlas, 9ª edição, 1997.

CULTI, Maria Nezilda; CORRADI, Ricardo A. **Desempregados: A esperança do emprego.** In: Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 7, 2001. Salvador. Anais...,CD-ROM, Salvador, outubro, 2001.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Trabalho Científico** – São Paulo: Atlas, 2000.

DOMINGUES, João Carlos. **Cooperativas de Trabalho: um modelo de autogestão no combate ao desemprego – mitos e realidades** – São Paulo : Editora STS, 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8ª ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1983, 93p.

GAIGER, Luis Inácio. **O trabalho no centro da Economia Popular Solidária.** Caxambu: Unisinos, 1999.

\_\_\_\_\_. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil** – Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2004.

IDECOOP –< <http://www.idecoop.org.br/> >- acesso em 12 de março de 2004.

INFORMATIVO PACS – Instituto Políticas Públicas Alternativas para o Cone Sul – nº 6 janeiro/março 2004 <<http://www.pacs.org.br>> acesso em 07 de fevereiro de 2005.

KRUEGER, Guilherme, coordenador. **Cooperativismo e novo código civil**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

LISBOA, Armando. **Os desafios da Economia Popular e Solidária**.

<<http://www.pacs.org.br>> acesso em 10 de fevereiro de 2005.

LOTTA, Gabriela Spanghero. (org.). **20 experiências de gestão pública e cidadania**.

São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco

MISI, Márcia Costa. **Cooperativismo de Trabalho: direito do trabalho e transformação social no Brasil**. São Paulo: LTr, 2000.

MOURA, Valdiki. **Curso Médio de Cooperativismo**. Rio de Janeiro. Serviço de Informação Agrícola – Ministério da Agricultura, 1968.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa**. Rio de Janeiro: Forense

OCB – <<http://www.ocb.org.br/>> - acesso no período de maio/2003 a abril/2004.

OCESP – <<http://www.ocesp.org.br/sescoop/default.asp>> - acesso no período de maio/2003 a abril/2004.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2001

PANZUTTI, Ralph. **Empreendimento cooperativo: um novo agente econômico**. São Paulo: OCESP-SESCOOP, 2001

\_\_\_\_\_, **Educação Cooperativista**. São Paulo: São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2001

PARRA FILHO, Domingos. **Apresentação de trabalhos científicos**: monografia, TCC, teses e dissertações. 3ª edição. São Paulo: Futura, 2000.

PINHO, Diva Benevides **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **Economia e Cooperativismo**. São Paulo: Editora Saraiva, 1977.

\_\_\_\_\_. **O pensamento e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1982

\_\_\_\_\_. **Doutrina cooperativista**. São Paulo: ICA, 1992

PORTAL DO COOPERATIVISMO –  
<[http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo/estrutura\\_cooperativismo](http://www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/cooperativismo/estrutura_cooperativismo)>. acesso durante o período de maio/2003 a abril/2004.

RAZETO, Luis. **Economia de solidariedade e organização popular**. São Paulo: Cortez, 1993

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000

RICCIARDI, Luiz. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: Editora LTr, 2000.

ROLOFF, Fritz / MUSSKOF, Hélio Lailheno. **Cooperativismo: um rumo e um ideal**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2002.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendimentos de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SCOPINHO, R. A. & Martins, A. F. G. **Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método**. *Psicologia & Sociedade*; 15 (2): 124-143; jul./dez.2003 - [www.scielo.br/pdf/psoc/v15n2/a09v15n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n2/a09v15n2.pdf) - acesso em 10.02.2005.



SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico**. São Paulo : Cortez, 2000.

SILVA FILHO, Cícero Virgulino. **Cooperativas de Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.

SIMERAY, J.P. **A estrutura da empresa**. Rio de Janeiro: **Coleção Administração e Gerência**, 1970.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. **A economia solidária é um projeto de uma nova sociedade, mais livre, justa, democrática e igualitária**. <<http://www.consciencia.net>> acesso em 15/07/2004.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

THENÓRIO FILHO, Luiz Dias. **Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao crédito mútuo**. São Paulo: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 1999.

UNISINOS – <<http://www.unisinos.org.br>> - acesso durante o período de maio/2003 a abril/2004.

VEIGA, Sandra Mayrink. **Cooperativismo: uma revolução em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

## **ANEXOS**

### ***Anexo A – Portaria N. 157 de 07/07/2004***

**Diário Oficial da União - Edição Número 130 de 08/07/2004**

**Gabinete do Ministro - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

**PORTARIA Nº 157, DE 7 DE JULHO DE 2004**

**O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, o § 2º do art. 174, da Constituição, e o que consta do Processo nº 21000.005686/2004-37, resolve:

Art. 1º - Instituir, no âmbito da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo - SARC, o PROGRAMA DE ESTÍMULO AO ENSINO E À PRODUÇÃO ACADÊMICA NA ÁREA DO COOPERATIVISMO, que terá por objetivos:

- I. Fomentar o ensino do cooperativismo, estimular a produção acadêmica e o resgate da sua história nas escolas, universidades e centros de formação profissionais das redes pública e privada;
- II. Implementar Sistema de Informação e Gestão, com banco de dados da memória do cooperativismo brasileiro;
- III. Estabelecer prêmio anual à produção intelectual na área do cooperativismo;
- IV. Dar apoio financeiro a pesquisas e teses do interesse do Cooperativismo Brasileiro;
- V. Apoiar o intercâmbio de universidades brasileiras com universidades estrangeiras que ministrem cursos de cooperativismo;
- VI. Apoiar a criação da Biblioteca Virtual do Cooperativismo, objetivando o intercâmbio com universidades brasileiras e estrangeiras sobre o sistema cooperativista;
- VII. Conceder bolsas de estudo para alunos selecionados.

Parágrafo único. A Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo estabelecerá, por intermédio de normativo específico, o Regulamento do Programa instituído neste artigo, bem como a criação, a composição e as atribuições de seu Comitê Gestor.

Art. 2º - Alocar no Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural as ações para implementação do Programa instituído por esta Portaria.

Ar. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ROBERTO RODRIGUES**

## **Anexo B – Artigo sobre cooperativismo**

**Título: A HORA E A VEZ DO COOPERATIVISMO**

**Resumo: Artigo de Evaristo Machado Netto, publicado dia 20/10/2003 na Folha de S.Paulo, pág. A3 - Tendências/Debates.**

Matéria: Nestes tempos de resultados magros para a economia brasileira, saltam aos olhos os números do agronegócio, que teve superávit de US\$ 23 bilhões entre janeiro e agosto. O setor foi o grande responsável pelo saldo positivo de US\$ 16 bilhões da balança comercial brasileira no período. Esses números são bastante conhecidos. O que pouco se conhece é o papel desempenhado pelas cooperativas do Brasil e de São Paulo nessa conquista. No Estado de São Paulo, as cooperativas agropecuárias movimentaram R\$ 5,8 bilhões no ano passado mais de 25% dos resultados de toda a produção agropecuária paulista.

Mas a força do cooperativismo não se restringe à agropecuária. Somamos mais de 5 milhões de pessoas associadas às 7.026 entidades que compõem a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). E, nos últimos anos, o cooperativismo urbano tem assumido papel relevante na diminuição da exclusão social e da concentração de renda.

As cooperativas habitacionais entregaram mais de 80 mil unidades nos últimos anos, a custo reduzido. O movimento das cooperativas educacionais, iniciado na década de 90, já conta com 38 unidades em todo o Estado. São escolas sem fins lucrativos, mantidas e dirigidas pelos associados. O sistema de saúde cooperativo tem mais de 13 milhões de usuários e está disseminado por todo o Brasil, servindo até de modelo para outros países. As cooperativas de consumo eliminam intermediários e garantem gêneros mais baratos a centenas de milhares de famílias, servindo de referencial de preço nos locais em que atuam. Só uma dessas

cooperativas já tem mais de 1 milhão de cooperados.

Analisemos o fenômeno do desemprego, o grande pesadelo dos paulistanos, uma vez que 20,3% da força de trabalho da região metropolitana de São Paulo está sem emprego. Dezenas de cooperativas de produção vêm obtendo êxito em auto-administrar empresas que haviam falido nas mãos dos proprietários originais. As cooperativas de trabalho paulistas filiadas a Ocesp geram mais de 90 mil postos, oferecendo uma sólida alternativa à informalidade.

Voltando ao campo, um projeto de turismo rural no circuito das frutas vem oferecendo opções de lazer a baixo custo na Grande São Paulo, ao mesmo tempo em que gera renda extra para produtores associados. Na área cultural, o projeto Mosaico Teatral já levou obras encenadas por cooperativas a milhares de espectadores de todo o Estado. O Programa de Capacitação de Cooperativas em Autogestão, desenvolvido e administrado pelo SESCOOP-SP, já formou mais de mil lideranças, o que permitirá aumentar a produtividade e profissionalizar mais a gestão das entidades. Há até MBAs em gestão de cooperativas, ministrados em São Paulo e no interior.

Ora, se o movimento cooperativista apresenta resultados tão estimulantes, por que menos de 5% da população brasileira é associada a nossas entidades, contra mais da metade dos cidadãos na Europa Ocidental ou América do Norte? O argumento de alguns, de que falta tradição associativa ao brasileiro, não resiste à realidade.

O principal problema envolve a combinação perversa entre a falta de

investimentos em educação que naturalmente estimularia o associativismo e o não reconhecimento, pelos poderes públicos, da especificidade do cooperativismo. Sim, porque, mesmo estando inseridos em nossa Constituição artigos que determinam apoio e incentivo ao cooperativismo, pouco se tem feito em benefício dessa forma de organização.

Em setembro, por exemplo, a instrução normativa nº 358, editada pelo governo federal, eliminou a cobrança do PIS/Cofins para as cooperativas agropecuárias e de infra-estrutura. Nada mais justo. O problema é que, sem levar em conta a isonomia entre nossas entidades, o benefício não foi estendido aos demais ramos do cooperativismo.

Isso revela um problema grave: o poder público não reconhece plenamente as cooperativas como extensão de seu cooperado e como entidades sem fins lucrativos, cujas sobras de caixa têm destino definido pelos associados. E, como se isso não bastasse, as cooperativas de trabalho têm sido forçadas a travar uma batalha contra o desconhecimento da legislação e o preconceito diante do trabalho desvinculado da CLT. Essas mazelas têm levado setores do Ministério Público do Trabalho a atacarem de forma indiscriminada esse ramo do cooperativismo, que representa um

novo estágio no desenvolvimento histórico do trabalho.

Ora, o movimento cooperativista é o maior interessado em separar as verdadeiras entidades de eventuais falsificações. Por isso defendemos a aprovação rápida de uma nova Lei do Cooperativismo, moderna e objetiva.

Logo que tomou posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou publicamente seu apoio ao cooperativismo. Para nós, essa manifestação soou como um chamado ao trabalho. Não por acaso, a recente doação de 80 toneladas de alimentos, feita por cooperativas de São Paulo ao Banco do Povo, foi a maior já recebida pela Prefeitura de São Paulo.

Com linhas de crédito mais ágeis, poderemos produzir e exportar mais. As cooperativas de crédito, reconhecidas como entidades sociais, podem oferecer ao pequeno empreendedor urbano e rural maiores volumes de recursos a juros razoáveis, ajudando a baixar as atuais taxas, estratosféricas.

As cooperativas de São Paulo estão prontas a fazer sua parte na retomada do crescimento econômico do país, segundo uma ótica de cooperação que pode amenizar um mercado cada vez mais selvagem. Só o que queremos é ser reconhecidos como o que somos: instrumentos de geração de renda e trabalho e de materialização de justiça social.

**Evaristo Câmara Machado Netto, 57, agropecuarista, é presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo e vice-presidente da Associação Brasileira de Agrobusiness.**

## APÊNDICE

### 1 – PLANO DE ENTREVISTA

#### Introdução

A entrevista foi aplicada a 4 (quatro) pessoas que tiveram participação decisiva na implantação das cooperativas populares em análise nos estudo de caso.

Foi uma entrevista semi-estruturada, sendo que as questões terão uma padronização a fim de que as respostas obtidas possam ser comparadas entre si.

As entrevistas serão realizadas com agendamento prévio, o entrevistador será ciente de seu objetivo, as questões serão analisadas previamente pelo entrevistado; não haverá interferência do pesquisador nas respostas e a transcrição será previamente revista pelo entrevistado para evitar qualquer entendimento dúbio ou mal interpretado.

#### Padronização das questões a serem formuladas:

1. O Senhor(a) concorda em ser entrevistado e que sua entrevista seja gravada para posterior transcrição em trabalho de pesquisa?
2. Seu nome, função e local de trabalho poderão ser divulgados?
3. Cite os motivos que o levaram a coordenar (incentivar) a criação da cooperativa.
4. Qual seu atual envolvimento com a cooperativa?
5. Quais os critérios para a formação do quadro social da cooperativa?
6. Como foi constituída a diretoria?
7. Qual o apoio recebido de órgãos públicos?
8. Na sua cidade existem políticas públicas voltadas ao cooperativismo?
9. Qual o treinamento, capacitação oferecida aos cooperados?
10. Houve resistência por parte dos possíveis cooperados? Quais?
11. Faça uma avaliação sobre os efeitos socioeconômicos proporcionados pela cooperativa.
12. Quais foram as principais dificuldades encontradas nas fases iniciais de implantação?
13. Os objetivos sociais da cooperativa são claros a todos os cooperados?
14. Quanto tempo durou o projeto de implantação? Quais foram as maiores dificuldades?

15. Existe alguma proposta de educação e/ou treinamento contínuo com os cooperados?
16. Qual o comportamento dos cooperados quanto à não existência de vínculo empregatício entre eles e a cooperativa?
17. A cooperativa está cadastrada na OCESP?
18. Por que formar uma cooperativa foi considerada uma boa solução para a situação existente?
19. Quais foram os parceiros principais para a concretização do projeto?
20. Quem acompanha as contas da cooperativa?
21. A cooperativa é auto-suficiente?
22. Além da oportunidade de trabalho, os cooperados têm outros benefícios?,
23. Houve alguma repercussão do projeto em âmbito estadual e/ou outro?

**Objetivos:**

1. Analisar a relevância da participação de terceiros no processo de implantação de cooperativas populares;
2. Verificar a ocorrência de variação de procedimentos de um processo de implantação de uma cooperativa para outra;
3. Analisar como foram avaliadas a viabilidade e perspectivas de êxito das cooperativas;
4. Analisar a necessidade do estabelecimento de políticas públicas em cooperativismo para o amparo dos empreendimentos;
5. Revelar as condições e estratégias com as quais os entrevistadores vivenciaram para a implantação das cooperativas;
6. Verificar em que medida e com que peculiaridades as experiências de geração de renda apresentaram sinais de êxito, identificando com que meios e circunstâncias assumiram traços de empreendimentos econômicos solidários;

## **2 - PESQUISA DOCUMENTAL**

### **Introdução:**

A pesquisa documental será realizada com a análise de documentos arquivados nas cooperativas objeto de estudo. A exploração do material será previamente autorizada por pessoa, os documentos não serão transcritos na pesquisa e os dados coletados serão tratados de forma qualitativa.

### **Documentos a serem analisados:**

1. Atas das reuniões preliminares;
2. Ata das Assembléias Gerais;
3. Livro de Lista de Presença nas Assembléias;
4. Quadro ou formulário de definições das funções e tarefas na cooperativa;
5. Apontamentos ou critério para pagamento da produção;
6. Balanço Patrimonial e Demonstrativos Contábeis.

### **Objetivos:**

1. Analisar os objetivos das reuniões preliminares, participação dos futuros cooperados, existência de coordenação de terceiros, prestação de esclarecimentos e a postura das pessoas frente à novidade da cooperativa;
2. Analisar a participação dos cooperados, transparência nas informações, condução das reuniões e legalidade de sua realização;
3. Analisar o comparecimento, pontualidade e intervalo das convocações.
4. Analisar os critérios de distribuição de tarefas, autonomia dos cooperados na escolha e rotatividade;
5. Analisar as formas de cálculo de pagamento das produções;
6. Analisar o desempenho econômico financeiro da cooperativa.

### 3 – FORMULÁRIO

#### Introdução:

O presente formulário será aplicado em um número limitado de cooperados, que representarão a amostra do universo de cooperados existentes em cada cooperativa investigada, totalizando 20 indivíduos.

Os respondentes serão previamente informados do objetivo da pesquisa e serão identificados numericamente.

Por se tratar de pesquisa exploratória, as questões serão semi-estruturadas e preenchidas pelo pesquisador devido ao nível cultural dos pesquisados.

#### Formulário:

RESPONDENTE N°.....

#### PARTE A – SÓCIOECONÔMICO

1. Qual seu sexo?
 

<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino
------------------------------------	-----------------------------------
  
  2. Qual seu estado civil?
 

<input type="checkbox"/> Solteiro	<input type="checkbox"/> Casado
<input type="checkbox"/> Viúvo	<input type="checkbox"/> Outro
  
  3. Quantos filhos você tem?
- 
4. Qual sua idade?
 

<input type="checkbox"/> De 18 a 30 anos	<input type="checkbox"/> De 30 a 45 anos
<input type="checkbox"/> De 45 a 60 anos	<input type="checkbox"/> Acima de 60 anos
  
  5. Qual seu nível de escolaridade?
 

<input type="checkbox"/> Analfabeto	<input type="checkbox"/> Fundamental incompleto
<input type="checkbox"/> Fundamental completo	<input type="checkbox"/> Médio
  
  6. Sua residência é?
 

<input type="checkbox"/> Própria	<input type="checkbox"/> Alugada
<input type="checkbox"/> Mora com parentes	<input type="checkbox"/> Outros
  
  7. Quantas pessoas moram em sua residência?
 

<input type="checkbox"/> 1 a 2 pessoas	<input type="checkbox"/> 3 a 4 pessoas
<input type="checkbox"/> 4 a 6 pessoas	<input type="checkbox"/> Mais de 6 pessoas



8. Qual era sua renda familiar antes da cooperativa?
- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Até 01 salário-mínimo     | <input type="checkbox"/> De 01 a 02 salário-mínimo |
| <input type="checkbox"/> De 02 a 04 salário-mínimo | <input type="checkbox"/> Mais de 4 salário- mínimo |
9. Quantas pessoas trabalhavam em sua casa antes da cooperativa?
- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1 a 2 pessoas | <input type="checkbox"/> 2 a 4 pessoas |
| <input type="checkbox"/> 4 a 6 pessoas | <input type="checkbox"/> Ninguém       |
10. Qual era seu trabalho antes de cooperar-se?
- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Nenhum            | <input type="checkbox"/> Informal                  |
| <input type="checkbox"/> Carteira assinada | <input type="checkbox"/> Autônomo com documentação |
11. Você tem conta bancária?
- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Sim - Correntista | <input type="checkbox"/> Sim - Cliente |
| <input type="checkbox"/> Sim - Poupança    | <input type="checkbox"/> Não           |
12. Qual era seu trabalho antes de cooperar-se?
- 
- 

13. Você participava da vida social de sua comunidade?
- |                              |                              |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|------------------------------|
14. Você já sentiu algum tipo de discriminação social? Qual?
- 
- 

## **PARTE B – RELAÇÕES COM A COOPERATIVA**

15. Porque você resolveu cooperar-se?
- 
- 

16. Você participou de cursos de capacitação em cooperativismo?
- |                              |                              |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|------------------------------|

17. Ministrados por quem?

---

18. Você participou de cursos sobre a atividade da cooperativa?

Sim  Não

19. Você é cooperado fundador da cooperativa?

Sim  Não

20. Há quanto tempo você é cooperado?

---

21. Você adquiriu quota de capital da cooperativa?

Sim  Não

22. Como você pagou?

À vista  Desconto na produção

23. Quantas horas você trabalha por dia?

---

24. Qual seu rendimento médio na cooperativa?

---

25. Você recebe algum benefício na cooperativa?  
Qual?

---

26. Você participa das reuniões na cooperativa?

Sim  Não

27. Você concorda com a forma de distribuição das tarefas na cooperativa?

Sim  Não

28. Você concorda com a forma de pagamento da produção?

Sim  Não

29. Você tem Inscrição Municipal como profissional

- autônomo?
- Sim  Não
30. Você contribui para com a Previdência Social?
- Sim  Não
31. Você conhece os objetivos sociais da cooperativa?
- Sim  Não
32. Você conhece seus direitos e deveres como cooperado?
- Sim  Não
33. O fato de ter se cooperado mudou sua vida? Como?
- 
- 

34. Você acha que as decisões tomadas na cooperativa representam a vontade da maioria dos cooperados?
- Sim  Não

### **PARTE C – RELAÇÕES COM A COMUNIDADE**

35. Sua cidade se beneficiou com a cooperativa? Como?
- 
- 

36. Você sabe sobre o apoio de algum órgão público? Qual?
- 
- 

37. Você sabe sobre a parceria com alguma indústria? Quais?
- 
- 

38. Há algum evento sociocultural promovido pela comunidade demonstrando seu interesse pela cooperativa? Qual?

---

---

39. Você sofre algum tipo de discriminação social devido ao trabalho que executa na cooperativa?

---

40. Descreva as mudanças ocasionadas em sua vida com seu ingresso na cooperativa.

---